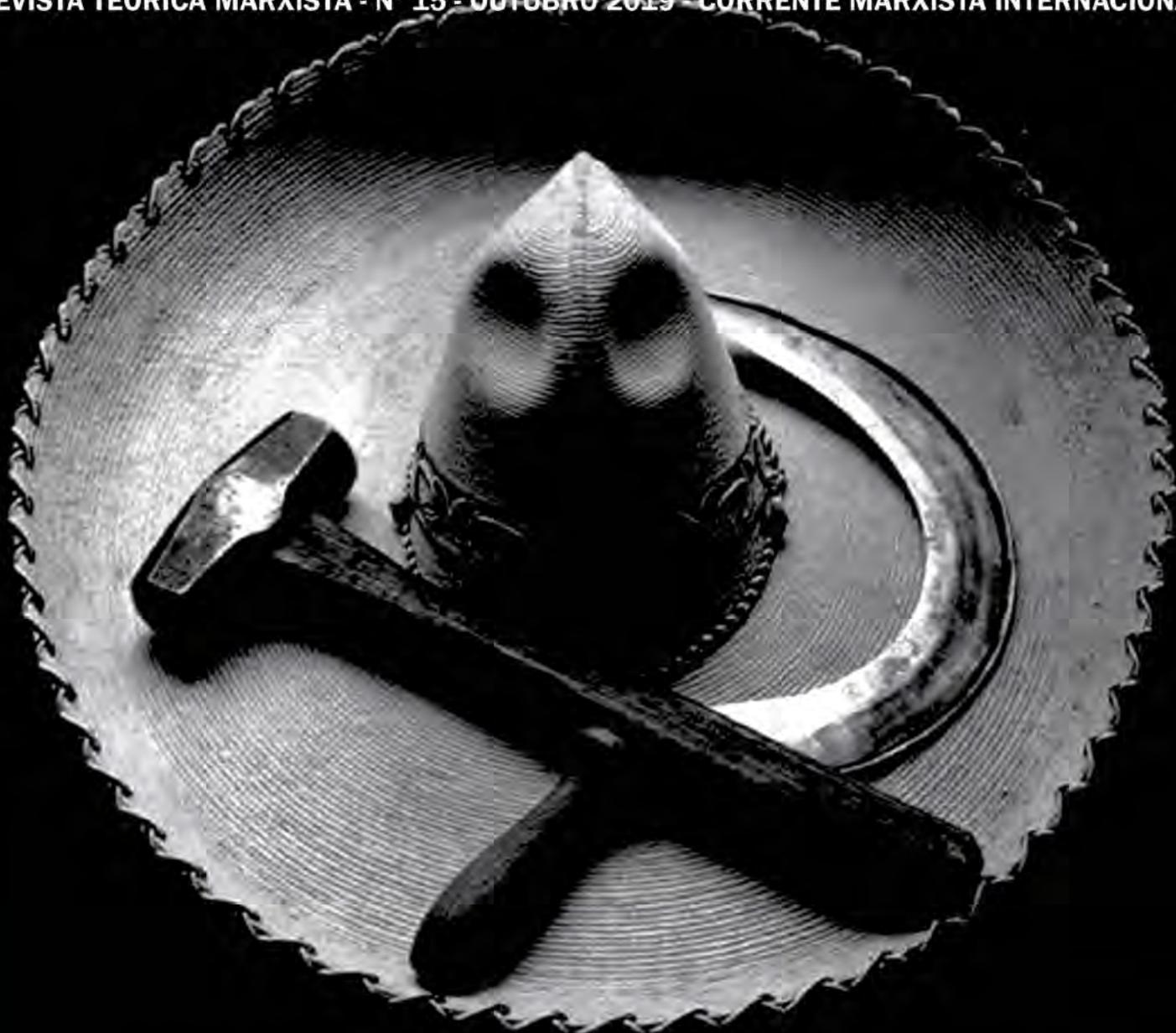


AMÉRICA SOCIALISTA

REVISTA TEÓRICA MARXISTA - Nº 15 - OUTUBRO 2019 - CORRENTE MARXISTA INTERNACIONAL



A Comuna de Morelos e o programa de Zapata: Pág. 05 | Julio Antonio Mella e o trotskismo: Pág. 13

A cisão de Partido Obrero na Argentina: Pág. 18 | Ascensão e queda da Internacional Comunista: Pág. 26

A Espanha na década de 1970: como se traiu a revolução: Pág. 32 | Uma escola de estratégia revolucionária: Pág. 40

Sobre o trabalho dos comunistas nos sindicatos: Pág. 45 | 230 anos da Revolução Francesa: Pág. 51

A APRESENTAÇÃO

Este ano comemoramos os 100 anos da fundação de 3ª Internacional (Internacional Comunista), em março de 1919, em Moscou. Já dedicamos a edição anterior desta revista, a América Socialista 14, à esta comemoração. Na edição que agora apresentamos esta comemoração continua com um artigo de Ted Grant sobre o “Ascenso e queda da Internacional Comunista”, escrito como um balanço no momento que Stalin, como um gesto para as potências imperialistas, dissolve o Internacional Comunista, em 1943.

No quadro desta comemoração publicamos também um texto de Carlos Ricardo Marques sobre Júlio Antonio Mella, o cubano que foi uma figura central do movimento comunista em Cuba e México e por sua oposição ao stalinismo e adesão à Oposição de Esquerda foi perseguido e depois assassinado pelos stalinistas como Vittorio Vidali, que jogou um papel macabro de executor de oponentes, mais de 200, durante a revolução espanhola e que disse a Mella: “Não esqueça nunca: da Internacional sai-se de duas maneiras, ou expulso ou morto!”. Esta já era a Internacional Comunista destruída como força revolucionária e stalinizada até a medula.

Finalmente apresentamos a 1ª parte do texto de Trotsky “Uma Escola de Estratégia Revolucionária”, que é a transcrição de um discurso, em 1921, em que apresenta um relatório sobre a situação econômica e política internacional e resume os principais debates que houve na Internacional durante seus três primeiros Congressos.

Recomendamos a todos os leitores da América Socialista leitura cuidadosa de teses, resoluções e debates dos primeiros cinco anos da Convenção Internacional Comunista, porque eles contêm um tesouro de táticas e estratégias revolucionárias que é mais relevante hoje do que nunca. Estes textos podem ser encontrados, em espanhol, neste endereço: <https://www.marxists.org/espanol/comintern/index.htm>

Também incluímos nesta edição da revista uma exposição feita pelo camarada Carlos Márquez, num Seminário Internacional sobre o pensamento de León Trotsky, em Cuba no início deste ano. Sua exposição sobre Júlio



Sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário

Antonio Mella e o Trotskismo mostra a relação do fundador e mártir do primeiro Partido Comunista Cubano com a figura e as ideias de Trotsky, uma história muito pouco conhecida.

Também de Carlos Márquez é o artigo com o qual marcamos o centenário do assassinato de Emiliano Zapata, o revolucionário mexicano de cuja história o fraudulento sub-comediante (sic) Marcos tenta se apropriar para justificar sua política pequeno-burguesa.

Mas, há muito mais. Publicamos a 2ª parte do texto de Alan Woods sobre a traição do PSOE e do PCE que estrangularam a revolução na Espanha, no final dos anos 70, e salvaram a monarquia e o Estado Franquista.

Também um artigo de Caio Dezorzi sobre a Revolução Francesa de 1789, que é a base de uma exposição que fez numa Escola Nacional de Quadros da Esquerda Marxista. É muito importante estudar esta revolução porque como Trotsky explica “Ao final do século XVIII houve, na França, uma Revolução que se chamou corretamente ‘A Grande Revolução’. Foi uma revolução burguesa. No transcurso de uma de suas fases, o poder caiu nas mãos dos Jacobinos que eram apoiados pelos sans-culottes – ou seja, os trabalhadores semiproletários das cidades – e que interpuseram entre eles e os Girondinos – o partido liberal da burguesia, os cadetes daquela época – a lâmina da guilhotina. É justamente a ditadura dos Jacobinos o que deu à Revolução Francesa a sua importância histórica, que fez dela a ‘Grande Revolução’. E, inclusive, essa ditadura foi instaurada não somente sem a burguesia, como também contra ela e apesar dela”. (Leon Trotsky, 22 de agosto de 1917)

Um artigo de nossos camaradas da Argentina faz um balanço da cisão ocorrida no Partido Obrero em que uma maioria do Comitê Central varre burocraticamente deste organismo toda a oposição e finalmente expulsa seu fundador Jorge Altamira e outros dirigentes que constituíram uma fração e abriram o debate publicamente. O Comitê Central afinal usou os mesmos métodos que Altamira sempre utilizou contra qualquer um que ousasse discordar dele. O Partido Obrero é, junto com o PTS, uma das duas maiores organizações de esquerda da Argentina e, portanto, é importante e muito bem-vindo o texto dos camaradas.

E, finalmente um artigo de Luis Bicalho e Serge Goulart sobre o caráter dos sindicatos no Brasil, a luta pela liberdade e independência sindical e o trabalho dos comunistas nos sindicatos.

Boa leitura e mãos à obra!

Índice

- 05 **A Comuna de Morelos e o programa revolucionário de Emiliano Zapata**
Carlos Ricardo Márquez
- 13 **Julio Antonio Mella e o trotskismo**
Carlos Ricardo Márquez
- 18 **Sobre a cisão de Partido Obrero na Argentina**
Corriente Socialista Militante
- 26 **Ascensão e queda da Internacional Comunista**
Ted Grant
- 32 **A Espanha na década de 1970: como se traiu a revolução (2ª parte)**
Alan Woods
- 40 **Uma escola de estratégia revolucionária (1ª parte)**
Leon Trotsky
- 45 **Uma nota sobre o trabalho dos comunistas nos sindicatos**
Luis Bicalho e Serge Goulart
- 51 **230 anos depois, por que a Grande Revolução Francesa ainda assombra os poderosos? (1ª Parte)**
Caio Dezorzi

Contato com a Corrente Marxista Internacional (CMI) nas Américas

CANADÁ

Fightback
fightback@marxist.ca
www.marxist.ca

Québec
La Riposte
lariposte@marxiste.qc.ca

ESTADOS UNIDOS

Workers International League
www.socialistappeal.org

MÉXICO

La Izquierda Socialista
www.laizquierdasocialista.org
laizquierdasocialista.org@gmail.com
facebook.com/laizquierdasocialista

EL SALVADOR

Bloque Popular Juvenil
www.bloquepopularjuvenil.org
redaccion@bloquepopularjuvenil.org

REPÚBLICA DOMINICANA

cmi.dominicana@gmail.com

NICARÁGUA

vanguardiamarxistanicaraguense@gmail.com

HONDURAS

izquierdamarxista.hn@gmail.com

VENEZUELA

Lucha de Clases
www.luchadeclasses.org.ve
cmi.venezuela@gmail.com

COLÔMBIA

colombiamarxista@gmail.com

ARGENTINA

Corriente Socialista El Militante
www.argentina.elmilitante.org
elmilitante.argentina@gmail.com

BRASIL

Esquerda Marxista
www.marxismo.org.br
contato@marxismo.org.br
facebook.com/EsquerdaMarxista

INTERNACIONAL

www.marxist.com/es
contacto@marxist.com



A Comuna de Morelos e o programa revolucionário de Emiliano Zapata

Carlos Ricardo Márquez

O grande revolucionário Emiliano Zapata foi assassinado há 100 anos de maneira covarde pela contrarrevolução constitucionalista. Na história que narraremos, ele é uma figura central, mesmo quando seu nome não aparece muito. Nos 100 anos de seu assassinato é importante refletir acerca das ideias de Zapata, seu governo camponês revolucionário em Morelos e as causas da derrota dos exércitos dirigidos pelo Átila do sul e o Centauro do norte.

DEZEMBRO DE 1914: O ÁPICE DA REVOLUÇÃO

A foto mais famosa da Revolução Mexicana (talvez de toda a história do país) é aquela onde Francisco Villa está sentado na cadeira presidencial ao lado de Emiliano Zapata. É muito significativa, porque reflete o momento culminante da Revolução Mexicana; onde pessoas comuns, camponeses, sentaram-se no centro do poder que haviam ocupado as classes inimigas dos explorados. Nesse 6 de dezembro de 1914, as tropas destes dois dirigentes revolucionários haviam entrado triunfantemente na capital da república para instaurar o governo da Convenção Revolucionária. Nesse momento Villa era o maior chefe militar da revolução, enquanto o zapatismo era quem havia levantado o programa mais firme a favor das massas camponesas. O velho regime e seu Estado foram varridos pela revolução. No panorama político também se encontrava o bando constitucionalista, encabeçado por Venustiano Carranza, que representava a nascente burguesia. Eles, em retirada e divididos, haviam declarado guerra à Convenção, já então com maioria villista e zapatista.



Francisco Villa e Emiliano Zapata em uma das fotos mais marcantes da Revolução Mexicana

A revolução estava na antessala das batalhas mais cruas em que os setores mais representativos das massas trabalhadoras seriam derrotados. Em meio às mais sangrentas batalhas, veríamos no zapatismo e no villismo a procura de um programa revolucionário nacional a favor de operários e camponeses e também a gloriosa experiência do governo regional camponês zapatista, conhecido comumente como a Comuna de Morelos.

AS FORÇAS EM DISPUTA E A CONVENÇÃO

Voltemos um pouco na história. O assassinato de Francisco I. Madero, depois do golpe de Estado de Victoriano Huerta, seria o estopim de uma luta armada de enorme alcance que percorreu de norte a sul o país e que varreria completamente tudo o que permanecia do velho Estado porfirista¹. Isso gerou um vácuo de poder em nível nacional que de alguma maneira devia ser

preenchido. As únicas forças armadas eram as dos exércitos revolucionários, os três predominantes foram: o constitucionalista, subordinado a Venustiano Carranza, a Divisão do Norte, de Pancho Villa, e o Exército Libertador do Sul, dirigido por Emiliano Zapata.

“O constitucionalismo carrancista dominava Coahuila, Nuevo León, Tamaulipas, Sonora, Sinaloa e partes do centro e ocidente do país; o villismo era amo e senhor de Chihuahua e Durango; o zapatismo, por sua vez, controlava Morelos, Guerrero e os municípios próximos ao Estado do México e Puebla, bem como partes de Tlaxcala e o sul do Distrito Federal. Nessas regiões cada uma das frações tinha o controle do território e da população, exerciam o governo e a administração pública, tinham seu próprio exército, dirigiam a justiça e, inclusive, cunhavam a própria moeda. Tinham, pois, o monopólio da violência e o domínio do território, da população, do governo, da justiça e da economia.”²

Na luta contra Huerta, as divergências de classe se expressaram como diferenças militares e em conflitos entre caudilhos. Venustiano Carranza não queria levar adiante reformas sociais em favor das massas, mas somente mudanças políticas no país. Enfureceu-se quando Lucio Blanco, depois de tomar a cidade de Matamoros, fez a primeira reforma agrária da revolução. Odiava e temia os villistas. Pancho Villa, quando foi governador de Chihuahua, editou um decreto para confiscar os bens dos oligarcas locais (a família Terrasas) para beneficiar os pobres. Carranza não queria expropriar a sua própria classe, queria potencializá-la e Villa o impedia em seus objetivos.

A Divisão do Norte, até aquele momento, era o exército revolucionário mais capacitado, deixando isso claro na tomada da cidade de Torreón. Carranza estendeu uma série de ordens militarmente absurdas para criar obstáculos à tomada da cidade de Zacatecas por Villa (algo que ao fim não pôde evitar) e para facilitar primeiro a entrada de Álvaro Obregón, e não Villa, na capital. Isso enfureceu Pancho Villa, a situação era tão tensa que um importante setor dos constitucionalistas temia que, uma vez deposto Huerta, iniciasse uma guerra contra a Divisão do Norte e trataram de evitá-la. Esta ala pacificadora induziu à realização de uma convenção revolucionária. Já reunidos, disseram que a Convenção não estaria completa sem a presença dos zapatistas e uma comissão encabeçada por Felipe Ángeles foi a sua procura.

Os zapatistas também desconfiavam de Carranza e se opunham à sua imposição como primeiro chefe. Desse modo, colocaram duas condições para integrarem a Convenção: primeira, o não reconhecimento de Carranza como primeiro chefe e, segunda, um acordo que a convenção aceitasse o Plano de Ayala. A primeira condição foi aceita dizendo que nenhum dos três caudilhos principais poderia

ser o dirigente do novo governo. Isso alimentava as aspirações de alguns dirigentes constitucionalistas. A segunda condição foi aceita, mesmo que como um programa mínimo, que teria que se desenvolver. O Plano de Ayala refletia as condições dos camponeses do sul, ainda que não expressava completamente a problemática do camponês nortista, eles se identificavam com a reforma agrária; mas não mencionava nada sobre os problemas da classe operária e outros problemas nacionais.

Em termos reais, a Convenção significou a unidade dos dois exércitos mais representativos do campesinato pobre, a união dos autênticos revolucionários do norte com os do sul, a unidade dos villistas e dos zapatistas.

A Convenção debateu quem seria o novo presidente. Pode-se dizer que a debilidade da Revolução Mexicana era que o campesinato não aspirava tomar o poder, devido ao seu caráter de classe, além de não ter um programa revolucionário claro para dirigir a nação. A verdade é que os villistas renunciaram ter um candidato próprio à presidência e com isso renunciaram também colocar algum elemento que levasse adiante, de maneira consequente, suas demandas. Os zapatistas, sem ter ainda direito a voto na Convenção, tampouco fizeram alguma proposta concreta e se limitaram a vetar o principal candidato dos constitucionalistas: Antonio I. Villareal. Com isso, tanto zapatistas como villistas cederam o mandato a seus oponentes. Foi assim que Eulalio Gutiérrez, o governador de San Luis Potosí, foi eleito com o voto dos constitucionalistas como primeiro-ministro, o que custaria caro à revolução camponesa.

Isso resumiu a luta a dois grupos em disputa: aqueles que expressavam a aspiração de uma revolução social profunda, que somente era possível arrasando com a propriedade privada de latifundiários e burgueses e tomando o poder numa aliança entre operários e

camponeses; e o outro grupo que só queria mudanças políticas, sem chegar a reformas sociais sérias (mesmo que pouco tempo depois se viriam obrigados a incluí-las em seu programa), o que, em última instância, expressava essa força era a ascensão de uma nascente burguesia que queria se colocar à frente da nação. Essa contradição não seria resolvida com um debate amistoso, mas com uma luta revolucionária.

A aceitação do Plano de Ayala e o não reconhecimento de Carranza como principal chefe fez com que este desconsiderasse a Convenção e declarasse guerra contra ela, pois havia chegado a pontos que ele não podia tolerar. Aqui não poderia haver centro, a ala pacificadora se partiu, regressando a sua maioria com seu chefe Carranza, incluindo Álvaro Obregón.

A ALIANÇA VILLISTA-ZAPATISTA

A luta de classes tem sua própria lógica. A Convenção Revolucionária, com todas as suas contradições, converteu-se no instrumento do poder nascente dos exércitos mais representativos do campesinato, que tinham acordo com a reforma agrária para os camponeses pobres, que estava sendo realizada pelo governo zapatista. Emergia um poder dos camponeses revolucionários que ainda não conseguia se consolidar. Por outro lado, o inimigo constitucionalista, onde se somava uma nascente burguesia, reagrupava-se e declarava guerra à Convenção. Havia, na realidade, uma dualidade de poderes e um dos dois grupos triunfaria no final à custa do outro. Desta luta geral dependia o triunfo ou a derrota das classes trabalhadoras e da Comuna de Morelos.

A aliança villista-zapatista foi iniciada na reunião da Convenção de Aguascalientes. Antes de tomar a Cidade do México juntos, decidiram seus dois principais líderes se reunirem em Xochimilco, território zapatista. Na reunião de



Foto de Tina Modotti, italiana que se tornou comunista no México (1896-1942)

Villa e Zapata a reforma agrária foi identificada como o principal problema (sem mencionar explicitamente, por exemplo, as demandas dos operários). Expressaram sua rejeição a Carranza e sua desconfiança com os políticos (compreendendo, em grande medida, os constitucionalistas) e a negativa de ambos em assumir o poder, pelo menos individualmente. Havia um sentimento de classe a favor dos pobres que os identificava e os unia. Não se deve fazer uma má leitura desta conversação, pois não significa que eles não lutaram pelo poder para suas organizações ou que não quisessem a execução de seus programas e ideias, nem que se limitaram a ir defender seus territórios. Villa e Zapata têm uma reunião privada onde só está presente Manuel Palafox.

“Roque González Garza recorda que Villa lhe contou que haviam chegado a um pacto de quatro pontos: 1) Aliança formal militar entre a Divisão do Norte e o Exército Revolucionário do Sul. 2) Adoção do Plano de Ayala pelos nortistas, excluindo os ataques a Madero que o plano continha. 3) Villa forneceria armas e mu-

nições a Zapata. 4) Promoção de um civil à presidência da República.”³

Por meio de sua correspondência se sabe que estabelecem um plano militar que procurava cercar a Carranza em Veracruz, local que os imperialistas gringos mantinham em seu controle e que amavelmente cederam ao chefe constitucionalista.

Depois dessa reunião, villistas e zapatistas decidem entrar juntos na capital, o que vai fortalecendo sua aliança. Eles foram consequentes com os acordos da Convenção e simplesmente instalaram Eulalio Gutiérrez como presidente, mesmo que quem tinha votado nele já havia rompido. Não fizeram o combate para colocar alguém dos seus grupos com maior afinidade; finalmente Eulalio não seria um fator de unidade, mas de divisão, pois boicotaria aos mesmos villistas e zapatistas que o apoiaram.

A COMUNA DE MORELOS

O zapatismo havia mostrado debilidade militar em comparação aos exércitos do norte, pois embora eles tivessem conseguido se esten-

der pelos estados vizinhos por um longo tempo, não foram capazes de tomar a capital por si próprios. Contudo, sua batalha no centro contribuiu com a debilidade do governo de Huerta e sua extensão no centro sul do país lhe posicionaria como um dos três exércitos mais importantes do país. Porém mais importante que o avanço militar em si mesmo, foi a revolução social radical que os zapatistas aplicavam enquanto conquistavam o terreno. Inclusive os villistas em Chihuahua não repartiram a terra entre os camponeses enquanto os zapatistas sim.

Desde 1911 a luta dos zapatistas havia devolvido as terras aos camponeses; com a queda de Huerta em 1914 isto se generalizou em todo Morelos. Os zapatistas expropriaram sem indenização a terra e a repartiram entre os camponeses, de maneira semelhante a pouca indústria que eram os engenhos de açúcar e as destiladoras de álcool.

A Comuna de Morelos pôde se desenvolver, pois, pela primeira vez, os zapatistas foram deixados em paz, já que haviam lutado durante os governos de Porfirio Díaz, o interinato de Francisco León de la Barra, no de Madero, Victoriano Huerta e tiveram atritos com os constitucionalistas. Livravam-se no norte das batalhas decisivas e disso dependia o triunfo zapatista; mas momentaneamente tinham um tempo para levar adiante sua política revolucionária.

Os povoados indígenas guardavam cuidadosamente os títulos de propriedade, extintos durante a coroa espanhola, que os indicavam como os legítimos donos da terra. Mas a geografia já havia mudado, novos povoados foram formados e, às vezes, os próprios títulos davam frações de terras comuns a mais de um povoado. Também havia povoados que não eram donos de nenhum desses títulos, mas nem por isso ficavam isentos da reforma agrária, também lhes eram distribuídas terras expropriadas. A forma de resolver os limites terri-

toriais era por meio de assembleias democráticas. Se não havia acordo entre os povoados, poderia se ter como mediador ao próprio Emiliano Zapata.

O programa zapatista conhecido como o Plano de Ayala foi superado na prática, pois nele só se reivindicava a expropriação de 30% da terra dos latifundiários e dos inimigos da revolução. O que o zapatismo fez foi acabar com a grande propriedade na indústria e fundiária e, com isso, com o elemento de domínio latifundiário no campo, que era o latifúndio.

Dentro do zapatismo lutaram juntos indígenas e mestiços, a identidade de classe era mais poderosa que as diferenças, e foi a razão também pela qual buscaram sua aliança villistas e zapatistas. O poder político da Comuna era sustentado, em grande medida, nas próprias comunidades com métodos de tomada de decisões em assembleias. O zapatismo foi capaz também de atrair uma camada de intelectuais, provenientes, em sua maioria, da pequena-burguesia que, baseando-se no sentimento das comunidades e expressando suas demandas, redigiam manifestos e pronunciamentos. Eles também teriam um papel de destaque na Convenção Revolucionária em distintas etapas e no próprio governo revolucionário.

O ministro de agricultura da Convenção, o zapatista Manuel Palafox, auxiliado por um grupo de estudantes de Agronomia (dentro dos quais se encontrava o futuro governador socialista de Yucatán, Felipe Carrillo Puerto), foi dada a árdua tarefa de levar adiante a reforma agrária com medidas revolucionárias. Existe uma descrição muito detalhada de um agente estadunidense que dizia que Palafox repartia a terra “independentemente se pertencia a norteamericanos ou chineses”. Agregando que “com ele não se pode tratar e suas raivosas ideias socialistas não ajudarão a resolver os problemas de maneira benéfica para seu país.”⁷⁴

Enquanto a revolução avançava, a Comuna de Morelos trouxe enormes benefícios, a produtividade aumentou e as pessoas melhoraram seus níveis de vida. Foram decretadas leis que davam liberdades políticas aos povoados, dando-lhes maiores liberdades de organização e decisão. Os governadores trabalhavam sob o controle e subordinados ao poder do povo, que tinha o poder de destituí-los.

O zapatismo pôs o dedo na ferida ao questionar a grande propriedade privada; não só na terra, mas na indústria. Existe uma diferença entre o camponês e o operário: ao primeiro lhe pode repartir os meios de produção (a terra) individualmente e pode produzir dessa mesma maneira – existiam casos de propriedade comunal agrária, que são um passo mais avançado, ainda que, em termos gerais, não se deixava de ter uma visão um tanto individual e localista entre o camponês mediano. Ao operário, pelo contrário, não pode lhe repartir um pedaço da fábrica quando a produção por natureza é coletiva. Acabando com a propriedade privada da indústria a produção deve ser social.

Mesmo que os zapatistas tinham em suas mãos o pouco da indústria local, em particular os engenhos de açúcar, vários destes estavam em mal estado, afetados pela própria guerra revolucionária. Os que se colocaram a funcionar tiveram a limitação de contar com pouca matéria-prima à disposição. Como Adolfo Gilly assinala:

*“Esta espécie de socialismo empírico apoiado por Zapata, tinha seus tropeços com os costumes e as inclinações de pequeno proprietário da base camponesa. Donos novamente de suas terras, os camponeses tendiam a voltar aos cultivos de sobrevivência: feijões, grão-de-bico, milho, hortaliças ou a criação de frango, todos produtos fáceis de vender nos mercados locais.”*⁷⁵

A cana-de-açúcar foi um produto imposto pelos conquistadores e exploradores e os camponeses a rejeitavam. Zapata até mesmo ten-

tuou os persuadir, explicando com paciência. Contudo, o governo camponês nunca pôde aproveitar sua capacidade industrial, o que limitava sua atuação militar, pois essa era uma importante fonte de financiamento para o desenvolvimento da guerra que ainda estava sendo travada. Algo semelhante aconteceu com a fábrica papelreira que tinham sob controle e podia ser um bom instrumento político usado para a propaganda, algo que os zapatistas vislumbraram. Propuseram aos irmãos Flores Magón editar seu jornal *Regeneración* nas terras morelenses, algo que eles, inexplicavelmente, não aceitaram.

A GUERRA CIVIL

O futuro da comuna estava determinado pelo triunfo da Divisão do Norte na guerra contra os constitucionistas. O plano militar estabelecido por Zapata e Villa não conseguiu ser concretizado, mesmo com os zapatistas cumprindo com sua parte, tomando Puebla e dificultando o avanço de Obregón. Villa teve que mudar de estratégia diante do perigo de perder suas fontes de aprovisionamentos no norte. Um fator na equação que iria contra o villismo foi que a luta das massas camponesas entrou em refluxo nesse período.

Não é possível falar em detalhes sobre a guerra civil de 1915, que determinaria o destino da revolução. Pedro Salmerón explicou que a correlação de forças entre a ala convencionista e constitucionalista era mais próxima do que é possível dizer e que o constitucionalismo tinha as melhores zonas com reservas econômicas, a afirmação deste historiador de que as guerras são ganhas com “dinheiro, dinheiro e dinheiro” nos parece uma simplificação absurda quando se trata de uma guerra revolucionária. É verdade que as zonas de aprovisionamento carrancista foram melhores, o que lhes ajudou em seu triunfo; mas Díaz e Huerta foram derrotados porque representavam um re-



Emiliano Zapata, ao centro, sentado, posa com seus colaboradores após lançar o Plano de Ayala

gime desgastado e não puderam diante o impulso das massas. Caso fosse o elemento militar o predominante, nenhuma guerra revolucionária dos oprimidos teria ganho na história. O programa e a aliança com a classe operária eram determinantes para o triunfo.

O constitucionalismo estava longe de ser uma força do passado, o que veríamos eram forças vivas e poderosas em disputa que refletiam em um ou outro sentido a mudança revolucionária. A guerra camponesa, com batalhas épicas, com os enfrentamentos entre Obregón e Villa foram determinantes, sobretudo em Celaya. Era possível que Villa e a Divisão do Norte tivessem ganhado.

Com forças tão próximas em disputa, a unidade dos villistas e zapatistas era fundamental. Da leitura da correspondência entre Villa e Zapata, pode-se observar que procuraram manter uma aliança política até o final. Mas a unidade foi efêmera no terreno prático, em parte pela natureza e tradições diferentes destes dois exércitos e pelas diferenças políticas na Convenção. No momento que o villismo mais necessitava de apoio, não chegaram a auxiliar os zapatistas, que poderiam ter sido um peso a favor do campesinato pobre na balança.

A ALIANÇA COM OS OPERÁRIOS

Quando aconteceu a revolução russa, Lênin sabia que não era possível vencer sem uma aliança de operários e camponeses. No México, com os convencionistas não conseguindo essa aliança e conseguindo os constitucionistas (ao menos evitando que os operários fossem atraídos pelo grupo oposto) foi outro elemento para a derrota dos primeiros. O governo da Convenção durante sua ocupação da Cidade do México procurou respeitar a população, os excessos e abusos foram menores, procuraram aumentar o salário dos operários e realizaram comícios com os filiados da Casa do Operário Mundial, tratando de os atrair. Os líderes desta agrupação anarcossindicalista tiveram um papel lamentável ao rejeitar esta aliança devido a seus prejuízos contra a participação política.

A Convenção assumiu como seu o Plano de Ayala, ao menos formalmente que, ainda que não abarcava o conjunto do problema camponês, era um ímã para as massas que procuravam justiça social. O constitucionalismo sabia bem que a guerra não seria ganha só militarmente e no dia 14 de dezembro de 1914 foram feitas reformas ao Plano de Guadalupe sendo que Carranza se

vê obrigado a incluir reformas sociais a favor dos camponeses e dos operários onde se pronuncia por “leis agrárias que favoreçam a formação da pequena propriedade, dissolvendo os latifúndios e restituindo aos povoados as terras de que foram injustamente privados” e por “fazer as expropriações por causa de utilidade pública, que sejam necessárias para a repartição de terras, fundação de povoados e demais serviços públicos”⁷⁶. Amarra sua aplicação, subordinando a autorização ao primeiro chefe da nação, ou seja, do mesmo Carranza. Fala também de melhoras à classe proletária em seu conjunto. Dia 6 de janeiro de 1915, nesse mesmo sentido, Venustiano Carranza decreta uma lei agrária onde fala da restituição das terras, águas e montes aos povoados e ranchos.

Carranza se viu obrigado a atuar dessa forma, contra sua vontade, sob a pressão do governo constitucionalista e do Plano de Ayala. Necessitava evitar que os operários e camponeses fossem atraídos pelos convencionistas, pois os zapatistas tinham um programa mais radical e o estavam pondo em prática. O verdadeiro ponto de inflexão foi que o constitucionalismo consegue fazer uma aliança, firmada no dia 17 de fevereiro de 1915, com a Casa do Operário Mundial, algo que Obregón com audácia, olfato e

demagogia vinha trabalhando meses atrás. Esse pacto, embora não sólido, colocaria uma marca que separaria o movimento operário organizado do movimento camponês mais revolucionário.

O PROGRAMA DA CONVENÇÃO VILLISTA-ZAPATISTA

Eulalio Gutiérrez foi destituído em 16 de janeiro de 1915 como presidente, quando descoberto o seu jogo duplo, interceptando correspondência onde flertava com os constitucionalistas. Foi assim que o villista Roque González Garza assumiu a presidência.

O movimento camponês procurou dar solução, além da reforma agrária, aos problemas dos operários e o estabelecimento de um programa nacional. A Convenção já era villista e zapatista e foi mais radical que sua primeira versão. A luta definitiva era travada no campo de batalha e os melhores homens do villismo foram ao combate, ficando na Convenção sua ala moderada, com os que entrariam em disputa os convencionistas zapatistas.

Um acalorado debate se dá precisamente sobre a questão operária. O delegado villista, Federico Cervantes, opôs-se ao direito dos operários a se organizarem, declarando:

*“O socialismo prega o estabelecimento do mesmo nível, como se fosse um padrão a mão do Estado [...] os socialistas pregam que a sociedade deve ser refeita por força de decretos e aproveitam como uma ocasião resplandecente a das revoluções triunfantes [...] atribuem às leis um poder fenomenal, imaginam-se que os costumes de um povo são modificados pela produção inconsiderada de leis e não querem se convencer de que um povo se eleva quando se educa [...] fingem que o capitalismo é a origem de todos os males [...] que o Estado seja o que administra e que sua administração seja tão pura e tão igualitária que os produtos sejam repartidos entre todos os cidadãos.”*⁷⁷

Luis Méndez respondeu:

“Por capital entendemos a terra [...] o subsolo [...] as máquinas [...] os

*meios de transporte e os instrumentos de trabalho [...] tudo isso é obra dos trabalhadores [...] não queremos destruir aos capitalistas, mas sim o capitalismo, mas caso essas pessoas se oponham, terão que ser fatalmente feridos [...] vivemos em um século que olha para o socialismo [...] e chegaremos a ele [...]. O ideal sindicalista não é tão somente fazer resistência por meio de greves, não é apenas aumentar o salário indefinidamente. É muito mais que isso: é a abolição do salário, ou bem, a apropriação da maquinaria; não porca a porca, nem parafuso por parafuso, nem pedaço a pedaço os trilhos dos trens, mas em massa, a indústria, os meios de comunicação, para que estejam em poder dos que trabalham.”*⁷⁸

Outro delegado villista, Quevedo, disse que não se podia retomar as ideias do socialismo mais avançado, que era o de Marx, porque estava fora de moda e de nosso meio atual e que, mesmo que tivessem milhões de adeptos, em nenhum país seria aplicado.

O acordo foi:

“Artigo 6. Prevenir da miséria e do futuro esgotamento dos trabalhadores por meio de oportunas reformas sociais e econômicas, como são: uma educação moralizadora, leis sobre acidentes do trabalho e aposentadorias, regulamentação das horas de trabalho, disposições que

garantam a higiene e a segurança nas oficinas, fábricas e minas e, em geral, por meio de uma legislação que faça menos cruel a exploração do proletariado.”

“Artigo 7. Reconhecer personalidade jurídica às uniões e sociedades de operários para que os empresários, capitalistas e patrões tenham que tratar com fortes e bem organizadas uniões de trabalhadores e não com o operário isolado e indefeso.”

“Artigo 8. Dar garantias aos trabalhadores, reconhecendo o direito de greve e de boicote.”

*“Artigo 9. Suprimir as lojas de distribuição, o sistema de vales para o pagamento de salários em todas as negociações da República.”*⁷⁹

O programa de reformas político-sociais da Convenção não é socialista, propõe o direito à pequena propriedade, combate aos monopólios e dá alguns direitos às mulheres, por exemplo, ao divórcio. Procura avançar no terreno educativo, fomentando a criação de escolas normais em cada Estado. Propõe como forma de governo o parlamentarismo (eliminando o aristotélico senado).

O debate destas reformas, no meio de uma situação tão tensa, bloqueou o estabelecimento de leis sociais urgentes e medidas políticas que contribuíram mais eficaz-



mente à batalha contra o constitucionalismo. Ao terminar o debate do programa, a Divisão do Norte já havia sido derrotada e com ela a Convenção; os delegados nortistas regressaram para suas terras, restando só o Conselho Executivo da Convenção, formado pelos zapatistas. Em meio à ofensiva de Carranza, seguiram discutindo e estabelecendo leis. Vale a pena analisar, pois são as conclusões de um movimento revolucionário de grande transcendência na história da América Latina.

O PROGRAMA ZAPATISTA

O Plano de Ayala só foi o início do programa zapatista. Na Convenção não se desenvolveram todas as ideias do zapatismo; é quando o movimento estava ferido de morte e refugiado na região morelense onde se desenvolve de maneira mais plena o programa zapatista; contudo, este seria desmembrado rapidamente. Manuel Palafox seria o coração e a cabeça da lei agrária que procurava estender a partilha de terra além das fronteiras morelenses. Quando foi decretada, já não havia governo central que garantisse sua execução. Estabeleceu-se também uma Lei Geral do Trabalho, que diz:

*“O Estado, cujo único objetivo deve ser a felicidade e a melhoria do povo, está obrigado a garantir a todos os trabalhadores o exercício de seu direito ao produto íntegro de seu trabalho, procurando de uma maneira paulatina e progressiva, atendendo às condições sociais e políticas estabelecidas, a socialização dos meios de produção e de mudança a favor das sociedades cooperativas formadas pelas classe produtoras.”*¹⁰

Estabelece uma série de reformas como o descanso dominical, a jornada de trabalho de 8 horas, a proibição do trabalho infantil, o trabalho noturno e durante a gestação das mulheres, o estabelecimento de um salário mínimo suficiente para a sobrevivência, entre outras medidas.

O zapatismo se opunha a um exército permanente, dizia que este foi *“um instrumento de assassinato manejado pelos governos para oprimir e explorar ao povo indefeso’*. Em consequência, este seria substituído em suas funções de defesa da Pátria pelo povo em armas, mas de modo algum seria outra vez uma instituição permanente. Em tempos de paz, as funções de segurança e proteção à sociedade seriam realizadas pelas forças da polícia militar pertencentes à Federação, aos Estados e aos municípios.¹¹

Declaram-se também leis que obrigam ao Estado, em seus distintos níveis, a oferecer educação básica gratuita e laica. Propõe a reorganização da educação média e superior, priorizando o ensino de carreiras técnicas às humanísticas, algo completamente compreensível dada a necessidade de se desenvolver a técnica do país.

O zapatismo estava decidido a levar justiça para o povo, para os operários e camponeses. Seus ideais vinham do fundo da luta dos povos camponeses, mas com influências socialistas de caráter utópico. Quando tiveram a oportunidade de levar adiante seus programas, sua prática foi mais radical que seus ideais. A base camponesa colocava seu selo na equação e mostrava potencialidades e seus limites. Não se concebe como medida a nacionalização do conjunto da indústria sob o controle democrático dos trabalhadores com base em um planejamento econômico em benefício do conjunto da sociedade (como pouco tempo depois fariam os operários e camponeses russos), assim que se inclinavam mais ao cooperativismo.

Quanto ao tipo de governo, rejeitavam a coluna vertebral do Estado feudal e burguês: o exército permanente, chegando à mesma conclusão neste aspecto que os marxistas. O que existiu na Comuna de Morelos foi o povo em armas, ligado à organização das comunidades camponesas. Os zapatistas (e villistas) lutavam por um gover-

no parlamentarista, que era mais avançado que o regime presidencialista acordado na Constituição de 1917. Mas também aqui a prática foi mais longe, pois em Morelos eram as assembleias dos povoados onde, em interação com os dirigentes, tomavam muitas das decisões. Na realidade, aqui havia um governo superior ao parlamentarista e poderia ter sido a base para construir um Estado de operários e camponeses, onde os parlamentares surgissem dos trabalhadores sem contar com privilégios e sem se separar da base trabalhadora.

ERA POSSÍVEL QUE VILLA E ZAPATA VENCESSEM?

Não há uma resposta simples nem um fator único que explique por que Villa e Zapata perderam a revolução, mas em grande parte foi porque não puderam estabelecer uma aliança prática duradoura no terreno político e militar e não contaram com um programa revolucionário a oferecer às massas do país, além do Plano de Ayala que não considerava o problema operário, a reorganização da economia e a necessidade de um governo nacional dos trabalhadores. Quando debateram sobre um programa mais geral já era tarde demais. Isso teria um papel em não conseguir concretizar a aliança com a classe operária e arrebatá-la a base camponesa ao constitucionalismo. Tudo isso, contribuiria à derrota militar e da revolução do campesinato pobre.

Entre os idealizadores do zapatismo houve grandes revolucionários, mas também muito empirismo em seu atuar. Além de se ligar às massas e compreender as condições concretas da luta e do país, uma teoria revolucionária coerente como o marxismo teria dado maior clareza. Isso foi o que na Rússia deu enorme força à corrente mais revolucionária que terminaria triunfando: a existência de um partido revolucionário, do Partido Bolchevique.

Se os exércitos de Villa e Zapata tivessem triunfado, não se teria estabelecido, pelo menos de imediato, um governo socialista. Era possível que, inclusive, isso nunca ocorresse e se estabeleceria uma democracia burguesa avançada, mesmo que com um claro caráter anti-imperialista, devido a atuação dos Estados Unidos. O ideário destes exércitos, e sobretudo, dos zapatistas, foi mais radical que a ala esquerda do constitucionalismo e a revolução teria partido de um ponto muito superior.

Um governo camponês seria vacilante diante das pressões da classe dos capitalistas nascentes e seus irmãos operários. Um governo camponês teria defendido o direito à propriedade individual, não abolindo, portanto, o caráter burguês da economia. A tendência individualista do camponês também geraria uma tendência de acumulação mantendo relações capitalistas e gerando amplamente novas desigualdades. A única maneira para que a revolução pudesse dar plena justiça social às massas trabalhadoras do campo e da cidade era com um Estado em transição ao socialismo, quer dizer, onde fosse expropriada a indústria e planificada a economia sob uma administra-

ção democrática dos trabalhadores. Este deveria ser só o primeiro passo para a revolução socialista internacional. Nesse sentido, não era suficiente uma aliança entre camponeses e operários, a classe trabalhadora deveria assumir a direção do Estado e estabelecer um programa socialista.

Na experiência mais gloriosa da revolução mexicana, a Comuna de Morelos, aboliu-se a grande propriedade privada e se expropriou a indústria. Assim com em Morelos, o novo Estado revolucionário poderia ter entrado em uma batalha aberta contra a burguesia. Em Morelos o camponês mostrou seus limites, estavam mais preocupados com sua situação individual que por fazer funcionar as indústrias que poderiam trazer um benefício coletivo maior. Por isso, um governo de aliança operário-camponesa também devia mostrar qual era a classe hegemônica que determinaria o rumo do processo. Para levar adiante uma revolução que desse justiça social consequente, a classe trabalhadora devia se colocar à frente, estabelecendo um Estado operário em aliança com os camponeses pobres que acabasse com o capitalismo e iniciasse a revolução socialista.

Os operários aliados aos camponeses tomaram o poder na Rússia em 1917 e esse acontecimento teve um forte impacto no México. A revolução em Yucatán foi influenciada por esta e o governo de Felipe Carrillo Puerto se declarou socialista. A revolução russa foi um ímã para um hipotético governo de camponeses revolucionários no México. Zapata disse ao general Amezcua:

*“Muito ganharíamos, muito ganharia a justiça humana, se todos os povos de nossa América e todas as nações da velha Europa compreendessem que a causa do México revolucionária e a causa da Rússia revolucionária são e representam a causa da humanidade, o interesse supremo de todos os povos oprimidos.”*¹²

As revoluções surgem cedo ou tarde de maneira inevitável, não podemos improvisar na luta. Hoje a classe trabalhadora é mais poderosa no México e temos melhores condições para o triunfo na futura revolução mexicana. Devemos avançar em construir uma organização revolucionária ligada ao movimento vivo dos trabalhadores, com um programa coerente e socialista e quadros que tenham uma visão científica da história e da luta de classes, que só o marxismo nos oferece.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ¹ Regime erigido por Porfirio Díaz, general que governou o México por 30 anos até o início da Revolução Mexicana (Nota do Tradutor – N.T.).
- ² ÁVILA, Felipe; SALMERÓN, Pedro. *Breve Historia de la Revolución Mexicana*. Ciudad de México: Crítica, 2017. p. 269-270.
- ³ TAIBO II, Paco Ignacio. *Pancho Villa, una biografía narrativa*. Ciudad de México: Planeta, 2007.
- ⁴ WOMACK JUNIOR, John. *Zapata y la revolución mexicana*. Ciudad de México: Siglo XXI, 1976.
- ⁵ GILLY, Adolfo. *La revolución interrumpida*. Ciudad de México: El Caballito, 1979.
- ⁶ CÓRDOVA, Arnaldo. *La ideología de la revolución mexicana*. La formación del nuevo Estado. Ciudad de México: Era, 1974.
- ⁷ ÁVILA Espinosa, Felipe Arturo. *Lascorrientes revolucionarias y la soberana Convención*. Ciudad de México: Biblioteca Constitucional / INEHRM, 2014.
- ⁸ Idem.
- ⁹ Idem.
- ¹⁰ Disponível em: <<http://bibliotecas.tv/zapata/1915/z07nov15.htm>>.
- ¹¹ ÁVILA Espinosa, Felipe Arturo. *Las corrientes revolucionarias y la soberana Convención*. Ciudad de México: Biblioteca Constitucional / INEHRM, 2014.

Julio Antonio Mella e o trotskismo

Carlos Ricardo Márquez

Mella escreveu certa ocasião “Vencer ou servir de trincheira aos demais: Até depois de mortos somos úteis”. E assim é realmente. Mella admirava León Trotsky a quem chamava de “o Dínamo da Revolução”. Entrou em contato com a Oposição de Esquerda Internacional e bateu de frente com os métodos e as ideias do reformismo e do estalinismo. Ele gostava de dizer as coisas como são. Sigamos seu exemplo. Importante dizer que Mella dedicou sua vida à revolução — e morreu por ela — e por isso entrou em conflito com o burocratismo e com os oportunistas que, com uma fraseologia radical, propunham pôr um freio à revolução, conciliando e sucumbindo frente à grande burguesia.

Parece incrível que Julio Antonio Mella só tenha vivido 27 anos e mesmo assim tenha se tornado figura central do movimento comunista em

Cuba, México e em toda a América Latina. A juventude é o motor da revolução proletária. Mella assemelha-se aos bolcheviques russos, esses incansáveis jovens que romperam com o sistema sob uma perspectiva revolucionária proletária clara. Sem gente assim não se pode revolucionar a sociedade. Mas não é suficiente esse impulso, também é necessário construir as sólidas forças que o transformem - o partido revolucionário.

O IMPACTO DE 1917

A tomada do poder por parte dos trabalhadores russos sacudiu o planeta, abrindo as comportas da luta de classes em âmbito internacional. Em Cuba já existia uma incipiente tradição socialista anterior a 1917. Os emigrados cubanos, desde a metade do século XIX, tinham entrado em contato com ideias socialistas.



Julio Antonio Mella por Tina Modotti, 1928

Em 1918 encontramos grupos comunistas e anarquistas que simpatizavam com a revolução russa e deram os primeiros passos na tentativa de construir um partido comunista, tarefa que não vingou.

Os ventos de mudança vieram a Cuba inicialmente pela mão dos estudantes universitários que enfrentaram Machado¹, apenas dois anos após o triunfo da revolução russa. Julio Antonio Mella, proveniente da pequena burguesia, se emaranhou na luta de forma dirigente e entrou em contato com líderes operários como o anarco-sindicalista Alfredo López - que teria uma enorme influência sobre ele.

Mella foi compreendendo a necessidade da união com a luta proletária. Na luta estudantil foi evoluindo, através de sua prática, de uma posição reformista a uma revolucionária. Isso se pode notar nos artigos escritos na revista universitária, Alma Mater, e na revista seguinte, Juventude. Nesta última começa a defender a necessidade da revolução social. Aí aparece um artigo seu, em fevereiro de 1924, sobre a morte de Lênin, “Lenine Coroado”, onde também se pode ler uma primeira referência explícita e favorável a Trotsky. Isto não é de se estranhar, já que nesse momento era inquestionável que Lenin e Trotsky foram os dirigentes principais da revolução de 1917 e do partido bolchevique. Não se pode compreender o triunfo da revolução russa sem o papel destes dois homens. Em âmbito internacional, o partido bolchevique era conhecido como o partido de Lênin e Trotsky.

Lênin e Trotsky, ainda que em pontos fundamentais sempre concordaram, tiveram algumas diferenças antes da revolução – o que os manteve afastados. Essas diferenças apagaram-se na prática. Estando em pontos distantes, sem contato entre si, chegaram às mesmas conclusões sobre as tarefas da revolução. Em 1917, não havia mais razão que im-

pedisse sua plena unificação. A partir desse momento, Lenin disse que não existia melhor bolchevique que Trotsky, sendo desde então próximos colegas de armas. Em 1924, quando a burocracia iniciava sua ascensão, Lenin estabelece uma aliança com Trotsky para combatê-la. O interessante é que Mella não só em 1924 falaria favoravelmente sobre Trotsky, mas também nos períodos onde havia um franco ataque contra o dirigente, sendo que seus seguidores acabavam sendo expulsos do Partido Comunista.

DO LENINISMO AO ESTALINISMO

Em agosto de 1925 funda-se o PCC (Partido Comunista De Cuba), numa reunião clandestina com 13 delegados. As principais figuras foram Carlos Baliño (histórico combatente desde a época da independência) e Julio Antonio Mella. Nos anos 20 emergiu uma geração de jovens revolucionários e a figura de Julio Antonio Mella é pioneira e central. A incorporação de Mella ao comunismo dá-se nos primeiros anos do trânsito do bolchevismo à estalinização, algo que afetou não só ao partido comunista e ao Estado russo - senão a toda a Internacional. Julio Antonio não foi imparcial e podemos dizer com toda a segurança que não se posicionou ao lado de Stalin nesta briga que ele conhecia. Um exemplo claro é que enquanto Mella fez várias referências favoráveis a Lenin e Trotsky, nunca escreveu em seus artigos o nome de Stalin.

A revolução de Outubro estabeleceu o regime mais democrático da história. A democracia operária propiciou o controle dos soviets e dos trabalhadores sobre o Estado e a economia; nasceu uma enorme liberdade artística que se expressou no surgimento de diferentes vanguardas; havia independência dos sindicatos em relação ao Estado, para, como disse Lenin, que estes pudessem se defender dos excessos do próprio Governo Operário; o Partido Bolchevique continuava sendo o espaço de combate de ideias revolucionárias,

onde o surgimento de correntes e agrupamentos políticos era o mais normal. No meio das condições mais duras da luta, no meio do assédio e dos ataques brutais dos imperialistas, como o foi a guerra civil, o partido continuava realizando seus congressos anualmente. A Internacional Comunista seguia essa mesma tradição. A democracia operária, longe de abrir a porta à contrarrevolução, unificava os revolucionários.

Sob a direção de Lenin e Trotsky combatia-se qualquer mordomia e os debates davam-se politicamente utilizando a autoridade moral e a força dos argumentos da direção. Com a ascensão da burocracia cinza substituiu-se a dialética pelo dogmatismo, o debate de ideias foi esmagado pelo aparelho. O espírito revolucionário de Mella não podia lidar com essa caricatura que queria parecer marxista. Na antiga Roma, o Cristianismo foi cooptado pela casta dirigente e converteu-se numa religião da classe no poder, mas mantendo um discurso a favor dos pobres. De forma similar, a burocracia estalinista falava a favor da revolução de Outubro, negando-a na prática.

EXPULSO DO PARTIDO COMUNISTA

Mella aproxima-se do marxismo, atraído pelo legado de Outubro. Ele se inspirou nas ideias e na prática de Lênin e Trotsky, a quem tinha lido. Converteu-se num momento na figura central da luta contra Machado em Cuba, que respondeu atacando-o e o prendendo.

Mella é a conjunção da história da luta revolucionária cubana com as ideias científicas do marxismo revolucionário. O marxismo não é um movimento nascido do nada, se inspira e se une ao movimento revolucionário anterior, iniciando pelo socialismo utópico - ainda que superando este. O caso de Mella inspira-se na tradição revolucionária cubana. É conhecido seu texto (que queria converter em livro) sobre José Martí. Cuba era um país que nunca tinha sido livre e Mella compreende o potencial revolucionário da luta pela libertação nacional.

O jovem Partido Comunista Cubano, em parte por sua juventude, sua debilidade e a repressão por parte de Machado, mas também em parte pela debilidade política de sua direção, entrou num amargo conflito com Mella, ao ponto de realizar um julgamento interno e expulsá-lo da organização.

Aquela direção do PCC não foi capaz de colocar-se à altura das tarefas históricas, ao ponto de se preocupar mais do porquê Mella realizava sua greve de fome do que em fazer uma campanha consistente por sua libertação. Em vez de empreender um debate claro sobre a tática a seguir, chegaram a acusar a Mella de fazer a greve de fome contra seus colegas, de ser individualista e pouco proletário. Quando Mella saiu do cárcere doente, perseguido e com o perigo de ser assassinado, as duras críticas do PCC se mantiveram. Queriam controle, mais que dar respostas corretas e claras frente aos ataques. A debilidade política leva à solução de problemas não pelo debate, senão pelo aparelho. Esse foi o primeiro grande desencontro de Mella com este tipo de método burocrático.

Suas palavras, ao sair do cárcere, são em parte uma crítica à direção do PCC, reafirmando que tem plena fé em seus ideais. Ao mesmo tempo que pede a liberdade do resto dos companheiros presos, assinala que “o povo de Cuba tem demonstrado que sabe viver o atual momento histórico da Humanidade”. Contrário ao olhar estreito dos dirigentes comunistas cubanos daquele momento.

Ao exilar-se no México, Mella ingressa no Partido Comunista desse país. A Internacional Comunista teve que intervir para que o PCC reconhecesse seu erro e aceitasse uma readmissão formal à organização.

Mella não foi um exilado derrotado, senão um militante ativo. Nunca deixou de lado a luta revolucionária em Cuba, ao mesmo tempo que se integrava à luta de classes no México. É um defensor da frente única leninista, impulsiona agrupamentos de apoio à luta de Sandino na Ni-

carágua, pela libertação de Sacco e Vanzetti (pelo qual ganha o cárcere novamente) e é parte da direção da Liga Anti-imperialista da América.

BRUXELAS E A URSS

Em nossa opinião, a viagem a Bruxelas e à URSS é um ponto de inflexão no desenvolvimento político de Julio Antonio. Nos debates do encontro anti-imperialista dá-se uma ruptura definitiva com o oportunismo de Haya de la Torre e o APRA² (já no México tinham começado uma polêmica), que em essência era uma política de subordinação ao imperialismo. Aí também se dá um novo confronto com os métodos do aparelho.

As posições políticas de Mella têm um bom eco no Congresso Anti-imperialista de Bruxelas, assim como na URSS as suas posturas sobre tática sindical. Elegeu-se um representante permanente da América Latina para a Internacional Sindical Vermelha e Mella era o candidato natural para o cargo. O aparelho atuou, sob a mão de Victorio Codovilla³, para combater politicamente Mella e evitar que ficasse como o representante sindical latinoamericano. Codovilla, sabendo que podia perder, evitou a votação e chamou seus fiéis para que continuassem a discussão numa nova reunião convocada para uma hora e uma e meia aos que apoiavam a Mella. Quando os apoiadores de Mella chegaram, foram criticados por indisciplina, pois a votação já havia sido realizada. Codovilla lavou as mãos, com o argumento de que ocorrera um erro de tradução.

Outra coisa importante aconteceu nessa viagem. Mella entrou em contato com Andreu Nin, naquele momento membro da Oposição de Esquerda. Ele explicou as diferenças na Internacional e mostrou-lhe o programa da Oposição. Pouco tempo após sua saída da URSS a Oposição seria expulsa do Partido.

Nesse tempo, Mella escreve o artigo “Quadros na União Soviética”, onde não aparecem críticas à URSS. Cada fruta tem sua estação. Há mo-

mentos para ser cautelosos e outros para passar à ofensiva na crítica. O dito artigo mostra uma série de avanços da economia planificada e da revolução, apesar da burocracia, e inclusive aí cita novamente Trotsky, fato que, nesse momento de hostilidade contra a Oposição, representava um desafio aberto.

PARA ONDE VAI O APRA?

Os bolcheviques sabiam que a única esperança para a revolução russa, onde não havia condições para o socialismo devido a seu atraso, era a extensão da revolução ao resto dos países, sobretudo aos capitalistas desenvolvidos. Com o estalinismo, porém, passou-se do internacionalismo proletário ao “socialismo num só país” e retomou-se a velha bandeira menchevique da Revolução por Etapas. A “nova” estratégia revolucionária foi a aliança com a burguesia nacional “progressista”, em contraposição à política de Lênin e Trotsky, que sempre defenderam a independência de classe. A contrarrevolução burocrática não regrediu ao início, já que por todo um período manteve-se a base econômica baseada no planejamento que, apesar de tudo, significou enormes avanços econômicos, ainda que sob a asfixia e o freio do burocratismo.

O fenômeno do burocratismo em suas primeiras etapas coube à Lênin vivenciá-lo e ele estabeleceu uma aliança com Trotsky para fazer-lhe frente e combatê-lo. Sua morte e a derrota da revolução alemã de 1923 aceleraram a batalha interna. Trotsky e seus seguidores conformaram a Oposição de Esquerda, chamando-se a si mesmos “os Bolcheviques Leninistas”, refletindo que sua tarefa era a defesa do verdadeiro legado de Outubro.

O escrito de maior maturidade na vida de Mella é “Para onde vai o APRA?”. Esta não é uma polêmica unicamente contra Haya de la Torre. Mella nos explica que: “Contestar o APRA é um meio de contestar todos os oportunistas e reformistas traidores que sustentam ideologias iguais

ou similares, ainda que neguem ter vinculação com o APRA, ou mesmo proclamem-se inimigos dela. Disso resulta a utilidade de afirmarmos nossos pontos de vista frente à propaganda dos traidores conscientes do proletariado e aos pseudo-reformistas das tendências revolucionárias”. Pode-se deduzir que a crítica se dirigia também ao seio da Internacional Comunista.

Em sua polêmica contra Haya de la Torre, Mella critica sua política que com um discurso pseudo-revolucionário termina conciliando e sucumbindo diante da burguesia. Citando Lênin, ele escreve:

“A Internacional Comunista deve apoiar os movimentos nacionais de libertação [ainda que tenham uma base, como todos a têm, democrático-burguesa, nos aclara Mella] nos países atrasados e nas colônias somente sob a condição de que os elementos dos futuros partidos proletários, comunistas não apenas no nome, agrupem-se e eduquem-se na consciência de suas próprias e distintas tarefas, tarefas de luta contra os movimentos democráticos burgueses dentro de suas nações. A IC deve marchar em aliança temporária com a democracia burguesa nas colônias e nos países atrasados, mas sem fundir-se com ela e assegurando expressamente a independência do movimento proletário, ainda que seja no mais rudimentar deles”.

E refletindo sua proximidade com a postura de Trotsky, afastando-se do estalinismo que nesse momento defendia o apoio aos Kulaks⁴, propondo seu enriquecimento, e a nível internacional seu apoio à burguesia nacional progressista, diz:

“Em sua luta contra o imperialismo — o ladrão estrangeiro — as burguesias — os ladrões nacionais — unem-se ao proletariado, que para eles são boa bucha de canhão. Mas acabam por compreender que é melhor fazer aliança com o imperialismo já que, afinal de contas, perseguem um interesse semelhante. De progressistas convertem-se em reacionários. As concessões que faziam ao proletariado para tê-lo a seu lado são traídas quando este, em seu avanço, conver-

te-se num perigo tanto para o ladrão estrangeiro como para o nacional. Daí vem a gritaria contra o comunismo”.

Num dos pontos centrais das divergências entre Trotsky e os estalinistas, Mella posiciona-se ao lado do primeiro.

O INÍCIO DO TROTSKISMO NO MÉXICO

Julio Antonio, regressando ao México, batalha pela defesa das ideias da Oposição de Esquerda junto a Russell Blackwell⁵, que usava o pseudônimo de Rosalio Negrete. Para citar um dos depoimentos que nos falavam disso, podemos mencionar as palavras de Manuel Rodríguez, que diz:

“Eu acompanhei Rosalio Negrete a Veracruz, no momento da rebelião escobarista. Íamos ser entrevistados por Úrsulo Galván, ele como encarregado dos Pioneiros e eu como secretário geral do Socorro Vermelho Internacional. Nessa viagem, Negrete começou a discursar sobre as diferenças entre Trotsky e Stalin, e disse-me que falara com Julio Antonio Mella. Conversei várias vezes com ele, compartilhava os pontos de vista de Negrete” (Olivia Gall, Trotsky em México).

Nossa colega e amiga Celia Hart Santamaría recordou-nos como Mella homenageou a Alberto Martínez na Plataforma da Oposição com a dedicatória: “Para Alberto Martínez com o propósito de rearmar o Comunismo” (Celia Hart, “Julio Antonio, até depois de morto”). Este é Mella após a viagem a Bruxelas e à URSS.

O espírito revolucionário incansável de Mella levou-lhe a embates contínuos com a política do estalinismo e suas direções nacionais. Sua autoridade e trabalho faziam com que esse objetivo fosse árduo por um lado e, por outro, tinha que ocupar funções de primeira ordem. Blackwell explicou-nos:

“No México, apesar dos contínuos desacordos com os dirigentes oportunistas do partido mexicano, Mella cedo converteu-se num líder destacado. Devido às orientações, o partido mexicano praticamente obrigou a Mella, bem como a muitos outros

camaradas estrangeiros, a dedicar-se quase exclusivamente ao trabalho anti-imperialista. Mella foi durante um período considerável secretário geral da Liga Continental Anti-imperialista de toda América e desta maneira suas energias se desviaram em grande parte do campo onde teria sido mais útil para o movimento. Mais tarde, no entanto, durante um período em 1928, Mella ocupou provisoriamente o secretariado geral do Partido Comunista do México”.

Blackwell também nos menciona como Mella, ao ser o secretário provisório do PCM, dá uma ofensiva contra a política de conciliação com a burguesia. Dá-se uma diferença forte na tática sindical, onde Mella defende (e ganha o debate) de criar uma nova confederação sindical (diferente da CGT e a oficialista CROM), num momento onde, diz Blackwell, era possível aglutinar setores que estavam rompendo com os reformistas e burocratas e assim romper a hegemonia de controle nos sindicatos mexicanos.

Este debate intensificou as tensões no PCM enquanto Mella era acusado de ser trotskista. Veio uma ofensiva contra ele com toda a pressão do aparelho, nos explica Blackwell:

“Mas ao regresso da delegação Mexicana de Moscou após o Sexto Congresso Mundial da Comintern, o camarada Mella não só foi removido deste posto provisório, mas também foi eliminado sumariamente do Comitê Central, ante a insistência da ala direita do C.E.C. dirigido por Martín (Sitirner) e Carrillo. Num período anterior, Mella tinha sido acusado de ‘trotskista’ e só através de uma renúncia formal do ponto de vista da Oposição de Esquerda, que provavelmente foi o maior erro político de sua carreira no partido, lhe permitiu manter a liderança” (Russell Blackwell, “Julio A. Mella”, marxists.org).

Efetivamente, numa reunião do Comitê Central do Partido Comunista Mexicano, no meio de todas as pressões, Mella disse não pertencer à Oposição de Esquerda, mas perceba que Blackwell usa o termo “renúncia formal do ponto de vista da Oposi-

ção” pois, na realidade, não significa um abandono dessas ideias muito menos uma assimilação do estalinismo. No meio desta disputa, Mella é expulso. Pela segunda vez estava fora de um Partido Comunista.

QUEM ASSASSINOU MELLA?

Um mês antes de seu assassinato, Mella teve uma dura discussão com Vittorio Vidali dentro da sede do Partido Comunista. Enfurecido, o segundo disse-lhe: “Não esqueça nunca: da Internacional sai-se de duas maneiras, ou expulso ou morto!”. Esta personagem teria uma história obscura durante a guerra civil espanhola. Quando Andreu Nin, ex militante da Oposição de Esquerda e dirigente do POUM foi assassinado pelos estalinistas. Vidali é acusado de estar envolvido neste assassinato e também no de Trotsky. Depois da morte de Mella, sua companheira na época, Tina Modotti, acabou sendo companheira de Vittorio Vidali. Tina esteve junto a Mella quando o assassinaram e na própria investigação da polícia foi acusada de estar envolvida.

O estalinismo é tão oposto ao bolchevismo que, para consolidar-se no poder, exterminou a geração do partido que fez a revolução. Entre 1936 e 1938 realizaram-se os julgamentos de Moscou, onde foram condenados a morte, acusados de crimes contra-revolucionários, uma grande quantidade de dirigentes comunistas. Alguns deles não chegaram sequer a ser julgados, pois não sobreviveram às salas de tortura, cárceres e campos de concentração. O próprio León Trotsky seria assassinado em 1940 por um agente estalinista na mesma cidade onde morreu Mella. Mas o comunista cubano foi assassinado em 1929, quando esta prática de assassinatos do estalinismo ainda não era aplicada.

Sobre a morte de Mella, diversos historiadores como Adys Cupull, Froilán González ou Christine Hatzky, têm dado provas de que os assassinos de aluguel foram os capangas de Machado, o presidente cubano: José Agustín López Valiñas e Miguel Fran-

cisco Sanabria. Russell Blackwell (Rosalio Negrete), fundador da Oposição de Esquerda em México, assinala no já citado artigo biográfico de Mella, escrito dois anos após sua morte: “Em 10 de janeiro foi assassinado a tiros na rua pelos matadores de Machado...”, reconhecendo o ditador cubano como o assassino. Uma das investigações mais recentes, realizada por Gabriela Polido e Laura Moreno, examina arquivos da polícia mexicana que se comparam aos da polícia cubana, demonstrando a cumplicidade de ambos neste assassinato e a proteção dos matadores de aluguel (ver *O assassinato de Julio Antonio Mella: relatórios cruzados entre México e Cuba*, Secretaria de Cultura e INAH).

Como bem diz Julio César Guanche: “ambas as versões [do assassinato de Mella] explicam melhor a vida de Mella que sua morte: explicam tudo sobre seu carácter revolucionário” (“Por que ler a Julio Antonio Mella?”, rebelión.org).

FOI MELLA UM TROTSKISTA?

O termo *trotskista* foi inventado para desprestigiar àqueles que mantiveram o legado de Outubro e agruparam-se na Oposição de Esquerda, distorcendo com isso suas ideias e invertendo o papel jogado por Trotsky e Stalin na revolução. A última batalha de Lênin foi lutar contra a burocracia numa aliança com Trotsky. Criou-se uma escola de falsificação estalinista que escreveu uma nova e distorcida história. Em sua viagem a Moscou e

Bruxelas, Mella pôs-se a par destes debates da internacional.

Dificilmente questionam-se as credenciais marxistas de Julio Antonio Mella. León Trotsky não é mais que a continuidade das ideias do autêntico marxismo e é evidente que Mella não foi um estalinista e se inspirou nas ideias e luta de Lenin e Trotsky. Mella tinha uma cabeça própria que pensava com dialética e liberdade, mas com uma posição de classe. E chegou à conclusão do papel traidor não só do imperialismo, mas também das burguesias nacionais (os ladrões locais). Foi um internacionalista que nunca abandonou a luta revolucionária em Cuba, da qual em determinado momento disse: “A luta é internacional, como internacional é a força que sustenta o governo de Cuba: o imperialismo capitalista”.

Mella tem raízes nacionais em sua luta revolucionária, admirou a José Martí, porém entendeu o papel da classe operária. Sabia que na luta de libertação nacional a classe operária devia jogar o papel dirigente, compreendeu o papel traidor da burguesia nacional e que a libertação nacional completa do imperialismo não podia dar-se sem a luta pelo socialismo. Em seu artigo “O grito dos mártires”, sentencia: “Já não há pátria. Só classes inimigas”.

PERTENCEU MELLA À OPOSIÇÃO DE ESQUERDA?

Em realidade a Oposição estava sendo criada. Julio Antonio Mella

jogou um papel nesse início como sendo uma via para levar as ideias dos bolcheviques-leninistas a México e Cuba. Sob pressão, Mella disse que não pertencia à Oposição. Isso pôde ter sido um erro momentâneo, ainda que não um abandono das ideias. A Oposição não era um ente criado, senão um organismo em construção. Não significa um abandono de Mella das ideias e da perspectiva. Depois de sua morte vários de seus colaboradores próximos formariam a Oposição de Esquerda.

Mella foi um revolucionário íntegro e isso o levou naturalmente a chocar-se uma e outra vez com o estalinismo. Não temos dúvidas de que se tivesse vivido mais, teria estado ao lado de Blackwell em México ou Sandalio Junco em Cuba, reivindicando as tradições do bolchevismo na contramão do oportunismo estalinista. Nesse momento, a questão se Mella pertenceu formalmente à Oposição de Esquerda ou não, é o de menos, o importante foram as ideias que defendeu. Que nessa disputa da internacional se posicionou nos pontos centrais com as de Lênin e Trotsky em oposição às ideias e métodos do estalinismo.

As ideias e tradições de León Trotsky não são alheias à tradição revolucionária cubana e latino-americana, fazem parte integral do nascimento de nosso movimento e dos Partidos Comunistas na América.

NOTAS

- ¹ Gerardo Machado, presidente cubano pertencente ao Partido Liberal, eleito em 1925. Realizou forte caça aos comunistas e dizia que em seu mandato “nenhuma greve duraria mais de 1 dia”. Em 1917 ele era Ministro do Interior e tomou a frente do que foi chamado de Guerra Chambelona, uma investida do partido liberal.
- ² Haya de la Torre é um nacionalista peruano, que em 1924 fundou a APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana), no México.
- ³ Victorio Codovilla foi um comunista argentino/italiano. Foi membro do PS Italiano e ocupou cargos de liderança no PC da Argentina e na Comintern.
- ⁴ Kulaks era o nome dado aos médios proprietários de terras na Rússia contrários à coletivização de terras.
- ⁵ Russel Blackwell, militante do Partido Comunista dos EUA, enviado ao México para organizar a juventude, organizou um grupo trotskista dentro do PC, que resultou na sua expulsão do partido.

Sobre a cisão de Partido Obrero na Argentina

Corriente Socialista Militante

Artigo publicado na página El Militante, da seção argentina da Corrente Marxista Internacional Corriente Socialista Militante, sob o título “En ocasión de la Fracción Pública del Partido Obrero ¡Construyamos un Partido Revolucionario!”, publicado em 21 de agosto de 2019.

INTRODUÇÃO

Em agosto de 2019 vem à tona a crise do Partido Obrero¹ da Argentina. Um de seus principais dirigentes, Jorge Altamira, denuncia sua expulsão juntamente com Juan Ferro e Marcelo Ramal. Os distintos textos que circulam nos jornais impressos e nas redes sociais não dão conta somente da crise do PO, mas que em suas bases expressam a crise pela que atravessa a esquerda argentina. A “virtude” de Altamira aos militantes que acompanham esse processo político de fracionamento e “delimitação com seu passado recente na condução do PO” **deixa à mostra uma tendência orgânica dentro das fileiras do trotskismo na Argentina**, suas práticas e vícios reiterados e mostram a necessidade de um balanço para lançar luz e desentranhar os problemas que se repetem na vanguarda que pretende subverter o capitalismo pela raiz e, assim, parir definitivamente um partido revolucionário para conseguir este objetivo tão necessário.

Cada ponto de inflexão histórica importante tende a provocar lutas internas dentro do movimento marxista sobre perspectivas, táticas e estratégia. Uma tendência sadia, cuja direção confia em suas ideias, pode resolver estes conflitos inevitáveis sem crise nem rachas. As tendências burocráticas, há tempos na direção do PO, sua propensão à adaptação política em diferentes graus, ao regime capitalista têm sua correlação no regime interno do Partido.

Definitivamente, o declínio do PO indica que, em grande medida, se dissolve as ideias revolucionárias. O desenvolvimento de “novas ideias” os levam, muitas vezes, a deixar de lado muitos dos princípios defendidos no passado por Marx, Engels, Lenin e Trotsky.

UMA ATITUDE DIFERENTE

Os processos de racha que o trotskismo experimenta em geral se desenvolvem ao melhor estilo estalinista que se tem registrado. Desse modo, a luta política fica reduzida à expulsão de militantes e dirigentes e a quem fica com o aparato, ao contrário do debate de ideias e que seja o programa aquele que depure as fileiras do partido revolucionário.

Os grandes pensadores marxistas, quando se viam diante de novas situações e problemas, co-

meçavam por reafirmar as ideias fundamentais do marxismo. A teoria, como explicava Engels, é um guia para a ação. Trotsky nos anos 1930, ao enfrentar o problema da degeneração da União Soviética, realizou um reexame dos ensinamentos fundamentais de Marx, Engels e Lenin acerca do Estado.

A ESQUERDA E OS TRIBUNOS NO PARLAMENTO

A conduta dos grupos de esquerda em geral se caracteriza por sua política de face dupla como assinalava Lenin: por um lado sua face sectária e, por outro, sua face oportunista.

Trotsky sintetiza claramente os princípios do marxismo ao demonstrar que o programa faz o partido, ou seja, que finalidade estratégica determina todos os aspectos da vida partidária: sua organização, regi-

me interno e trabalho nas massas. Desta definição se deduz que nossa finalidade programática é a Revolução Socialista Mundial. Trotsky entendeu que o marxismo só pode ser construído em estrita conexão com a luta de classes, em termos de luta política e ideológica, para formar o partido revolucionário e construir o Socialismo.

O Estado capitalista e a classe dominante de inúmeras maneiras tentam assimilar os partidos que conclamam a Revolução Socialista. Nesse sentido, a via eleitoral, em muitas ocasiões, desempenha um papel de inflexão para a adaptação e diluição do programa revolucionário.

A experiência nos indica que o partido revolucionário deve manter um controle estrito sobre a atividade parlamentar e sobre os tribunais revolucionários. As pressões são enormes e corre-se o risco, ao se aceitar o jogo da democracia parlamentar, de invalidar as ideias da revolução. Para os marxistas, o Parlamento é uma tribuna para a propaganda do programa socialista, mas seu uso deve estar subordinado, como já disse Lênin, ao objetivo dos marxistas, que é a derrubada do sistema capitalista, de suas instituições, como é o Parlamento, da burocracia estatal e das forças repressivas. Podemos expressar o programa mais revolucionário que as regras da justiça eleitoral permitam, outra coisa é aceitar os limites do parlamentarismo cedendo na atividade revolucionária. Se pegarmos o programa da FIT-U² apresentado para as eleições, veremos que não é harmônico com o discurso de seus candidatos. A agitação, a panfletagem, ao invés de ser usada para explicar o programa, nos convida a acompanhar aos candidatos da FIT-U, onde a “esquerda deve estar”.

A propaganda dos grupos de esquerda que compõem a FIT se reduz a – como foi nas últimas prévias (PASO 2019) – onde a “esquerda deve estar”. Com este mecanismo, se oculta o programa e se

constrói a ideia de que, se tiverem muitos assentos, serão a garantia das leis que defendem os menos favorecidos. Isto é um erro político que viola o programa da revolução uma vez que o resume à democracia parlamentar burguesa.

O programa apresentado nas eleições deve ser aquele a ser levado aos comícios, aquele que se agita publicamente, nas fábricas, nas ruas, é aquele definido pelo Congresso do Partido. Se o Partido aceita os limites que o parlamento impõe, então é esta instituição capitalista que faz, em grande medida, desenvolver a atividade do partido revolucionário e a consequente adaptação dos tribunais revolucionários.

Então significa que devemos renegar a batalha nas eleições burguesas e perder a oportunidade de conquistar assentos e que, como tribunais, utilizemos esta tribuna de denúncia? Absolutamente não, justamente aceitamos ganhar assentos como um aspecto mais da luta pela derrubada do sistema capitalista. A participação nas eleições nos permite explicar nosso programa a mais pessoas. A eleição de parlamentares revolucionários nos proporciona um potente altofalante para agitar por um programa revolucionário de luta. A luta por leis que fortaleçam a posição dos trabalhadores somente pode ser eficaz se combinada com a luta nas ruas, as mobilizações das massas, o desenvolvimento dos organismos de duplo poder que as massas vão construindo, como foram as coordenações fabris³ em 1975. O bloco de tribunais de esquerda é um posto avançado contra os blocos dos patrões e, de certa maneira, mostra um grau de independência política dos trabalhadores e dos setores mais conscientes da classe. O Parlamento burguês prepara cada uma das leis que dão as costas à classe trabalhadora, por isso devemos fortalecer a luta nas ruas, nas fábricas, nas universidades. O papel que devem desempenhar os tribunais de esquerda é a

exposição do programa da revolução, como única saída à desesperadora situação que vive milhões de trabalhadores, denunciando que o Parlamento é um ambiente hostil para se conseguir uma vida melhor. É um ambiente rarefeito para os trabalhadores. É um ambiente de composição entre as diferentes facções dos capitalistas. Os tribunais de esquerda devem levantar a desconfiança contra as instituições da burguesia.

Muitas vezes nos dizem que o Programa Revolucionário é muito avançado em relação à consciência dos trabalhadores, que é demasiadamente radical para as massas e suas direções. O Programa deve expressar as tarefas objetivas que a vanguarda e as massas devem levar adiante, materializando-o na classe e em sua direção. O Programa **não deve ser adaptado** a cada momento da consciência da classe. É um instrumento para vencer e superar o atraso. O programa, a ideia, é chamada a transformar a classe de instintiva em consciente, deve se traduzir em organização, se constituir em força material.

Podem nos questionar: e se os trabalhadores não assumirem o Programa da revolução? Devemos assinalar e dizer a verdade: **serão esmagados pelos capitalistas, suas instituições e seus governos!** Muitas organizações de esquerda começam por limpar ou adaptar o discurso, em prol de um êxito eleitoral efêmero, procurando algo que substitua a revolução. Inclusive os tribunais mais radicais **não assinalam** a necessidade da revolução e do Socialismo, de um governo dos trabalhadores, de uma nova legalidade sustentada pelas massas e suas organizações criadas no calor da luta de classes, com assembleias e com a democracia direta.

Lamentavelmente, a esquerda e a FIT em particular se encontram distante destas premissas. A crise do *Partido Obrero* e a separação de dirigentes históricos mostram uma tendência à burocratização



dessa organização. Então devemos nos perguntar quais foram e são as causas para que isto acontecesse. Novamente a resposta é encontrada na revisão ou como vai se diluindo o Programa Revolucionário, a adaptação do mesmo a um público mais “civilizado” no plano eleitoral. Os grupos que se distanciam da estratégia de poder, que desvalorizam o programa, condenam-se como alternativa para a classe operária e ao conjunto dos trabalhadores.

O PESO DO APARATO

Outro aspecto é a denúncia ou chamada de atenção que Jorge Altamira faz sobre o aparelhamento do partido.

Nos últimos anos cresceu de maneira demasiada o número de militantes contratados. Proporcionalmente a seus filiados, o PO sustenta um número de contratados superior ao que contava a socialdemocracia alemã no início do século XX. Para que esta estrutura não termine constituindo um regime de contratos vitalícios, definitivamente apartada da militância partidária, é necessário, em primeiro lugar, um balanço que justifique esta situação e o peso econômico que representa [...].

Esta situação descrita por Jorge Altamira não é nova na esquerda e representa uma preocupação na vanguarda revolucionária; a dependência financeira do Estado burguês por via parlamentar, com o pagamento de contratados. É preocupante quando uma organização começa a viver dos recursos financeiros do Estado em vez daqueles aportados pelo esforço de seus militantes. Então os diferentes mecanismos do Estado burguês começam a ser aceitos no interior da organização, a adaptação política no ponto de menor resistência implica aceitar e fortalecer uma tendência oportunista.

Entendemos que não há atalhos para a construção de uma organização revolucionária. A mesma requer paciência e formação,

já que sem teoria revolucionária não há prática revolucionária, como disse Lênin.

A isto se soma a ausência de um genuíno trabalho internacionalista por parte da FIT ou de quem a integra, que tenha como objetivo a construção do Partido Mundial da Revolução Socialista, baseado na concepção bolchevique de partido. As “Internacionais” dos partidos que integram a FIT se parecem mais com uma Federação de Partidos que com uma organização baseada nos princípios do Centralismo Democrático.

FRENTES DE MASSAS, FRENTE ÚNICA E INDEPENDÊNCIA DE CLASSES: A FRENTE ÚNICA E OS MARXISTAS

Alan Woods sintetizava o conceito de partido revolucionário para a Corrente Marxista Internacional durante uma entrevista.

Trotsky, como Marx, Engels e Lenin, entendia, sim, perfeitamente o papel das organizações políticas de massas. E ele explica que a criação do partido tem duas partes, se assim quiser. A primeira parte é a elaboração do programa, das ideias, da teoria, sem os quais um partido revolucionário jamais pode existir. Sim, mas isso só é a primeira parte, a formação de quadros revolucionários. E o mesmo Trotsky explica que há uma segunda parte que é como vincular estas pequenas forças marxistas com as massas e aí entramos no tema das organizações reformistas, como pode ser o Partido Trabalhista na Grã-Bretanha, inclusive o kirchnerismo na Argentina, o peronismo anteriormente, o Podemos na Espanha ou, inclusive, como não, o movimento bolivariano na Venezuela. É muito fácil criticar estes movimentos, seus dirigentes, a carência de seus programas e ideias, isso é muito fácil de fazer, mas não muda o tema de que são movimentos que agrupam milhões de trabalhadores. E nossa primeira tarefa não é a conquista do poder. É, precisamente, a conquista das massas, alcançar as massas, estabelecer laços profundos com as massas, esta-

belecer uma linguagem comum com as massas, porque sem isso, francamente, não vamos a parte alguma. Inclusive no documento de fundação de nosso movimento, que é o Manifesto Comunista de Karl Marx que, certamente, parece que foi escrito ontem, é totalmente relevante e mantém sua vigência e atualidade, inclusive nestes momentos. Lá, Marx explica que os comunistas não formam partidos separados e opostos a outros partidos operários. Somos, se assim quiser, uma corrente. Por isso nosso movimento se chama Corrente Marxista Internacional, a corrente mais avançada, mais consciente, mais internacionalista, mas isso sim, sempre dentro do movimento geral das massas, sem isto, francamente, seríamos impotentes para mudar a sociedade (OUBEL, Damian. Centenario de la Revolución Rusa: entrevista a Alan Woods. Sociedad Futura, 2018).

O objetivo dos marxistas em toda experiência de frente única é se destacar como os melhores lutadores e os mais comprometidos com a unidade do movimento e, ao mesmo tempo, demonstrar na prática a superioridade de suas táticas, palavras de ordem, programa e métodos de luta para vencer. Trata-se, pois, de ganhar para a organização marxista a maior quantidade possível de trabalhadores de outras tendências ou não organizados, a partir de uma experiência prática de luta que os une a todos.

A tática da frente única não é uma opção, entre outras. Impõe-se aos marxistas em quase todas as circunstâncias, por uma razão muito simples: sem uma maioria decisiva da classe operária a favor da revolução socialista, esta é impossível. A melhor maneira de ganhar a maior quantidade possível de operários reformistas e de outras tendências para as ideias do comunismo é colocando e comprometendo suas lideranças e organizações em uma luta comum, para que sejam provados na prática e a experiência faça esses trabalhadores verem a superioridade das táticas e programa dos marxistas.



Por isso, o sectarismo ultraesquerdista que evita o contato e a luta comum com as organizações e operários reformistas é o melhor aliado dos dirigentes socialdemocratas e reformistas, porque impede o operário com ilusões reformistas experimentar e comparar, simultaneamente, em uma experiência concreta comum a política de seus dirigentes e a dos marxistas (REY, David. 1919-2019: centenario de la Internacional Comunista (VI) – Las Tesis sobre el Frente único obrero. Madrid: Lucha de Clases, 2019).

Temos diante de nós um problema em relação às pequenas forças do marxismo e ao movimento vivo do proletariado e suas organizações históricas. Este problema passa por toda uma série de etapas, com mudanças constantes, reflexo dos fluxos e refluxos da luta de classes. A classe trabalhadora não chega automaticamente a conclusões revolucionárias. Se assim fosse, a tarefa de construir o partido seria supérflua. Nossa tarefa seria simples se o movimento da classe trabalhadora acontecesse como uma linha reta. Mas isso não ocorre.

São os grandes acontecimentos da luta de classes, onde a classe trabalhadora começa a criar organizações de massas para defender seus interesses. Estas organizações históricas – os sindicatos, as cooperativas e os partidos operários – represen-

tam o germe de uma nova sociedade dentro da velha.

Servem para mobilizar, organizar, formar e educar a classe trabalhadora.

Depois de um longo período histórico, a classe trabalhadora chega a compreender a necessidade da organização. Sem organização, a classe trabalhadora não é mais que carne para exploração. Mediante a criação de organizações, tanto de caráter sindical como, em um nível superior, político, começa a se expressar como classe, com uma entidade independente. Nas palavras de Marx, passa de ser uma classe “em si” para ser uma classe “para si”.

Entretanto, estas organizações se formaram no seio da sociedade capitalista e estão sujeitas às pressões do capitalismo que, inevitavelmente, produz deformações burocráticas. As organizações nascidas na luta tendem a se degenerarem quando desaparece a pressão das massas. Estas pressões se intensificam em períodos de auge econômico ou, inclusive, durante booms temporais. Quando os capitalistas podem dar concessões e reformas, a maioria dos trabalhadores não vê a necessidade de participar ativamente no movimento. Isso produz ainda mais degeneração na direção que, por sua vez, converte-se em um fator que produz um aumento da apatia, o ceticismo e o desprezo de amplas camadas de

trabalhadores com suas organizações tradicionais (WOODS, Alan. La enfermedad infantil del izquierdismo en el comunismo, de Lenin. El Militante, 1998).

Um dos elementos mais monstruosos foi o papel desempenhado pelo estalinismo no movimento operário. A Internacional Comunista deixou de ser um poderoso agente da revolução e se transformou em uma gigantesca agenda de contrarrevolução, sobretudo no período que vai de 1943 adiante. Isto intoxicou e deformou milhões de trabalhadores mais avançados durante quase três gerações, complicando enormemente a tarefa da transformação socialista da sociedade.

Mas a história mostra que nenhuma força sobre a terra pode destruir a vontade instintiva da classe trabalhadora em mudar a sociedade. Os trabalhadores, inevitavelmente, irão se mobilizar e, no processo, tratarão, por vezes, de transformar suas organizações ou criarão outras novas em períodos revolucionários. Um partido revolucionário, para um marxista, é, primeiramente, Programa, Método, Ideias e Tradições e, só secundariamente, uma organização e um aparato (que, sem dúvida, possuem sua importância) para levar estas ideias a amplas camadas dos trabalhadores.

O partido marxista, desde suas origens, deve se basear na teoria e no programa, que é o resumo da experiência histórica geral do proletariado. Sem isto seríamos nada. Começamos com o lento e doloroso trabalho da formação de quadros; que formam o esqueleto do partido através de toda sua vida. Isto é a primeira parte do problema. Mas só a primeira parte. A segunda parte é mais complicada: como chegar às massas dos trabalhadores com nosso programa e nossas ideias? Não é uma questão fácil.

Para os sectários, como é de se imaginar, isto não é problema algum. Basta citar Lênin sobre a necessidade de “um partido revolucionário inde-

pendente”. Simplesmente nos proclamamos como tal e chamamos os trabalhadores a que se unam a nós!

A necessidade de construir um partido revolucionário independente é o ABC para os marxistas. Mas além do ABC há outras letras no alfabeto e uma criança que só repete as três primeiras depois de alguns anos de escola não seria considerado muito esperto.

Em seu artigo *Sectarismo, Centrisimo e a Quarta Internacional*, Trotsky (1935) caracteriza os sectários desta maneira:

O sectário vê a vida da sociedade como uma grande escola, na que ele é o professor. Na sua opinião, a classe trabalhadora deveria deixar de lado outras coisas menos importantes e se assentar ordenadamente em torno de seu palanque. Então, a tarefa estaria feita. Apesar de jurar pelo marxismo em cada frase, o sectário é a negação direta do materialismo dialético, que toma a experiência como ponto de partida e sempre volta a ela. Um sectário não entende a ação e a reação dialética entre um programa acabado e a luta viva das massas – quer dizer, imperfeita, inacabada. O sectarismo é hostil à dialética (não em palavras, mas nos feitos) no sentido em que vira as costas ao desenvolvimento real da classe trabalhadora (TROTSKY, León. Escritos. 1935-1936).

Os fundadores do socialismo científico sempre partiam do movimento tal como era e aplicavam as táticas mais hábeis para conectar com o autêntico movimento das massas e fertilizá-lo com o programa do marxismo revolucionário.

Para a classe trabalhadora na Argentina as fortes tradições de sindicalização se chocam com o conservadorismo das classes dominantes. O peronismo avança substancialmente no processo – já iniciado na década de 1930 – de integração dos sindicatos ao Estado burguês para conter as lutas crescentes do proletariado. Este processo de integração, em uma relação dialética, anima-se com a ideologia de conciliação de classes do peronismo que foi marcada por lutas, marchas e contramarchas. Na

verdade, não se trata da experiência “particular” argentina, mas de um fenômeno mundial, próprio da fase imperialista do capitalismo: a tendência à integração dos sindicatos ao Estado, usando os líderes sindicais como correia de transmissão no interior das organizações operárias. Lênin dizia que são o principal apoio social da burguesia. Tratou-se de um processo contraditório, que de maneira alguma se consumou completamente. Em distintos períodos históricos, sob formas de dominação de classe de civis ou militares, manteve-se como uma constante nesta luta de contrários: por um lado, as estruturas sindicais de primeiro, segundo e terceiro grau (CGT, sindicatos ou federações nacionais e regionais), que fazem a gestão de fundos e controlam obras sociais, mantiveram sempre fluidos laços com as organizações patronais e dos governos de então. Por outro lado, as organizações sindicais de fábrica ou empresa, os corpos de delegados e comissões internas foram o obstáculo fundamental, nas distintas etapas, para que a burguesia pudesse completar seu ideal de integrar totalmente as organizações sindicais ao Estado patronal. Foram essas estruturas que combateram e resistiram à política de Perón na década de 1950. Foram essas estruturas a base da resistência à *Fusiladora* (o Golpe de 1955) e dos sucessivos governos (Frodizi, Illia, entre outros). Foram estas estruturas a base organizativa do extraordinário movimento que ficou na história com o nome de classismo nos anos 1960 e 1970. Foram os milhares de delegados de fábrica e empresa as vítimas fundamentais da ditadura genocida de 1976 a 1983 e os que resistiram a ela.

Tudo isto é ratificado nas lutas fundamentais das últimas décadas. Desde a tomada da Ford em 1985, o *maestrazo* de 1988, as lutas ferroviárias e de motoristas, os movimentos de “autoconvocados”, até as de agora no metrô e Terrabusi-Kraft, PepsiCo, Telefônicos em 2005, Estaleiros Río Santiago, Lear, Donnelley, as Universidades, entre outros. A base estrutu-

ral das ditas lutas foram os delegados e comissões internas. É por estas estruturas de base dos sindicatos que se expressam as tendências de independência de classe dos trabalhadores, ao ponto que essas tradições influenciam nos movimentos de base social não proletária, como são os docentes, os estudantes, entre outros.

Não é compreensível o uso, por parte dos grupos que integram a FIT, da palavra de ordem de lutar pela independência de classe e a tática da frente única. A experiência concreta mostra que estes grupos em relação à frente única não passam de discurso. Pelo lado da independência de classe com respeito aos partidos do regime e de seus governos, não estamos melhor, já que aquilo que estes grupos sustentam é sua independência da própria classe trabalhadora, ficando às margens do movimento. A própria experiência dos últimos anos mostra a FIT em marchas separadas, dando de presente as centenas de milhares de trabalhadores, de operários e jovens, que ainda não veem a esquerda como uma alternativa válida, ao domínio ideológico e político de uma das facções burguesas, o peronismo.

No texto *Por que a Fração Pública do Partido Obrero*, Altamira reconhece que:

O kirchnerismo se empenhou na defesa consequente do governo e do regime político com a palavra de ordem de aguardar 2019 e, então, “temos 2019”. Apenas um litigante faccioso pode sustentar que Fora Macri, Constituinte Soberana, Governo dos Trabalhadores, é “funcional” ao kirchnerismo. É o contrário, o mesmo método de diferenciação com o kirchnerismo, porque contrapõe dois programas e dois métodos de ação na oposição ao governo macrista. O procedimento de distinção que consiste em denunciar a todos os protagonistas da política (Macri, K, Massa, governadores, prefeitos, o Papa, Lavagna, entre outros) marca um nível grosseiro de despolitização e funciona como autoprocamação de uma esquerda que segue sendo o extremo minoritário de todo o conjunto político. Na luta contra o governo de fome, o PO propõe uma

alternativa de classe (Constituinte Soberana, governo operário); essa é a diferenciação política. A grosseria da pretensão do oficialismo partidário bloqueia a possibilidade de ganhar os trabalhadores que se inclinam para os K, como saída imediata ao chamado ajuste. A inexistência da FIT como força unificada militante, concorre para que as massas não vejam outra saída ao impasse.

Deixando de lado por um momento o debate que temos sobre a palavra de ordem “Assembleia Constituinte Livre e Soberana”, concordamos com Jorge Altamira quando se delimita o formalismo do PO por sua grosseria e despolitização, fazendo grotescamente uma tábua rasa entre os partidos do regime: quem está à frente do controle do Estado, como é o caso de Macri *Cambiemos*, com o kirchnerismo. Este método o desabilita de se aproximar da classe trabalhadora e da juventude.

Marx, Lênin e Trotsky apontaram que devemos ter os trabalhadores tal qual é sua consciência, permitindo, deste modo, ver os obstáculos que temos adiante e abordar com os melhores métodos e ferramentas as massas e sua vanguarda. Além disso, não devemos esquecer que estas vêm com suas direções nos sindicatos, sejam reformistas ou liberais. Portanto, para os revolucionários a Frente Única resulta em uma necessidade pelo minoritário da tendência revolucionária. Já dissemos que tanto Lênin como Trotsky assinalaram duas fases, a formação dos quadros, o uso das ideias revolucionárias e a outra seria ganhar as massas, a imensa maioria dos trabalhadores e jovens que ainda se aderem, neste caso, ao kirchnerismo.

Contudo, parece que Jorge Altamira, não tenha sido parte da direção histórica do PO juntamente com Ramal e Ferro, nem tivesse tido um peso histórico como direção, parece que a delimitação com a atual política do PO os exime da responsabilidade das políticas sectárias e burocráticas que mantiveram tanto formalistas quanto a fração pública.

Outro aspecto do documento da fração de Altamira aborda a política para o Polo Operário, agrupação do PO desde o final dos anos 1990, onde revela⁴ que o programa revolucionário é condicionado à desesperadora situação dos setores mais castigados da sociedade. Sendo uma agrupação do PO, as palavras de Altamira mostram com clareza como o trabalho para os desempregados trouxe consigo toda uma série de dificuldades que desvalorizou o programa da revolução.

O trabalho para os setores mais castigados da sociedade capitalista é sempre difícil. A perspectiva política do movimento *piquetero* se encontra condicionada à luta de classes do conjunto. A solução definitiva só será possível na medida em que sejamos capazes de vincular estes movimentos com a luta da classe trabalhadora ocupada e suas organizações para o triunfo da Revolução Socialista.

Sabemos que a formação do partido revolucionário é um processo doloroso, trata-se da formação do Estado Maior da Revolução Socialista. Pensamos que o trabalho nos setores populares castigados e degradados pela fome do capitalismo deveria ser encarado por meio dos sindicatos onde a esquerda tenha um peso relevante, levando a tarefa de vincular, de politizar, de formar e de organizar os mais decididos e aptos que se inclinam à transformação revolucionária da realidade. Assim foi a experiência dos bolcheviques no período de reação do cerco empresarial massivo organizado em São Petersburgo e nos centros industriais, como Moscou e Odessa, em acordo com as autoridades czaristas em 1905 e 1906.

Os anos 1990 foi uma imensa escola para os revolucionários. Não podemos esquecer as enormes dificuldades no trabalho revolucionário nos movimentos de desempregados. Partimos da experiência viva de luta para organizar e politizar estes setores da sociedade que, por fim, terminaram sujeitos à pressão que, inevi-

tavelmente, exercem as condições de fome e desespero, condicionando às organizações de esquerda.

O partido revolucionário não deve perder de vista o conceito de partido de vanguarda, que é inseparável do conceito de partido de combate, porque a vanguarda se alimenta das experiências da luta de classes, a qual transforma e, assim, transforma-se a si mesmo. Mas dizer isto não supõe o trabalho em todos os lados, supõe um trabalho debatido nos organismos da organização o dirigindo, principalmente, para a juventude operária.

Soma-se a esta realidade o conceito do PO de “recrutar massivamente” que o levou desde os anos 1980 até hoje, a Jorge Altamira a formular a ideia de “um jornal mais um austral⁵ igual a um militante”, que tem, de qualquer maneira e situação política, consequências nefastas, simplesmente porque põe em um marco de igualdade política, organizativa e de responsabilidades, camaradas que têm diferentes graus de compreensão e acordo com o programa.

O desespero por “crescer” – conceito atravessado pelo papel que desempenha a esquerda com seus tribunos parlamentares e das eleições – leva à dissolução o conceito de um partido revolucionário, já que seu recrutamento é indiscriminado. A intenção de buscar atalhos eleitorais para a construção do partido é outra face desta política que leva também, como temos visto, ao rebaixamento do programa.

Nahuel Moreno, anteriormente a Altamira, em seu texto *Problemas de Organização*, expressava o mesmo com matizes distintas:

Foi feito um fetichismo, sobretudo por parte do estalinismo, de que a forma socialista revolucionária de organização é uma, fixa e imutável; a organização por meio de pequenas células... Ainda não terminamos de romper com ele. As mudanças na forma organizativa do partido são determinadas pela combinação de dois fatores fundamentais: a situação da luta de classes e a situação ou grau de desenvolvimento do movimento operário revolucionário.

No informe ao Congresso de 1986 do PO, Altamira coincide com Moreno neste ponto ao dizer que “o partido ‘de massas’ e o partido ‘de quadros’ não somente refletem diferentes situações políticas e distintas realidade nacionais, também expressam distintas fases de desenvolvimento do movimento operário revolucionário”.

É indispensável e inadiável o balanço da construção do partido da Revolução Socialista.

REGIME INTERNO, NECESSIDADE DE UM REGIME SALUTAR

O regime interno do partido está orientado pela estratégia. A tomada do poder pela classe trabalhadora supõe um regime interno de partido baseado na democracia, disciplina e ação unitária externamente. Um regime salutar de democracia interna, não supõe a eliminação das tendências, o Partido é luta de tendências, se fosse de outra maneira não haveria vida partidária. É a estratégia, o programa, o método e as tradições que possibilita um regime salutar em qualquer organização que pretenda subverter de maneira radical a sociedade e conquistar uma nova legalidade, o Socialismo.

A cada visão arrazoada de mundo corresponde uma forma característica de resolver seus próprios problemas. Assim, uma organização revolucionária terá uma maneira particular de resolver seus assuntos, que não será a mesma de uma organização liberal ou de uma libertária como o anarquismo.

Não conhecemos os detalhes e circunstâncias que levaram a separação de Altamira e demais companheiros do *Partido Obrero*, mas entendemos que o processo de adaptação não data de 2013 ou 2015. É um processo longo, de tempo, que se entrelaça com uma série de posições políticas que fez possível que o PO diluísse o programa da revolução. O restante é uma consequência dialética que se expressa no organizativo. Até a ideia de uma “Fração Pública” é

contrária à concepção bolchevique de organização.

Não se trata de colocarmos nossa Corrente de um lado ou outro do debate. Entendemos que é um debate que ultrapassa as fileiras do PO e da FIT, é um debate que atravessa toda a esquerda. Encontramo-nos diante de uma situação mundial instável, destacamos em diversos artigos que o capitalismo quebrou o equilíbrio mundial. Vivemos uma fase de guerra comercial, logo após a crise da bolha imobiliária dos Estados Unidos em 2008, a quebra dos Estados ao sair em resgate dos bancos que despencavam em queda livre e a posterior descarga da crise sobre as famílias de trabalhadores. É o período mais atormentado e conflituoso da história. O cenário político mundial está dominado pela luta de classes. A manifestação mais chamativa da nova situação é o surgimento de um movimento de protesto em todo o mundo que rejeita, mesmo que de maneira instintiva e confusa, o capitalismo em todos seus aspectos.

Na Argentina a realidade se agrava a cada dia mais. A situação nas mesas dos trabalhadores é desesperadora, as variáveis que se apresentam diante dos explorados obrigam os revolucionários a pôr todo o arsenal teórico, político e organizativo que Marx, Engels, Lênin e Trotsky deixaram como legado perante a vanguarda revolucionária.

A possibilidade de uma revolução triunfante não virá do bloco de tribunos parlamentares. A revolução está ligada à luta política e teórica e em preparar da melhor maneira as ferramentas para a conquista das massas e possibilitar uma revolução triunfante.

Entendemos que Jorge Altamira como liderança sofre o que em várias ocasiões proporcionou para outros dissidentes. Só basta recordar a crise do PO surgida no Congresso de 1986. O famoso documento de capa amarelado que foi distribuído no Congresso e retirado ao final do mesmo pela direção. Neste documento estava fundamentada a necessidade de extirpar a “carne podre” fazendo uma incisão até o osso. O que se encontrava em debate naqueles anos era o balan-

ço da desestruturação dos trabalhos nas frentes de massas, que ficaram submersos à legalização eleitoral do Partido Obrero; a ausência de um trabalho internacionalista e o regime interno do partido. Aqueles militantes, que foram expulsos por colocar em debate estes temas, bateram contra a linha oficial da direção integrada por Altamira, Ferro e Ramal. Os que, naqueles anos, procuravam uma síntese de superação sobre o desenvolvimento do debate como uma genuína organização bolchevique, certamente não aconteceu. Ao contrário, as acusações impediram o debate.

Esta tendência orgânica dentro do PO se cristalizou com o agravante que pesa a uma organização viver, em grande medida, dos recursos financeiros do Estado. Parece que Jorge Altamira e demais companheiros não chegam a dimensionar as consequências que levaram à definição política de lutar pela legalidade eleitoral, o que significou aquele salto à legalidade eleitoral, como uma inflexão no processo de assimilação por múltiplos laços dos grupos revolucionários ao Estado capitalista.

O centrismo político, o distanciamento do programa da revolução, o tipo de tribunos revolucionários que ficam presos à lógica parlamentar como um fim em si mesmo, um regime interno que não é salutar como prática cotidiana e a política perniciosa de prestígio a muitos líderes, encontra-se estreitamente relacionada com a ambição pessoal, a autopromoção e os delírios de grandeza, estes aspectos mantêm uma relação dialética com a dissolução do programa e da estratégia.

POR UMA SAÍDA REVOLUCIONÁRIA

As forças produtivas não podem ser desenvolvidas sob as atuais relações de produção. A Argentina não poderá desenvolver suas forças produtivas sob as relações de produção capitalistas, não poderá se converter em um país capitalista pleno. O lento desenvolvimento das forças produtivas foi determinado por sua condição de colônia e, em seguida, de país ca-

pitalista atrasado, com relação às necessidades do capital financeiro internacional e seus sócios crioulos.

A envergadura da crise do sistema imperialista mundial, a exploração capitalista e a opressão nacional criaram as condições objetivas no país para que surja o *Argentinazo*, a inevitável mobilização das massas contra a exploração capitalista e a opressão imperialista sobre o país, as assembleias populares surgidas em 2001 e 2002 voltarão a se repetir.

Nos últimos meses o PTS convocou à formação de um Partido de Esquerda Unificado (PIU), iniciativa que saudamos desde a Corriente Socialista Militante. Lemos a negativa dos grupos que compõe ou não a FIT à formação do PIU, inclusive Jorge Altamira que contrapõe à formação de um Partido Revolucionário um processo de formação e debate versus a luta por uma Assembleia Constituinte. Então o que lemos é que sem partido revolucionário a revolução pode triunfar.

Devemos somar o desprezo a nossas considerações e propostas políticas, que estávamos dispostos a ser parte desta convocação, a condição de um debate fraterno e democrático e a definição de um programa revolucionário. Ao passar mais de seis meses, chegamos à conclusão que o próprio PTS não estava convencido de sua proposta, parece mais com uma jogada das organizações internas da FIT dentro da frente eleitoral que



uma verdadeira e genuína proposta diante da flagrante crise de direção.

O problema da construção do partido revolucionário se converteu, então, numa questão de vida ou morte para o proletariado e setores populares. Desta questão e de nenhuma outra depende que um novo movimento de massas de conteúdo anti-imperialista não termine em uma nova frustração histórica como ocorreu no passado. A construção do Partido da Revolução depende que seja capaz de superar as limitações que provocaram a diluição do programa revolucionário, a capacidade de aplicar de maneira correta o Programa de Transição.

Trotsky disse corretamente que “[...] o mais importante e o mais di-

ficil na política é, na minha opinião, por um lado definir as leis gerais que determinam a luta de vida ou morte de todos os países do mundo moderno; por outro lado, descobrir a combinação especial dessas leis que se dão em cada país” (TROTSKY, León. Sobre la Liberación Nacional).

A situação é urgente. Não temos tempo a perder. Avancemos para a construção de um partido revolucionário!

Nós da Corriente Socialista Militante, seção argentina da Corriente Marxista Internacional, colocamos à disposição de todas as organizações, companheiros e companheiras que queiram discutir estas ideias e dar passos firmes em sua concretização.

NOTAS

- 1 Partido Operário (PO), partido de esquerda trotskista, fundado em 1964 (Nota do Tradutor – N.T.).
- 2 Coalisão eleitoral da Frente de Esquerda e dos Trabalhadores (Frente de Izquierda y de los Trabajadores – FIT), frente parlamentar formada pelo Partido dos Trabalhadores Socialistas (Partido de los Trabajadores Socialistas – PTS), PO e Esquerda Socialista (Izquierda Socialista – IS), com o Movimento Socialista dos Trabalhadores (Movimiento Socialista de los Trabajadores – MST) para as eleições argentinas de 2019 (N.T.).
- 3 Organizações de base construídas pelos trabalhadores no processo de mobilização contra os ataques do governo de Isabel Perón entre junho e julho de 1975 (N.T.).
- 4 O Polo Operário **necessita** de um plano de politização que desenvolva uma forte consciência de classe e que converta estes setores mais conscientes em militantes da Quarta Internacional. O Polo Operário **não é um fim em si mesmo** – deve convergir, por meio da ação do partido, à formação de comitê de luta, de ação e de conselhos operários, com o conjunto da classe. Esta estratégia deve ser promovida por meio de uma capacitação política e recrutamento ao partido em torno de nosso programa” (grifos nossos).
- 5 Moeda argentina antes do peso atual



A torre que Vladimir Tatlin desenhou para a Internacional Comunista nunca foi construída

Ascensão e queda da Internacional Comunista

Ted Grant

A Terceira Internacional está oficialmente enterrada. Da forma mais indigna e abjeta concebível, ela foi retirada do palco histórico. De maneira apressada e sem consulta ao conjunto dos partidos signatários, sem falar da militância ao redor do mundo, sem qualquer discussão ou decisão democrática, como resultado da pressão do imperialismo americano, Stalin perfidamente abandonou a Comintern.

Para entender como essa organização que inspirou o terror e o ódio de todo o mundo capitalista chegou a esse fim inglório sob as ordens do capitalismo, é preciso rever brevemente a ascensão turbulenta e até mesmo o declínio turbulento da Internacional. O decreto de dissolução foi meramente a confirmação do que há tempos era sabido por qualquer pessoa bem informada, que a Comintern enquanto fator decisivo para o mundo socia-

lista estava morta e distanciada para sempre de seus objetivos e propósitos originais. Sua morte havia sido prevista com grande antecedência.

A Terceira Internacional surgiu a partir do colapso do capitalismo na Primeira Guerra Mundial. A Revolução Russa espalhou uma onda de fervor revolucionário entre as fileiras da classe trabalhadora por todo o mundo. Para as massas cansadas da guerra, desiludidas e amarguradas, ela veio como uma mensagem de esperança, de inspiração e de coragem, ela mostrou a saída para o caos sanguinário no qual o capitalismo havia mergulhado a sociedade. Nasceu como consequência direta da traição e colapso da Segunda Internacional, que apoiou a classe dominante na Primeira Guerra Mundial.

O colapso do imperialismo e do capitalismo foi sinalizado pelas revo-

luções na Alemanha, Áustria e Hungria, pela situação revolucionária na Itália, França e Grã-Bretanha. O espectro da revolução socialista pairou sobre toda a Europa. As memórias e escritos de quase todos os políticos burgueses daquele período carregam testemunhos de desespero e falta de confiança na burguesia diante do fato de que eles haviam perdido o controle da situação. A social-democracia salvou o capitalismo.

Os poderosos sindicatos e burocratas socialistas se colocaram à frente da insurgência das massas e a desviaram por caminhos inofensivos. Na Alemanha, Noske e Scheidemann conspiraram com os junkers¹ e capitalistas para destruir a revolução. Os soviets de trabalhadores, soldados, marinheiros, camponeses e mesmo estudantes que emergiram da revolução de novembro de 1918 detinham

o poder em suas mãos. Os sociais-democratas entregaram o poder de volta aos capitalistas.

Gradualmente, lentamente, pacificamente, como ditavam suas concepções teóricas, eles iriam transformar o capitalismo em socialismo. Na Itália, por volta de 1920 os trabalhadores tomaram as fábricas. Em vez de liderar os trabalhadores à conquista do poder, o Partido Socialista os obrigou a encerrarem o processo “inconstitucional”. E assim foi por toda a Europa. Os resultados desse programa são evidentes hoje em dia [1943]. A pior tirania e a mais sangrenta guerra na história do capitalismo. Mas justamente por causa do colapso da Segunda Internacional, que traiu o marxismo, a Terceira Internacional se formou.

Logo após o início da Primeira Guerra Mundial, Lenin corajosamente lançou o chamado à Terceira Internacional. A Terceira Internacional foi fundada formalmente em março de 1919. Suas metas e objetivos declarados eram a derrubada do mundo capitalista e a construção de uma corrente mundial de repúblicas socialistas soviéticas para se juntarem à URSS, que não era concebida como uma entidade independente, mas apenas como base para a revolução mundial. Seu destino seria determinado e estava amarrado ao destino da revolução mundial.

A formação da Terceira Internacional rapidamente levou à criação de poderosos partidos comunistas nos principais países do mundo. Na Alemanha, França, Tchecoslováquia e outros países, partidos comunistas com uma militância massiva foram criados. Na Grã-Bretanha, um pequeno partido comunista foi formado e obteve considerável influência. O sucesso da revolução mundial no período seguinte parecia estar assegurado pelo desenrolar dos acontecimentos. Os partidos comunistas na Europa cresciam consistentemente em número e influência à custa da social-democracia.

A Primeira Guerra Mundial não foi capaz de resolver os problemas do mundo capitalista. Na verdade,

ela os agravou. O capitalismo se rompeu em seu “elo mais fraco”, como disse Lenin. As tentativas de destruir a jovem República Soviética através das guerras de intervenção falharam completamente. O capitalismo alemão, o mais poderoso da Europa, se viu desprovido de recursos, sem parte do seu território, oprimido por reparações de guerra vexatórias e de forma geral colocado em uma posição sem qualquer possibilidade. Os imperialistas britânicos e franceses, que saíram “vitoriosos” da Primeira Guerra Mundial, não estavam, no fundamental, em posição muito melhor.

Encorajadas pela Revolução Russa, as massas de países coloniais e semicoloniais estavam se movimentando e se preparando para a revolta. As massas nas metrópoles estavam inquietas e agitadas e a posição econômica do imperialismo anglo-francês havia piorado consideravelmente em comparação com a dos imperialismos japonês e americano. Foi nesse pano de fundo internacional que a crise explodiu na Alemanha em 1923. O país, com sua alta capacidade produtiva, estava incapacitado pelas restrições impostas pelo Tratado de Versalhes² e havia se tornado então o elo mais fraco da corrente do capitalismo mundial.

A impossibilidade da Alemanha de pagar as parcelas das reparações de guerra resultou na marcha (invasão) dos capitalistas franceses sobre o Vale do Ruhr. Isso ajudou a completar o colapso da economia alemã e a burguesia alemã esforçou-se para descarregar o peso sobre os ombros da classe trabalhadora e da classe média. A desvalorização do marco alemão em relação à libra subiu de 20 para 40 em janeiro, chegou a 5 milhões em julho e a 47 milhões ao fim de agosto. As massas alemãs indignadas se voltaram em direção ao comunismo.

Como Brandler, então líder do Partido Comunista, afirmou no encontro do Comitê Executivo da Comintern: “Havia sinais de um crescente movimento revolucionário: nós tínhamos temporariamente a maioria dos trabalhadores do nosso lado e nessa si-

tuação acreditamos que sob circunstâncias favoráveis iríamos proceder imediatamente ao ataque...”. Mas infelizmente a liderança da Internacional falhou no teste e não se aproveitou da oportunidade. O sucesso na Alemanha teria inevitavelmente levado à vitória por toda a Europa. Mas assim como na Rússia em 1917, na Alemanha de 1923 seções da liderança vacilaram.

Stalin, com seu oportunismo orgânico, insistiu que o partido alemão fosse “impedido” de tomar qualquer ação. O resultado foi que a oportunidade favorável de tomar o poder na Alemanha foi perdida e os comunistas na Alemanha foram derrotados. Por razões similares, a revolução na Bulgária também naufragou. Mas a derrota das revoluções na Europa causada pelo fracasso da liderança inevitavelmente levou a sérias consequências. Como escreveu Lênin, insistindo na necessidade de preparar para a insurreição na Rússia em 1917: “O sucesso da revolução russa e mundial depende de dois ou três dias de luta”.

O fracasso da revolução mundial e o isolamento da União Soviética, juntamente com seu atraso, o cansaço e apatia das massas soviéticas que haviam passado por anos de guerra, privações e sofrimentos terríveis no curso da guerra civil e das intervenções, a sua desilusão e desespero diante do fracasso de suas esperanças de socorro por parte dos trabalhadores da Europa: tudo isso inevitavelmente levou à reação dentro da URSS.

À época, representando talvez inconscientemente os interesses da burocracia reacionária e conservadora que estava apenas começando a se erguer sobre as massas soviéticas, Stalin em 1924 surgiu pela primeira vez com a teoria utópica e antileninista do “socialismo em um só país”. Essa “teoria” brotou diretamente da derrota que a revolução havia sofrido na Alemanha. Ela indicou um desvio dos princípios do internacionalismo revolucionário nos quais a revolução russa havia sido baseada e sobre os quais a Internacional Comunista havia sido fundada.

Stalin, no funeral de Lênin em janeiro de 1924, declarou por força do hábito seguindo a tradição da revolução russa: “Ao nos deixar, o camarada Lênin goza de nossa parte a fidelidade à Internacional Comunista. Nós juramos a ti, camarada Lênin, devotar nossas vidas ao crescimento e fortalecimento da união dos trabalhadores de todo o mundo, a Internacional Comunista”. À época ele não tinha a menor noção de para onde a teoria do socialismo em um só país iria levar a União Soviética e a Comintern.

A história da Comintern desde aqueles dias esteve grandemente ligada às políticas flutuantes da burocracia da URSS. Lenin havia insistentemente conectado o destino da União Soviética ao da classe trabalhadora mundial, e principalmente à sua vanguarda na Comintern. Até mesmo no juramento do Exército Vermelho, os soldados se comprometiam a ser leais à classe trabalhadora internacional. De fato o Exército Vermelho não era entendido como uma força “nacional” independente, mas como um dos instrumentos da revolução mundial.

É claro que tudo isso há tempos foi alterado por Stalin. Trotsky, juntamente com Lenin, que em seus últimos anos viu com alarme o desenrolar dos acontecimentos, já havia iniciado a luta contra a burocratização do Partido Bolchevique e do Estado soviético em 1923. Lenin estava alertando sobre os perigos da degeneração que ameaçavam o Estado soviético.

Nos bastidores da reação crescente, nacional e internacionalmente, a luta entre os internacionalistas e os termidorianos³ entrou em uma fase aguçada. Trotsky, em aliança com Lenin, havia exigido a restauração da plena democracia dentro do Partido Bolchevique e dos soviets. Lenin, buscando esse objetivo, havia exigido a remoção de Stalin do posto de secretário-geral do partido pelo fato de ter se tornado o ponto focal ao redor do qual a burocracia estava se cristalizando.

Após a morte de Lenin, Zinoviev, Kamenev⁴ e Stalin, “a troika”, garan-

taram a despeito do conselho de Lenin uma decisão por parte do Comitê Central e iniciaram uma campanha contra as ideias de Lenin que eram defendidas por Trotsky, com a invenção do espúrio e fantasioso termo “trotskismo”. O destino da Comintern estava ligado ao destino do Partido Bolchevique da União Soviética, que por sua experiência e prestígio, era naturalmente a força dominante da Internacional.

A transição da política de revolução internacional para a do socialismo em um só país expressa uma forte virada à direita na Comintern. Na Rússia, Zinoviev e Kamenev foram forçados à oposição pela política antimarxista que passou a ser desenvolvida por Stalin. Eles foram empurrados a uma aliança com Trotsky e seus apoiadores. Stalin, juntamente com Bukharin, se opôs à política de industrialização da Rússia através de uma série de planos de cinco anos sugerida pela Oposição de Esquerda liderada por Trotsky e surgiu com seu famoso aforismo durante a plenária do Comitê Central em abril de 1927 de que “*tentar construir a estação hidrelétrica de Dnieperstroy seria o mesmo para nós que um muzhik⁵ comprar um gramofone em vez de uma vaca*”.

Até o fim de 1927, durante a preparação do Décimo Quinto Congresso do Partido, cuja tarefa era expulsar a Oposição de Esquerda, Molotov dizia repetidamente: “Não devemos cair em pobres ilusões camponesas sobre a coletivização das grandes massas. Nas circunstâncias presentes isso não é mais possível”. Na Rússia a política era a de permitir os kulaks (camponeses ricos) e os nepmen (capitalistas urbanos assim chamados por causa da Nova Política Econômica de 1921) alcance total para o desenvolvimento econômico. Essa política era perfeitamente representada pelo slogan cunhado por Bukharin com total apoio de Stalin e direcionado ao campesinato: “Enriqueçam!”.

A política da Comintern era agora empurrada para a direita com a preocupação de Stalin de encontrar aliados para “defender a União Soviética de ataques”. A Comintern já es-

tava sendo reduzida ao papel de uma patrulha de fronteira. Os desacordos entre o Partido Bolchevique e a Internacional explodiram nas questões sobre a revolução chinesa e a situação na Grã-Bretanha. Na China, entre 1925-1927, a revolução levava os milhões asiáticos à ação. A Comintern, em vez de confiar nos trabalhadores e camponeses para levar adiante a revolução, como era a política de Lenin na Rússia, preferiu confiar nos capitalistas e generais chineses.

A Oposição de Esquerda alertou sobre as consequências dessa política. O Partido Comunista Chinês era o único partido de trabalhadores da China e tinha uma influência dominante sobre a classe trabalhadora; os camponeses buscavam o exemplo da Rússia para mostrar a eles a saída para seus sofrimentos seculares nas mãos dos latifundiários através da tomada da terra. Mas a Comintern teimosamente se recusou a tomar o caminho da independência da classe trabalhadora, que Lênin insistiu ser um pré-requisito para a política comunista em relação às revoluções democrático-burguesas e anti-imperialistas no Oriente.

Enquanto isso, uma política semelhante estava sendo levada na Grã-Bretanha, onde as massas estavam em um processo de intensa radicalização. Como forma de luta contra a intervenção na União Soviética, os sindicatos russos fizeram um acordo com o conselho-geral do Congresso de Sindicatos (TUC) britânico. A tendência em direção a desenvolvimentos revolucionários na Grã-Bretanha pode ser vista no fato de que um milhão de membros, um quarto de todos os sindicalizados, estavam organizados no Minority Movement⁶. Trotsky, analisando a situação na Grã-Bretanha, previu a explosão de uma greve geral.

A tarefa do Partido Comunista e da Internacional Comunista deveria ter sido a de preparar os trabalhadores para a inevitável traição por parte das lideranças sindicais. Em vez disso, eles semearam ilusões nas mentes dos trabalhadores, principalmente quando os burocratas sindicais se co-

braram com o acordo feito junto aos sindicatos russos, cujo prestígio eles usavam como capa. Após a traição por parte da burocracia sindical durante a greve geral de 1926, Trotsky exigiu que os sindicatos russos cortassem relações com o TUC. Stalin e a Comintern se recusaram a fazê-lo.

Após utilizar o comitê anglo-russo pelo tempo que foi necessário, mais de um ano após a greve geral, a liderança sindical britânica cortou relações. A Comintern lamentou-se de que havia sido traída. Mas enquanto isso o jovem Partido Comunista Britânico, que deveria ter ampliado sua militância aos trancos e barrancos como resultado desses grandes acontecimentos, estava paralisado e desorientado pela política da Internacional, completamente desacreditado e reduzido em influência entre as massas. Essas novas derrotas da Internacional devido diretamente à política de Stalin e da burocracia, embora possa parecer paradoxal à primeira vista, aumentaram o poder da burocracia dentro da União Soviética.

As massas soviéticas ficaram ainda mais desanimadas e desiludidas por essas novas derrotas do proletariado internacional e sofreram um declínio ainda maior de motivação. As derrotas que haviam sido consequência direta da política de Stalin e da burocracia fortaleceram ainda mais seu controle sobre a União Soviética. A Oposição de Esquerda, liderada por Trotsky, que havia analisado e antecipado corretamente esses desenvolvimentos, estava agora expulsa do Partido Bolchevique e da Internacional.

Os resultados internos da política de Stalin passaram então a dar frutos através do crescimento alarmante da força e influência dos kulaks e dos nepmen. A União Soviética estava à beira do desastre. Em pânico e aterrorizado, Stalin e a burocracia foram impelidos a adotar uma caricatura da mesma política pela qual Trotsky e seus correligionários haviam sido expulsos. Na Rússia, os planos quinquenais contra os quais Stalin havia lutado de forma tão determinada foram então introduzidos.



Capa da revista da Internacional Comunista

Foi com base nessa produção planejada que a União Soviética atingiu seus maiores sucessos e é nela que a URSS atual [de 1943] se fundamenta para a guerra. Enquanto isso, a virada brusca à esquerda internamente se refletiu em uma virada brusca para a esquerda internacionalmente. Stalin havia se dado muito mal ao tentar se apoiar nos elementos capitalistas na China e conciliar com a social-democracia. Agora ele desviou a Internacional em direção completamente oposta. Violando seu estatuto, a Internacional não realizou uma conferência durante quatro anos. Uma nova conferência foi então chamada, na qual foi apresentado o programa da Internacional Comunista. Ela também proclamou o fim da estabilidade capitalista e o início do que foi denominado “Terceiro Período”. Este deveria inaugurar o período do colapso final do capitalismo mundial. Ao mesmo tempo a social-democracia, de acordo com a antes famosa (hoje esquecida) teoria de Stalin, supostamente havia se transformado em “social-fascismo”. Nenhum acordo era então possível com os “sociais-fascistas”, que representavam o maior perigo enfrentado pela classe trabalhadora e precisavam ser destruídos.

Foi exatamente nesse período que a crise sem precedentes de 1929-1933 afetou o mundo, em particular

a Alemanha. Os trabalhadores alemães foram jogados em uma situação de degradação e miséria e as classes médias se arruinaram. O desemprego na Alemanha aumentou consistentemente até alcançar o pico de 8 milhões de desempregados. A classe média, que não conseguiu nada com a revolução de 1918 e se desapontou com o fracasso dos comunistas em tomar o poder em 1923, em angústia e desespero começou a procurar por uma solução para seus problemas em outra direção.

Subsidiados e financiados pelos capitalistas, os fascistas começaram a obter uma base entre as massas na Alemanha. Nas eleições de setembro de 1930, eles garantiram quase 6,5 milhões de votos. Apesar de sua expulsão da Internacional Comunista, Trotsky e seus seguidores ainda se consideravam parte dela e insistentemente exigiam que pudessem retornar às suas fileiras. Ao mesmo tempo, submeteram a duras críticas a teoria suicida que era adotada pela Comintern. Em lugar dela, eles chamavam a um retorno à realista política leninista de frente única⁷ como forma de ganhar as massas para o comunismo através da ação e de sua própria experiência.

Com a vitória de Hitler nas urnas, Trotsky fez soar o alarme. Em um panfleto intitulado “A virada na Internacional Comunista — A situação na Alemanha”, ele emitiu o chamado para uma campanha que foi realizada durante três anos pela Oposição de Esquerda Internacional da Comintern, como os trotskistas consideravam a si mesmos. Na Alemanha, França, EUA, Grã-Bretanha, na distante África do Sul e em todos os países onde havia grupos, os trotskistas conduziram uma campanha exigindo que o Partido Comunista Alemão lançasse uma campanha por uma frente única com os sociais-democratas para prevenir que Hitler chegasse ao poder.

A partir de ordens e instruções diretas de Stalin e da Comintern, o Partido Comunista Alemão denuncia essa política como contrarrevolucio-

nária e “social-fascista”. Eles lutaram insistentemente contra a social-democracia, considerada “principal inimigo” da classe trabalhadora, e argumentavam não haver diferença entre a democracia e o fascismo. Em setembro de 1930, o Rote Fahne, órgão do PC alemão, proclamou: “A noite passada foi um grande dia para Herr Hitler, mas a chamada vitória eleitoral dos nazistas é o começo do fim” (15 de setembro de 1930).

Ao longo desses mesmos anos a Comintern continuou seu curso fatal. Quando Hitler organizou um referendo em 1931 para derrubar o governo social-democrata na Prússia, por insistência direta de Stalin e da Comintern, os comunistas alemães votaram com os nazistas contra os sociais-democratas. Mais tarde, em maio de 1932, o britânico Daily Worker chegou a acusar orgulhosamente os trotskistas por sua política na Alemanha dizendo: “É significativo que Trotsky tenha saído em defesa de uma frente única entre comunistas e partidos social-democratas contra o fascismo. Não poderia ter sido dada uma direção mais destrutiva e contrarrevolucionária à classe na época do que essa”.

Enquanto isso, Trotsky havia escrito quatro panfletos e dezenas de artigos e manifestos; por toda parte o trotskismo internacional se aproveitava de qualquer brecha para pressionar a Comintern a mudar sua política. Mas foi em vão. Em janeiro de 1933, Hitler conseguiu tomar o poder sem qualquer oposição organizada, isso no país com a mais organizada classe trabalhadora e com o partido comunista mais forte fora da Rússia.

Pela primeira vez na história, a reação conseguiu tomar o poder sem qualquer resistência por parte da classe trabalhadora. O PC alemão somava 6 milhões de apoiadores, a social-democracia, 8 milhões — juntos eles eram a maior força na Alemanha. Por causa dessa traição, o PC alemão estava condenado para sempre.

Mas a Comintern estava longe de reconhecer a natureza da catástrofe. Em vez disso, ela endossou solenemente a política do PC alemão e da Internacional como perfeitamente

correta. Uma organização incapaz de aprender as lições da história está condenada. Enquanto força do socialismo mundial, a Internacional Comunista estava morta. Foi então que a Oposição de Esquerda Internacional rompeu e proclamou a necessidade de uma nova internacional. Mas o que estava claro para a vanguarda que abandonava a tentativa de reformar a Comintern poderia não estar claro para as massas. Somente grandes eventos poderiam ensiná-las.

A Internacional Comunista continuou a levar essa falsa política até 1934. Quando os fascistas na França, encorajados pelos sucessos do fascismo na Áustria e na Alemanha, realizaram manifestações armadas para derrubar o governo liberal e o parlamento, o PC emitiu ordens para que se manifestassem junto com eles. Mas agora a dimensão do perigo que Hitler representava à União Soviética estava evidente para todos. Stalin e a burocracia entraram em pânico. Desdenhosos e céticos da capacidade da Comintern como instrumento da revolução mundial, Stalin a converteu mais abertamente a um instrumento da política externa russa.

Uma organização na sociedade de classes que deixa de representar a classe trabalhadora, inevitavelmente cai sob a pressão e influência da burguesia. Stalin, em busca de aliados, agora se voltava para as burguesias da Grã-Bretanha e da França. A política de “Frente Popular” foi iniciada e sancionada no último Congresso da Internacional, realizado em 1935. Essa política de coalizão com os capitalistas liberais foi combatida por Lênin durante toda a sua vida. Ela representava um novo estágio na degeneração da Comintern e do primeiro Estado operário.

Com a ascensão de Hitler, novamente graças às políticas de Stalin, o controle férreo da burocracia dentro da União Soviética se tornou ainda maior. A casta burocrática havia se erguido muito acima das massas soviéticas e aumentado seu poder. Mas essa degeneração progressiva teve mudanças qualitativas. Em vez de simplesmente ser incapaz de ga-



Stalin e Ribbentrop, 1939

rantir nada além de derrotas para a classe trabalhadora mundial, o stalinismo passou a se opor à revolução proletária em outros países. Os Processos de Moscou, o assassinato dos velhos bolcheviques, os expurgos, o assassinato e exílio de dezenas de milhares da nata dos trabalhadores comunistas russos completaram a contrarrevolução stalinista dentro da União Soviética.

Os acontecimentos na França e na Espanha⁸ estão frescos na mente de todos os revolucionários. A Comintern desempenhou o principal papel na destruição da revolução que poderia ter sido completada. De fato, ela se revelou a vanguarda de luta da contrarrevolução. As derrotas da classe trabalhadora mundial inevitavelmente levaram à nova guerra mundial. Ironicamente, a guerra foi precedida por um pacto entre Hitler e Stalin. Assim, Stalin desferiu novos golpes contra a classe trabalhadora e a Comintern. Ela agora realizou um contorcionismo e conduziu uma campanha pela paz conforme os interesses de Hitler, utilizando uma habilidosa falsificação de política “revolucionária”.

Conforme Trotsky antecipou em sua previsão sobre o pacto entre Stalin e Hitler em um artigo escrito em março de 1933:

“O aspecto fundamental da política internacional de Stalin nos últimos

anos tem sido esse: ele negocia os movimentos da classe trabalhadora assim como negocia petróleo, manganês e outras mercadorias. Stalin enxerga as seções da Comintern nos diversos países e a luta libertadora das nações oprimidas como pequenas moedas de troca nas negociações com os poderes imperialistas. Quando ele pede ajuda à França, sujeita o proletariado francês à burguesia radical. Quando ele precisa apoiar a França contra o Japão, sujeita o proletariado chinês ao Kuomintang. O que ele viria a fazer em um possível acordo com Hitler? Hitler, para falar a verdade, não precisa exatamente da ajuda de Stalin para estrangular o Partido Comunista Alemão. O estado insignificante em que este se encontra, aliás, foi garantido por toda a sua política anterior. Mas seria muito provável que Stalin cortasse todos os subsídios ao trabalho ilegal na Alemanha. Essa é uma das muitas pequenas concessões que ele teria que fazer e ele estaria bastante disposto a fazê-lo. Deve-se também assumir que a barulhenta, histérica e vazia campanha contra o fascismo que a Comin-

tern tem conduzido nos últimos anos seria astutamente silenciada.”

A política de Stalin e do “cadáver malcheiroso” da Comintern sofreu uma destruição irreparável quando os nazistas invadiram a União Soviética. A Comintern teve que dar meia volta e se converter novamente em capacho de Roosevelt e do imperialismo britânico. Mas com o aumento da dependência de Stalin em relação ao imperialismo americano e britânico, maior se tornou a pressão por parte dos “aliados” capitalistas. O imperialismo americano em especial havia exigido o fim da Comintern como garantia final contra o perigo da revolução social na Europa após a queda de Hitler.

A longa farsa acabou, Stalin dissolveu a degenerada Comintern. Ao fazer isso, ele anuncia abertamente sua passagem para o lado da contrarrevolução capitalista no que diz respeito ao resto do mundo. Mas os imperialistas, ao forçar Stalin a fazer essa negociação em troca de concessões e barganhas de sua parte, não entenderam as consequências que

isso terá. Isso não pode e não vai prevenir novas revoluções pelo mundo. Nas últimas quase duas décadas desde o início de sua degeneração, a Comintern arruinou diversas situações favoráveis em vários países.

As próximas décadas trarão muitas revoluções com a crise e o colapso do capitalismo. Até mesmo o violentamente conturbado período entre as guerras parecerá tranquilo em comparação com o período que está por vir. Nesse cenário de turbulências e revoltas, um verdadeiro instrumento da revolução mundial será criado. O que faltou aos trabalhos nas últimas décadas fora da Rússia foi um Partido Bolchevique e uma liderança bolchevique. Os grandes dias da Comintern de 1917 a 1923 serão vistos novamente. O aumento do apoio às ideias do marxismo internacionalmente, baseadas nas tradições do bolchevismo, na rica experiência do passado e no aprendizado das lições e derrotas da classe trabalhadora podem uma vez mais liderar os oprimidos em direção à derrubada do capitalismo e à república socialista mundial.

NOTAS

¹ Líderes de direita do SPD. Gustav Norko, ministro da guerra, organizou a repressão da revolta dos trabalhadores alemães de janeiro de 1919 e aprovou o assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Philipp Scheidemann se tornou chanceler em 1919. Os junkers eram aristocratas prussianos reacionários que dominaram o serviço militar e civil até os anos 1930. Ver “Alemanha — Da revolução à contrarrevolução”, de Rob Sewell.

² O Tratado de Versalhes, assinado em 1919, impôs duras condições sobre a Alemanha ao fim da Primeira Guerra Mundial.

³ De “termidor”, termo usado para descrever a reação política sem uma contrarrevolução social. Deriva de uma analogia com a mudança de poder na Revolução Francesa durante o mês de termidor (julho) de 1794, quando os jacobinos radicais liderados por Robespierre foram derrubados por um golpe de direita enquanto os ganhos fundamentais da revolução social (capitalista) eram deixados intactos. Daí termidorianos serem os apoiadores da reação política na Rússia.

⁴ Grigori Zinoviev e Lev Kamenev eram velhos bolcheviques. O primeiro havia sido o primeiro presidente da Internacional Comunista, o segundo havia sido suplente de Lenin. Ambos haviam sido contra a tomada de poder pelos soviets em outubro de 1917. Mais tarde, juntamente com Stalin, eles bloquearam a implantação e negaram a existência do testamento de Lenin, que exigia a remoção de Stalin como secretário-geral. Ambos foram executados nos expurgos de 1936.

⁵ Termo russo para camponês.

⁶ Organização que uniu a esquerda dos sindicatos britânicos nos anos 1920. Ela foi iniciada e liderada principalmente pelo Partido Comunista.

⁷ A frente única foi concebida como um acordo temporária entre organizações de massa da classe trabalhadora para agir em uma situação específica, ao mesmo tempo em que se retém a independência dos programas.

⁸ Governos da frente popular foram eleitos na Espanha em fevereiro de 1936 e na França em junho de 1936. Assim como na Espanha, os trabalhadores franceses se colocaram imediatamente em ação ocupando fábricas e estabelecendo comitês de trabalhadores. Em ambos os países o governo da frente popular agiu como uma força antigreve, abrindo caminho na Espanha para o levante fascista de Franco em julho de 1936.

A Espanha na década de 1970: como se traiu a revolução (2ª parte)

Alan Woods

Em 6 de dezembro faz 40 anos desde que a Constituição espanhola foi aprovada depois de décadas de ditadura brutal sob Franco. Mas, como explica Alan Woods (testemunha desses acontecimentos históricos), a chamada Transição à democracia foi uma traição colossal calculada pelos líderes da classe trabalhadora espanhola, que deixou intactos os principais pilares da antiga ordem reacionária.

A CONSTITUIÇÃO

Um ponto de inflexão na situação foi a aprovação de uma nova Constituição. A Espanha havia estado em uma constituição desde 1936 até 1978. A nova Constituição espanhola foi submetida à aprovação por referendo em 6 de dezembro de 1978. Este foi outro produto de consenso entre os representantes do velho regime e os líderes dos trabalhadores.

Definiu a Espanha como uma “monarquia parlamentar”, uma frase um tanto enganosa porque foi planejada para ocultar a capitulação do PCE e do PSOE e seu abandono do republicanismo. Aboliu a pena de morte, embora a polícia continuou torturando e assassinando os trabalhadores. Naturalmente, deixou intactos todos os órgãos repressivos da ditadura. Uma “lei de anistia” proibiu o julgamento dos crimes da Guerra Civil, bem como os crimes do regime. Foi imposto um pacto de silêncio que amordaçou os espanhóis durante décadas.

Ainda em 1977, o PSOE continuava fazendo agitação por uma república em oposição à monarquia. Mas este último vestígio de “radicalismo” logo se diluiu até que, finalmente, desapareceu: no início de 1978, o partido aceitou plenamente o princípio de uma monarquia “constitucional” encabeçada por Juan Carlos.

Ademais, o PSOE insistiu para que a Constituição garantisse “o



Rei Juan Carlos, durante cerimônia em que assumiu o trono espanhol de seu pai em 1975

direito ao trabalho, a uma moradia adequada, à liberdade de expressão, às eleições livres” etc. A burguesia estava mais do que feliz em garantir e prometer qualquer coisa, desde que seu domínio sobre a sociedade não fosse ameaçado ou sabotado. Em qualquer caso, estabeleceram numerosas “cláusulas de salvaguarda” de caráter bonapartista no texto da constituição, para o caso de os líderes dos trabalhadores demonstrarem inca-

pacidade em conter a classe trabalhadora em certos momentos.

O referendo foi aprovado nesse mesmo dia, 6 de dezembro de 1978, embora a abstenção tenha alcançado 35% da população. Este resultado em si mesmo não foi uma grande surpresa. Refletia o profundo e compreensível desejo do povo espanhol de dar um fim aos longos anos de ditadura e de estabelecer uma democracia representativa.

Alan Woods

O governo teve em suas mãos todos os instrumentos necessários para modelar a opinião pública: uma campanha massiva para o voto do “Sim” encheu as ondas da televisão e da rádio e encontrou um apoio esmagador na imprensa. A oposição da direita, embora extremamente ruidosa, não teve apoio algum em uma opinião pública que estava muito consciente de quem estava por trás de todo esse alvoroço. Depois de 40 anos, já haviam tido o suficiente disso.

Os que desejam vender um produto estão muito conscientes da importância das frases publicitárias eficazes que descrevem as virtudes do que está à venda, independentemente de que, na realidade, estas afirmações tenham alguma base. É verdade que esses produtos devem conter por lei uma explicação escrita de seu conteúdo. Mas se sabe muito bem que tais explicações estão impressas em letras tão pequenas que quase ninguém se incomoda em lê-las. Foi este também o caso com a Constituição espanhola.

As pessoas foram bombardeadas constantemente com propaganda que apresentava a constituição como a última palavra em democracia e, depois de 40 anos de ditadura, o que as pessoas queriam era a democracia. Mas muito poucas pessoas tomaram o cuidado de ler o que estava no texto. E, para usar uma velha expressão espanhola, foi lhes vendido o gato por lebre.

Na realidade, a constituição foi um compromisso que não satisfaz a ninguém. A única razão pela qual se pôde impô-la aos espanhóis foi porque os líderes da oposição haviam abandonado qualquer pretensão de lutar por uma democracia plena em troca do reconhecimento e da possibilidade de obter posições ministeriais lucrativas no novo sistema parlamentar. Se os líderes do Partido Comunista e do Partido Socialista tivessem organizado uma campanha para revelar as falhas gritantes na constituição,

o resultado teria sido muito diferente. Mas não tinham a intenção de fazer nada que pudesse pôr em apuros a Adolfo Suárez.

UM DOCUMENTO FRAUDULENTO

Na velha lenda alemã, Fausto vendeu sua alma ao diabo em troca de prazeres mundanos. Quando finalmente se deu conta do preço que tinha que pagar, se encheu de remorsos, mas, então, já era demasiado tarde. Na Espanha, a nova versão da lenda Faustiana teve algo de diferente no final.

Os líderes da oposição entraram em um acordo diabólico com o velho regime e foram recompensados de forma muito substancial com atrativas carreiras parlamentares. A diferente de Fausto, pouquíssimos, ou nenhum, expressaram o menor arrependimento pelo que foi um acordo altamente insatisfatório do ponto de vista do povo espanhol. Mas foi este último, e não os líderes, quem teve que pagar a fatura.

O documento contém muitas esperanças piedosas. Por exemplo, o Artigo 35 nos informa que:

1. Todos os espanhóis têm o dever de trabalhar e o direito ao trabalho, à livre escolha da profissão ou ofício, à promoção através do trabalho e a uma remuneração suficiente para satisfazer suas necessidades e as de sua família, sem que, em caso algum, exista discriminação em razão de sexo.

Poderia ser uma surpresa para os milhões de espanhóis que agora estão desempregados que a Constituição lhes garante o direito de trabalhar. Também pode ser uma surpresa para milhões de mulheres trabalhadoras que recebem menos do que o salário de homens trabalhadores que tal tratamento esteja explicitamente proibido pela Constituição.

Da mesma forma, o Artigo 47 estabelece com toda a seriedade que:

Todos os espanhóis têm o direito de desfrutar de uma moradia digna e adequada. Os poderes públicos

promoverão as condições necessárias e estabelecerão as normas pertinentes para tornar efetivo este direito, regulando a utilização do solo de acordo com o interesse geral para impedir a especulação.

Digam isso aos milhões de espanhóis que não têm um lar e que foram desalojados brutalmente pelos bancos que embargaram seus lares, para ganhar ainda mais dinheiro de sua especulação desenfreada.

É realmente possível ganhar um caso contra o governo, no Tribunal Constitucional, na base de que suas políticas foram contrárias a estas cláusulas? A própria ideia desmascara o absurdo dos “princípios” consagrados na constituição.

No entanto, para sermos justos, embora esta conduta não seja de todo “de acordo com o interesse geral”, sim o é de acordo com os interesses do pequeno punhado de parasitas ricos que possuem e controlam a riqueza da Espanha, tal como a controlavam em 1978. Seus interesses estão certamente garantidos pela Constituição. Mas, para a grande maioria é, nem mais nem menos, um pedaço de papel.

A QUESTÃO NACIONAL

A natureza reacionária da constituição se revelou de forma evidente nas cláusulas sobre a questão nacional, uma questão de importância fundamental para o Estado espanhol, como o revelaram claramente os acontecimentos recentes na Catalunha. O Artigo 2 diz o seguinte:

A Constituição se fundamenta na **unidade indissolúvel da Nação espanhola**, pátria comum e **indivisível** de todos os espanhóis, e reconhece e garante o direito à autonomia das nacionalidades e regiões que a integram e a solidariedade entre todas elas (a ênfase é nossa).

Como é possível “reconhecer e garantir” em uma só frase o direito à autonomia e no ato seguinte falar da “unidade indissolúvel da nação espanhola”? O direito de autode-

terminação significa que uma nação pode decidir seu próprio futuro livremente, incluído o direito de se separar de outro Estado. Este é um direito democrático elementar, comparável ao direito ao divórcio.

Mas a Constituição espanhola estabelece tais limites a este direito que, na prática, perde todo o seu significado. Ao evitar toda referência de autodeterminação, nega o direito dos bascos, catalães e galegos a determinar o seu próprio futuro. Em essência, é uma repetição da antiga palavra de ordem de Franco: “Espanha, uma, grande e livre”.

As consequências reacionárias disso foram evidenciadas pelas ações repressivas tomadas pelo Estado espanhol contra os catalães quando tentaram exercer o direito de autodeterminação. Isso, por sua vez, desatou as forças do nacionalismo espanhol reacionário, que está sendo utilizado diretamente pela extrema-direita com sua demagogia racista, anti-catalã e anti-imigrante.

Como uma concessão aos nacionalistas bascos e catalães (e também aos socialistas e comunistas que, recordemos, naquele momento supostamente apoiavam o direito de autodeterminação), os autores da constituição recorreram a um truque óbvio ao não descrever o País Basco, a Catalunha, a Galícia e ao restante como “nações”, mas como “nacionalidades”. Mas tais acrobacias verbais de forma algu-

ma eliminaram a questão nacional, que continuou envenenando a política espanhola desde então.

Na política, os símbolos representam uma força muito importante. Isso foi particularmente certo na Espanha, onde aconteceu uma guerra civil sangrenta por trás de duas bandeiras: a bandeira tricolor da República e a bandeira bicolor da reação fascista. Que bandeira ia dominar a futura democracia espanhola?

Em todas as manifestações contra o regime, a bandeira vermelha da classe trabalhadora ia normalmente acompanhada da bandeira republicana. Mas, quando os líderes operários traíram a luta contra a ditadura, aceitaram o que muita gente considerava como algo absolutamente impensável.

O Artigo 4 nos informa que:

A bandeira da Espanha está formada por três franjas horizontais, vermelha, amarela e vermelha, sendo a amarela de largura dupla em relação a cada uma das vermelhas.

Em outras palavras, a antiga bandeira da ditadura.

Este foi um golpe duro para milhões de espanhóis que sofreram sob um regime repressivo, cuja bandeira ia ser adotada como o símbolo nacional da Espanha. Para muita gente esta foi uma pílula muito amarga de engolir, especialmente para os membros dos partidos comunista e socialista. Mas foi uma exigência imposta pelos elementos monárquicos pseudode-

mocráticos como condição para se alcançar um acordo.

Todas as partes agora tinham que aceitar a bandeira vermelha e amarela da reação. Sob a pressão de seu secretário-geral, Carrillo, o Partido Comunista foi particularmente entusiasta em aplicar essa nova norma. Qualquer pessoa que agora exibisse a bandeira republicana nas reuniões do Partido Comunista poderia esperar que essa bandeira fosse apreendida e que o serviço de ordem lhe desse uma boa surra por sua audácia.

O EXÉRCITO E O ESTADO

Mas um símbolo reflete necessariamente um conteúdo particular. E foi assim no caso da bandeira. A bandeira da reação monárquica foi uma expressão muito precisa da natureza do Estado que surgiria da chamada transição democrática. Se houvesse alguma dúvida sobre a questão, temos uma explicação adicional no Artigo 8:

1. As forças armadas constituídas pelo Exército de Terra, pela Armada e pelo Exército do Ar, têm como missão garantir a soberania e a independência da Espanha, defender sua integridade territorial e a ordem constitucional.

Recordemos que as forças armadas mencionadas aqui vinham em sua totalidade da ditadura. É verdade que vários oficiais fascistas extremistas que se negaram a aceitar a nova situação foram despedidos ou retirados. Mas a maior parte dos corpos de oficiais permaneceram intactos. Sua natureza reacionária se revelou na tentativa de golpe de Estado de 1982.

A velha burocracia, o poder judiciário e a polícia, da mesma forma que o exército, permaneceram praticamente intactos na chamada nova democracia. Aconselhou-se os espanhóis que perdoassem e esquecessem os terríveis crimes que haviam sido cometidos contra eles. Nem um só dos responsáveis pelos assassinatos, torturas, surras e massacres foi julgado por seus

crimes contra os espanhóis. Permaneceram em seus postos, imunes a todo julgamento pela chamada lei do silêncio, até que se jubilaram com pensões generosas.

RELIGIÃO

Outra mentira escandalosa está contida no Artigo 16 sobre a religião, que estabelece que:

Nenhuma confissão terá caráter estatal. Os poderes públicos terão em conta as crenças religiosas da sociedade espanhola e manterão as consequentes relações de cooperação com a Igreja Católica e as demais confissões.

Durante décadas, a Igreja Católica Romana esteve estreitamente identificada com a ditadura de Franco. Atuou como o braço espiritual do regime, a quem apoiava 100%. Quarenta anos depois, a Igreja Católica Romana continua desfrutando de uma relação privilegiada com o Estado espanhol.

Na teoria, os vínculos entre a Igreja Católica e o Estado iam ser liquidados. Mas, na prática, como veremos 40 anos depois, a Igreja continua desfrutando de uma posição privilegiada na Espanha, absorvendo uma grande quantidade de dinheiro dos contribuintes.

A associação Europa Laica calculou que a igreja espanhola se financia recebendo do Estado uma quantidade superior a 11 bilhões de euros ao ano, através do caixa da declaração de renda, de escolas combinadas, isenções fiscais, centros hospitalares e obras sociais, manutenção do patrimônio e subvenções.

A igreja recebe indiretamente 100 milhões do caixa de fins sociais, 2 bilhões de isenções e bonificações, 4,9 bilhões para salários a professores de religião e educação combinada, 2 bilhões para a obra assistencial, 900 milhões para hospitais administrados pela igreja, 50 milhões para salários de capelães, 600 milhões para conservação do patrimônio, 300 milhões em subvenções, doações de terrenos pú-

blicos, as chamadas matrículas e 10 milhões da coparticipação do governo com entidades como a Obra Pia.

Não contente em saquear as finanças públicas para os seus próprios fins, a igreja recorreu ao roubo flagrante de bens públicos. Baseando-se em uma lei aprovada por Franco em 1946, a igreja se apropriou de milhares de edifícios, praças públicas, fontes e outras propriedades que pertenciam aos municípios e outras entidades públicas, pagando somas ridículas – entre 20 e 30 euros – para inscrevê-los no registro de propriedade como seus (matrículas). O atual governo socialista anunciou que tentará reverter este roubo, mas está se chocando contra uma feroz resistência da igreja.

Estes são apenas alguns exemplos que mostram que a separação entre a igreja e o Estado, anunciada pela Constituição de 1978, é tão fraudulenta e falsa quanto qualquer outro aspecto desse documento infame.

A MONARQUIA

Agora chegamos ao ponto chave: TÍTULO II - Da Coroa - Artigo 56.1:

O Rei é o chefe do Estado, símbolo de sua unidade e permanência, arbitra e modera o funcionamento regular das instituições, assume a mais alta representação do Estado espanhol nas relações internacionais, especialmente com as nações de sua comunidade histórica, e exerce as funções que lhe atribuem expressamente a Constituição e as leis.

Somos informados que a pessoa que está à cabeça do Estado é escolhida, não por um processo democrático, mas por um acidente de nascimento. O que precisamente este lixo feudal tem a ver com a democracia é um mistério comparável ao da própria Santíssima Trindade. E, como o mistério da Santíssima Trindade, nos pedem que o aceitemos como verdade, precisamente porque é um absurdo.

Artigo 56:

A pessoa do Rei é inviolável e não está submetida à responsabilidade. Seus atos sempre estarão referendados na forma estabelecida no Artigo 64, carecendo de validade sem tal referendo, salvo o disposto no Artigo 65,2.

Artigo 57:

A coroa da Espanha é hereditária nos sucessores de S. M. Don Juan Carlos I de Bourbon, legítimo herdeiro da dinastia histórica. A sucessão no trono seguirá a ordem regular de primogenitura e representação, etc., etc. (Ênfase minha, AW)

Não só o rei é o chefe de Estado como resultado de um acidente de nascimento, como também, pelo mesmo acidente, é colocado acima da lei. Suas palavras e ações não devem ser questionadas ou criticadas por ninguém. De fato, pessoas na Espanha foram enviadas a julgamento pelo mero fato de criticar o monarca governante. Tais princípios legais “democráticos” foram muito populares na França antes da derrubada da Bastilha. A Bastilha espanhola, no entanto, ainda está esperando ser derrubada 40 anos depois da aprovação desta Constituição tão democrática!

O Artigo 62 especifica os direitos do monarca espanhol:

Corresponde ao Rei:

a) **Sancionar e promulgar as leis.**

b) **Convocar e dissolver as Cortes Gerais e convocar eleições nos termos previstos na Constituição.**

c) **Convocar o referendo nos casos previstos na Constituição.** (Ênfase minha, AW)

Estes são poderes importantes, nem um pouco simbólicos, como gostam de acreditar algumas pessoas ingênuas. A monarquia é um baluarte importante contra a democracia em geral e o socialismo em particular. É uma arma de reserva da reação. Durante décadas houve uma conspiração para apresentar a Juan Carlos como um “salvador da democracia espanhola”. Os líderes dos partidos socialista e comunis-



Manifestantes com as bandeiras tricolores da Terceira República marcham em Madri

ta insistiram particularmente em vender esse mito. No entanto, o oposto é a verdade. Este não é um lugar para explicar o papel de Juan Carlos no golpe de Estado de 1982, que teve por objetivo restaurar a ditadura de Franco. Nesse momento, escrevi artigos que acusavam o rei de participar ativamente desse complô fascista. Basta dizer que, desde então, apareceu uma montanha de evidências que mostram que esta afirmação está acima de toda dúvida razoável. No entanto, apesar desse fato, o povo espanhol paga uma quantidade muito grande de dinheiro à família real por serviços que não estão muito claros para nenhuma pessoa razoável. O Artigo 65 nos informa que:

O Rei recebe dos Orçamentos do Estado uma quantidade global para o sustento de sua Família e Casa, e distribui livremente a mesma.

Que o Rei da Espanha distribuiu as enormes somas doadas tão generosamente (embora involuntariamente) pelo povo espanhol, não há dúvida alguma. Isso os há mantido, a ele e a sua família, em um estado de luxo durante muitos anos. Juan Carlos usou esse dinheiro para a caça de elefantes na África, acompanhado de alguma de suas numerosas amantes. Essa escapada ocorreu em meio à crise econômica mais grave da história recente da Espanha. Algumas semanas antes, ele disse a um repórter que sentia tal mal-estar pelo número recente de desempregados que lhe produzia problemas para dormir. Talvez essa insônia foi o que lhe persuadiu a buscar uma noite de sono tranquilo na savana africana. Ou, talvez, foi a companhia de uma de suas amigas que lhe proporcionou as condições necessárias para poder repousar. De qualquer forma, a notícia não caiu bem entre o público espanhol. Em tempos de austeridade, quando as pessoas são informadas de que todos devem fazer sacrifícios para resolver a crise criada pelos banqueiros, o espetáculo do chefe de Estado desfrutando de um safári

de caça de 10.000 euros ao dia foi demasiado mesmo para o estômago dos mais fortes. O público espanhol tampouco ficou impressionado com o espetáculo da família real, cuja imagem se viu empanada pelo prolongado escândalo de corrupção que envolveu a princesa Cristina e seu esposo Iñaki Urdangarin. Poder-se-ia imaginar que a família real já possuía suficiente riqueza como resultado da generosidade dos espanhóis para não ter que se envolver em negócios ilícitos de dinheiro. Mas estavam envolvidos e em grande escala.

Muitos espanhóis, particularmente os jovens, começaram a tirar conclusões perigosas de tudo isso. Começaram a estabelecer uma conexão entre o estilo de vida suntuoso que o rei e sua família desfrutavam e os interesses econômicos e políticos que haviam levado a Espanha ao abismo da crise econômica. Nesse momento, uma pesquisa realizada por El Mundo revelou que quase dois terços dos espanhóis pensavam que o rei deveria abdicar. A própria existência da monarquia estava em perigo. A única solução era sacrificar Juan Carlos. Numa tentativa desesperada para salvar a monarquia, o velho começou uma retirada muito cômoda (também generosamente subvencionada pelos contribuintes) e entregou o trono a seu filho Felipe, o Príncipe das Astúrias, que tinha um nível de apoio de em torno de 66%. Ao anunciar a abdicação do rei, Rajoy, o líder do direita Partido Popular no poder, elogiou Juan Carlos e o qualificou de “defensor incansável de nossos interesses”. No entanto, não disse exatamente a que interesses se referia. Essa operação foi realizada tão suavemente como mudar os travesseiros do leito real. Não se convocou nenhum referendo. Não se consultou a opinião das pessoas, exceto a opinião das pessoas de seus representantes eleitos, os quais, como se podia prever, se ajoelharam para prometer sua lealdade eterna ao novo rei

da Espanha. Assim, a vontade de Franco foi confirmada, santificada e fielmente realizada sob a conveniente folha de parreira da democracia. Nessa farsa régia, vemos o significado completo da comicamente mal chamada Transição à Democracia.

“LIBERDADE DE IMPRENSA”

Há que se levar em consideração que qualquer crítica ao rei ou a rainha é ilegal segundo a lei espanhola. O que se segue é um extrato do Decreto-Lei Real de 1 de abril de 1977, que ironicamente se intitula “Sobre Liberdade de Expressão”.

Artigo terceiro:

O parágrafo dois do artigo sessenta e quatro da vigente Lei de Imprensa ficará redigido da seguinte forma:

a) Quando a administração tiver conhecimento de um fato que possa constituir delito cometido por meio de impressos gráficos ou sonoros, dará conta ao Ministério Fiscal ou o comunicará ao juiz competente, o qual acordará imediatamente sobre o sequestro de tais impressos com relação ao artigo oitocentos e dezesseis da lei de Ajuizamento Criminal.

1. A administração somente poderá decretar o sequestro administrativo daqueles impressos gráficos ou sonoros que contenham notícias, comentários ou informações:

2. Que sejam contrários à unidade da Espanha.

3. Que constituam demérito ou subestimação da Instituição Monárquica ou de pessoas da Família Real.

4. Que, de alguma forma, atentem contra o prestígio institucional e o respeito, ante a opinião pública, das Forças Armadas. (Ênfase nossa)

Parece que escapou aos autores desse documento que a liberdade de expressão não significa que se é livre para dizer o que se queira, desde que não ofenda a sensibilidade dos poderes existentes. Este é o tipo de hipocrisia escandalosa que cobre a permanência de leis e

restrições que a Espanha herdou diretamente da era franquista.

O VELHO APARATO DO ESTADO É MANTIDO

Para resumir: por trás da fachada superficial de democracia, essa construção preserva todos os elementos essenciais do velho regime. Posteriormente foi modificada em 1992, mas em todos os elementos essenciais conserva seu antigo caráter enganoso. Estes incluem:

A manutenção do Senado, que representa uma ameaça permanente de veto a qualquer decisão progressista do congresso;

A outorga de importantes poderes de emergência ao Rei, que, a qualquer momento, poderia servir como ponto de referência para todas as forças da reação;

A negação do direito de autodeterminação das nacionalidades;

O poder dos juízes para suspender direitos e liberdades de indivíduos e partidos considerados como uma ameaça ao sistema capitalista;

O reconhecimento do poder de declarar o estado de emergência ou de sítio se “a segurança nacional” burguesa estiver ameaçada, o que levaria à anulação de todos os direitos democráticos.

AS REPERCUSSÕES

Na luta de classes há ganhadores e perdedores. Mas quais foram os ganhadores e quais foram os perdedores? Na superfície, tudo ia às mil maravilhas. Criou-se deliberadamente uma atmosfera artificial de carnaval por parte dos meios de comunicação que apresentaram o aborto da transição como uma grande vitória para todos. No entanto, muitos podiam ver que não era assim.

Embora seja verdade que a classe trabalhadora, inclusive seus elementos mais avançados, não tinha uma ideia clara de para onde ir, no entanto, sentiu de forma muito clara que seus dirigentes os haviam decepcionado. Em seus corações

sabiam que podiam ter ido muito mais longe e conseguido muito mais. Se não o conseguiram não foi por falta de vontade ou porque fosse impossível, mas porque em todas as etapas os dirigentes pisavam nos freios, pondo suas relações com a ala de Suárez do regime acima de qualquer outra consideração.

Os pactos e compromissos intermináveis por cima provocaram um ambiente de perplexidade entre os ativistas que depois se transferiu às massas. O período de avanço revolucionário foi substituído por uma ressaca gradual e debilitante do movimento. Ensurdidos pelo coro atoador no qual as vozes de seus antigos inimigos se uniam às dos dirigentes que antes gozavam de sua plena confiança, os trabalhadores começaram a perder a segurança em si mesmos. O ambiente se tornou cada vez mais confuso, ansioso e inclusive atemorizante.

O resultado foi uma onda de desmoralização total entre a camada mais ativa que, instintivamente, se sentia traída. Enquanto as massas sem experiência política celebravam, os velhos trabalhadores da clandestinidade e a juventude revolucionária estavam amargamente desencantados.



Rei espanhol com Francisco Franco. Foto: AFP/null

Nesta camada havia um ambiente totalmente deprimido e um sentimento de impotência ante o que pareciam ser forças irresistíveis. Na verdade, no entanto, este desenlace não tinha nada de inevitável nem de irresistível, mas era totalmente o produto dos pactos e acordos sem princípios aos que haviam chegado os dirigentes nas costas da classe trabalhadora. Muitos ativistas, com asco, abandonaram seus sindicatos e partidos.

Recordo-me de um caso trágico. Um velho camarada chamado Rafael (não lembro de seu nome de família, visto que, na clandestinidade, ninguém sabia o nome completo dos camaradas) havia sido membro do Partido Socialista e da UGT em Navarra, desde os anos 1930. Tinha o carnê número 1 da província de ambas as organizações. Isto é, em uma época em que Navarra era um feudo da reação fascista. Manteve-se leal ao Partido Socialista durante os duros anos da clandestinidade. Depois da queda da ditadura, foi nomeado secretário da Casa do Povo em Pamplona, a capital Navarra. A traição dos dirigentes rompeu o seu coração.

Um dia, sem consultar ninguém, este velho militante entrou calado na sede do Partido Socialista em Pamplona e, sem dizer nada, pôs o seu carnê sobre a mesa e se foi para nunca mais regressar. Em seguida, foi à sede da UGT e, com o mesmo silêncio da dignidade proletária, pôs o seu carnê do sindicato sobre a mesa e se foi. É difícil compreender o muito que isso significava para esse homem. Nesses dois pequenos carnês estava toda a sua vida: sua luta, seus sacrifícios e os da classe a que pertencia. Por acaso tudo isso havia sido em vão? Só podemos imaginar os pensamentos que passavam por sua cabeça nesse dia.

Este não foi um caso isolado. Toda uma geração de militantes proletários, a flor e a nata da classe trabalhadora, os homens e mulheres que levaram a ditadura à paralisia e que conseguiram derrubá-la,

foram afastados de maneira vergonhosa, lançados na lata de lixo e esquecidos como se nunca tivessem existido.

Seus nomes não aparecem nos livros de história. Nunca foram eleitos às Cortes e nunca desfrutaram do que se vem a chamar de os frutos do escritório parlamentar. Não têm monumentos nem estátuas, nem têm ruas em seu nome. No entanto, foram estes homens e mulheres os verdadeiros heróis e heroínas da mal chamada transição à democracia na Espanha.

Esta amnésia coletiva foi o que levou a uma espécie de limbo histórico em que a verdade ficou enterrada sob uma montanha de falsidades enjoativas, mentiras e verdades pela metade. Temos o dever de restaurar sua memória e sua honra, da mesma forma que temos o dever de desmascarar aqueles dirigentes que são responsáveis por essa tragédia. As gerações futuras cobrirão de honra a memória dos lutadores de classe. A dos dirigentes ficará coberta para sempre de vergonha.

O CAMINHO A SEGUIR

Nos primeiros meses de 1976, ou mesmo mais tarde, era totalmente possível levar à frente uma revolução vitoriosa na Espanha. Ainda mais, com uma direção correta, esta revolução seria ganha de maneira relativamente pacífica. A correlação de forças estava de maneira decisiva a favor da classe trabalhadora e contra o regime, que não tinha nenhum tipo de base de massas e estava dividido e completamente apodrecido por dentro.

Mas a revolução foi abortada por cima. Por suas ações, os dirigentes dos partidos socialista e comunista provocaram um aborto – agora conhecido com o nome comumente incorreto de “a transição à democracia”. Naturalmente, não foi nada disso. Quarenta anos mais tarde o velho poder do Estado, apesar de certas modificações, continua tendo o controle: a buro-

cracia, a igreja, a Guarda Civil, os velhos políticos franquistas... Tudo permanece, mais ou menos, como antes. Os antigos fascistas tiraram suas camisas azuis e entraram no Partido Popular, sob a asa protetora dos velhos métodos corruptos continuaram e adquiriram dimensões ainda mais monstruosas.

A tarefa de derrubar esta velha ordem continua pendente. Só a classe trabalhadora e a juventude do Estado Espanhol podem cumprir essa tarefa. E só o podem fazer rompendo com os velhos dirigentes reformistas: suas políticas, ilusões e preconceitos.

Sob a influência desses dirigentes as massas tomaram o que parecia ser o caminho de menor resistência. Pagaram um alto preço por isso. É, sobretudo, a juventude a que tem que pagar esse preço e já começa a se negar. Surgiu um novo espírito de revolta, um espírito que rejeita o compromisso covarde, os pactos e acordos com a classe trabalhadora e que luta por encontrar uma saída revolucionária. Na realidade, essa é a única saída possível.

O problema de 1976-77 foi que os elementos mais combativos e com maior consciência de classe estavam agindo sob a influência de dirigentes reformistas, particularmente do PCE e, portanto, eram guiados por uma teoria falsa. No entanto, a autoridade desses dirigentes é hoje só um pálido reflexo do que era então. Os trabalhadores e a juventude estão fartos de se manipulados e enganados. São críticos da velha direção, céticos e mesmo hostis para com as velhas organizações.

A nova geração já não se satisfaz com os velhos mitos e lendas. Exigem a verdade. Depois de anos vivendo uma mentira, as pessoas começam a questionar o verdadeiro caráter da infame “transição à democracia”. As bandeiras republicanas ondeiam novamente, desafiando, nas manifestações. Muitos no movimento comunista e na IU as veem como um símbolo de luta contra o regime reacionário e cor-

rupto que se impôs ao povo como parte do engano “democrático”. Têm razão. Não é possível avançar se não se desmascara e se dá um fim a esse engano.

O processo histórico procede de forma tão implacável como a seleção natural na evolução. Nas últimas três décadas houve um processo de seleção. Muitos da velha geração ficaram pelo caminho, cansados e desiludidos. Estão sendo substituídos por uma nova geração de novos lutadores.

Há quatro décadas da grande traição, o Estado espanhol se dirige novamente a um auge revolucionário. O país enfrenta altos níveis de desemprego e a pior crise econômica em décadas. Depois de um longo período de quietude, há sinais claros de uma revitalização da luta de classes.

A VINGANÇA DA HISTÓRIA

Durante quatro décadas, o povo da Espanha foi alimentado com um fluxo constante de propaganda nos livros, na escola e nos meios de comunicação, que retrata a Transição exclusivamente como o trabalho de um punhado de protagonistas sábios e valentes: os dirigentes das principais organizações da classe trabalhadora – o PCE e o PSOE – e os igualmente sábios e valentes Adolfo Suárez e Juan Carlos.

Em 2011 tivemos o impressionante movimento da juventude revolucionária com centenas de milhares de indignados ocupando as principais praças das cidades da Espanha. Segundo uma pesquisa de opinião de IPSOS, mais de seis milhões de pessoas disseram que haviam participado de uma forma ou de outra no movimento.

Somente em 2012, houve duas greves gerais de 24 horas. Também se produziram movimentos massivos contra os cortes educativos, um movimento exitoso contra a privatização da assistência médica em Madrid, grandes manifestações e ações diretas para resistir aos despejos, o movimento vitorioso em



Manifestações de 8 de março de 2018, Dia Internacional da Mulher trabalhadora

Gamonal, Burgos, a greve por tempo indeterminado dos professores baleares, as dos trabalhadores da Coca Cola e de Panrico.

Em 8 de março de 2018, no Dia Internacional da Mulher trabalhadora, seis milhões foram à greve e houve manifestações massivas de milhões de pessoas nas ruas de muitos povoados e cidades espanholas.

No entanto, para ter êxito, estes movimentos requerem uma expressão política organizada. A nova geração de ativistas está buscando ideias, uma bandeira e uma organização. Mas os dirigentes dos principais partidos dos trabalhadores não aprenderam nada e se esqueceram de tudo. Portanto, não é surpreendente que os jovens mostrem desconfiança e ceticismo para com dirigentes e partidos que não oferecem uma alternativa clara à injustiça, ao caos e à criminalidade do capitalismo.

Os jovens buscam respostas às muitas perguntas do passado que ficaram sem resposta. A nova geração sente instintivamente que a posição privilegiada da Igreja e da Monarquia é uma violação intolerável dos direitos democráticos básicos e busca regressar às tradições genuínas do comunismo, às ideias de Marx e Lênin.

Dizem: “O regime de 1978 acabou”. Sim! Mas o que se necessita é de um debate profundo e honesto sobre o passado e uma análise dos erros cometidos. É necessário romper completamente com as políticas de “consenso”, pactos e alianças com a burguesia.

Em agosto, a nova administração espanhola de centro-esquerda de Pedro Sánchez introduziu emendas legais a uma lei de 2007 para permitir o traslado do cadáver de Franco de uma tumba na enorme basílica do Vale dos Caídos, nos subúrbios de Madrid. Esta monstruosa cruz foi construída com o trabalho escravo de 40.000 vítimas da Guerra Civil, muitos dos quais perderam a vida no processo.

Desde 2009, o lugar esteve fechado aos visitantes em geral, exceto para aqueles que assistem a missa. Mas, com ou sem Franco, esse monumento à barbárie fascista continua sendo uma mancha no rosto da Espanha, uma reprimenda muda e permanente àqueles que desejam que perdoemos e esqueçamos.

O povo da Espanha não pode esquecer e nunca deve perdoar. A lembrança da escravidão continua viva em inúmeras cidades e povoados onde as ruas e praças ainda levam os nomes dos antigos opressores. Só em Madrid, alguém calculou que ainda há mais de 150 ruas e praças que levam os nomes dos ministros, generais e peixes gordos do regime de Franco, quatro décadas depois de o país ter abraçado a democracia. Mas o “pacto de silêncio” já terminou. Os povos da Espanha não ficarão amordaçados para sempre.

Durante todo um período histórico, a vanguarda revolucionária se encontrou isolada da classe. Mas isso agora está mudando rapidamente. No próximo período de lu-

tas de massas nas fábricas, nas ruas, no campo, nas escolas e nas universidades, surgirá uma nova geração de lutadores. De fato, já está emergindo. Esta é a esperança para o futuro da Espanha e do mundo.

Atualmente, aquele movimento revolucionário dos trabalhadores na década de 1970 continua sendo uma fonte de imensa inspiração. Trotsky disse que a classe trabalhadora espanhola era capaz de fazer não uma só, mas dez revoluções. Mostraram uma coragem tremenda, iniciativa e decisão. Mas, em última análise, fracassaram, e o povo da Espanha pagou o preço por esse fracasso. Portanto, é essencial que a nova geração preste atenção especial às razões dessa derrota.

Os dirigentes reformistas já não têm o mesmo domínio sobre a classe trabalhadora que tinham no passado, enquanto que o anarquismo na Espanha é uma mera sombra do que foi. A crise mundial do capitalismo voltará a colocar na ordem do dia a transformação socialista da sociedade. O dever de todos os trabalhadores conscientes de estudar as lições da Transição e da revolução espanhola é chave e é uma condição prévia necessária para se levar a luta a um desenlace vitorioso. Nas palavras de George Santayana: “Quem não aprende da história estará para sempre condenado a repeti-la”.

Londres, 6 de dezembro de 2018

Uma escola de estratégia revolucionária (1ª parte)

Leon Trotsky

Camarada, a teoria do marxismo determinou as condições e as leis da evolução histórica... No que diz respeito às revoluções, a teoria de Marx, escrita por sua própria mão no prefácio de sua obra *Contribuição à Crítica da Economia Política*, estabelece a priori a seguinte conclusão:

“Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que cabem dentro dela e jamais aparecem novas e mais altas relações de produção antes que as condições materiais para a sua existência tenham amadurecido no seio da própria sociedade antiga.”

Esta verdade fundamental para a política revolucionária preserva hoje, para todos nós, seu indubitável valor orientativo. No entanto, o marxismo foi entendido mais de uma vez de forma mecânica e simplista, portanto falsa. Marx disse que um regime social deve desaparecer quando as forças de produção (a técnica, o poder do homem sobre

as forças naturais) não podem mais se desenvolver nos limites desse regime. A partir do ponto de vista do marxismo, a sociedade histórica, tomada como tal, constitui uma organização coletiva de homens cuja finalidade é aumentar o seu poder sobre a natureza. Naturalmente, esse objetivo não foi imposto aos homens, mas são eles que, no curso de sua evolução, lutam para alcançá-lo, adaptando-se às condições objetivas do meio ambiente e aumentando cotidianamente o seu poder sobre as forças elementares da natureza.

Seguindo a proposição, vemos que as condições necessárias para uma revolução (para uma revolução social profunda e não para golpes de estado, por mais sangrentos que sejam), uma revolução que substitua um regime econômico por outro, somente nascem a partir do momento em que o regime social antigo começa a travar o progresso das forças de produção. Esta proposição não signi-

fica apenas que o regime antigo cairá infalivelmente, e por seu próprio impulso, quando se tornar reacionário do ponto de vista econômico, isto é, a partir do momento em que começa a travar o desenvolvimento da potência técnica dos homens. De modo algum, porque se as forças de produção constituem a força motriz da evolução histórica, esta evolução, no entanto, não se produz fora dos homens, mas por meio dos homens. As forças produtivas, o poder do homem social sobre a natureza, se acumulam independentemente da vontade de cada homem separadamente, e depende apenas em parte da vontade geral dos homens de hoje, pois a técnica representa um capital já acumulado que nos foi legado pelo passado, e que, se nos coloca em situação de avanço, de certa forma também nos retém. Não obstante, quando essas forças de produção, essa técnica começa a se sentir apertada nos limites de um regime



Trotsky em um Congresso da Internacional

de escravidão, de servidão ou de um regime burguês, e quando uma mudança das formas sociais se torna necessária para a posterior evolução do poder humano, então a evolução se produz, não por si mesma, como um nascer ou pôr do sol, mas graças à ação humana, graças à luta conjunta dos homens reunidos em classes.

A classe social que conduzia a antiga sociedade, convertida em reacionária, deve ser substituída por uma classe social nova que forneça o plano de um regime social novo correspondente às necessidades do desenvolvimento das forças produtivas e que esteja preparada para realizar esse plano. Mas nem sempre ocorre aparecer uma classe nova, suficientemente consciente, organizada e poderosa, para destronar os antigos donos da vida e para abrir caminho às novas relações sociais no preciso momento em que o velho regime social reage. Não ocorre sempre assim. Pelo contrário, mais de uma vez ocorreu na história que uma velha sociedade se esgotasse (por exemplo, o regime escravagista romano e, antes, as civilizações da Ásia, nas quais a escravidão impedia o progresso das forças de produção), mas nessa sociedade já desaparecida não existia uma classe suficientemente forte para anular os dirigentes e estabelecer um novo regime, o da servidão, que constituía um passo à frente com relação ao regime antigo. Por sua vez, na servidão não se dispõe sempre, no momento preciso, da nova classe (burguesia) disposta a abater o feudalismo e abrir francamente o caminho à evolução histórica. Mais de uma vez se viu na história que certa sociedade, nação, povo, tribo ou vários povos ou nações que viviam em condições históricas análogas se encontrem diante da impossibilidade de progresso ulterior, nos limites de um regime econômico determinado (de escravidão ou servidão). Não obstante, como ainda não existia uma nova classe que pudesse direcioná-los sobre caminhos novos, esses povos, essas nações se decompõem; uma civilização, um estado, uma sociedade deixam de

existir. Dessa forma, resulta que a humanidade não marchou de baixo para cima, seguindo uma linha ascendente. Não. Conheceu longos períodos de estancamento e de recaída na barbárie. As sociedades se educaram, alcançando certo nível, mas não puderam se sustentar nas alturas... A humanidade não conserva o seu posto, seu equilíbrio por conta das lutas das classes e das nações, é instável. Se uma sociedade não ascende, cai, e se não há uma classe que possa educá-la, ela se decompõe e cai na barbárie.

A fim de compreender esse problema tão extremamente complexo, não bastam, camaradas, as considerações abstratas que apresentei aqui. É necessário que os jovens camaradas, pouco conscientes dessas questões, estudem obras históricas para se familiarizarem com a história de distintos países e povos, em particular com a história econômica. Só então o mecanismo interno da sociedade pode ser representado de forma clara e completa. Há que se entender esse mecanismo para se aplicar com rigor a teoria marxista à tática. Isto é, à prática da luta de classes.

OS PROBLEMAS DA TÁTICA REVOLUCIONÁRIA

Quando se trata da vitória do proletariado, alguns camaradas apresentam a coisa da forma mais simples. Neste momento temos em todo o mundo tal situação que podemos dizer (de forma marxista) com absoluta certeza: a expectativa do regime burguês é o fim de seu desenvolvimento. As forças de produção não podem avançar nos limites da sociedade burguesa. Efetivamente, o que vimos no curso dos últimos dez anos é a ruína, a decomposição da base econômica da humanidade capitalista e uma destruição mecânica das riquezas acumuladas. Estamos atualmente em plena crise, uma crise aterrorizante, desconhecida na história do mundo, e não é uma crise simples chegada em sua hora “normal” e inevitável no processo do progresso das forças produtoras do

regime capitalista; essa crise marca atualmente a ruína e o desastre das forças produtivas da sociedade burguesa. Talvez ainda se produzam certos altos e baixos, mas no geral, como expus aos camaradas nesta mesma sala há um mês e meio, a curva do desenvolvimento econômico tende, através de todas as suas oscilações, para baixo e não para cima. Contudo, quer isto dizer que o fim da burguesia chegará de forma automática e mecânica? De forma alguma. A burguesia é uma classe viva que surgiu de determinadas bases econômico-produtivas. Esta classe não é um produto passivo do desenvolvimento econômico, mas uma força histórica, ativa e enérgica. Essa classe sobreviveu, isto é, se tornou o freio mais terrível da evolução histórica. Isso não quer dizer que essa classe esteja disposta a cometer um suicídio histórico e nem que esteja disposta a dizer: “Havendo reconhecido a teoria científica da evolução que afirma que sou reacionária, abandono o palco”. Evidentemente, isso é impossível! Por outro lado, não é suficiente que o partido comunista reconheça a classe burguesa como condenada e quase suprimida para considerar como segura a vitória do proletariado. Não, ainda há que se derrotar e derrubar a burguesia.

Se fosse possível continuar desenvolvendo as forças produtivas nos marcos da sociedade burguesa, a revolução não poderia ser realizada. Mas, sendo impossível o progresso ulterior das forças de produção nos limites da sociedade burguesa, realizou-se a condição fundamental da revolução. No entanto, a revolução já significa, por si mesma, uma luta viva das classes. A burguesia, ao contrário das necessidades da evolução história, ainda é a classe social mais poderosa. Mais ainda: pode-se dizer, do ponto de vista político, que a burguesia espera o máximo de sua potência, da concentração de suas forças e meios, dos meios políticos e militares, da mentira, da violência e da provocação. Ou seja, o máximo desenvolvimento de sua estratégia de classe no mesmo momento

em que está mais ameaçada de sua perda social. A guerra e suas terríveis consequências (e a guerra era inevitável, porque as forças produtivas não se encaixavam na estrutura burguesa) evidenciaram perante a burguesia o perigo ameaçador de seu naufrágio. Tal fato agudizou ao infinito o instinto de conservação de classe. Quanto maior o perigo, mais uma classe (como qualquer indivíduo) tende com todas as suas forças à luta por instinto de conservação. Não esqueçamos que a burguesia se encontra frente a um perigo mortal, depois de haver adquirido a maior experiência política. A burguesia criou e destruiu todo tipo de regimes. Desenvolveu-se na época do mais puro absolutismo, da monarquia constitucional, da monarquia parlamentar, da república democrática, da ditadura bonapartista, do Estado ligado à Igreja Católica, do estado ligado à Reforma, do Estado separado da Igreja, do Estado perseguidor da Igreja etc. Toda essa experiência, da mais rica e variada, que penetrou no sangue e na medula dos meios dirigentes da burguesia, serve-lhe hoje para conservar a todo preço o seu poder. E se move com maior inteligência, elegância e crueldade quanto maiores são os perigos reconhecidos por seus dirigentes.

Se analisarmos superficialmente este fato encontraremos uma contradição: julgamos a burguesia desde o ponto de vista do marxismo; ou seja, reconhecemos, por meio de uma análise científica do processo histórico, que ela sobreviveu a si mesma, fazendo gala de uma vitalidade colossal. Na realidade, aqui não há contradição. Isso é o que, no marxismo, se chama dialética. O fato está nos distintos lados do processo histórico: a economia, a política, o Estado, o restabelecimento da classe operária não se desenvolvem de forma simultânea nem paralela. A classe trabalhadora não progride em absoluto paralela ao crescimento das forças de produção, e a burguesia não decai à medida que o proletariado cresce e se fortalece. Não. A marcha da história é outra. As

forças de produção se desenvolvem por etapas: às vezes avançam muito, às vezes retrocedem. A burguesia, por sua vez, desenvolve-se através de saltos; a classe trabalhadora, da mesma forma. Desde o momento em que as forças produtivas do capitalismo tropeçam contra um muro, não podem avançar, vemos a burguesia reunir em suas mãos o exército, a polícia, a ciência, a escola, a Igreja, o parlamento, a imprensa etc.; atirar sobre os renegados e dizer em pensamentos à classe trabalhadora: “Sim. Minha situação é perigosa. Vejo que sob meus pés se abre um abismo. Mas veremos quem cai primeiro nele. Talvez, antes de morrer, posso te arrojear no precipício, classe trabalhadora!”. Que significa isso? Simplesmente a destruição da civilização europeia em seu conjunto. Se a burguesia, condenada à morte desde o ponto de vista histórico, encontrar em si mesma suficiente força, energia, poder, para vencer a classe trabalhadora no terrível combate que se aproxima, isso significa que a Europa está no umbral de uma decomposição econômica e cultural, como já aconteceu em vários países, nações e civilizações. Dito de outra forma, a história nos leva ao momento em que uma civilização proletária se torna indispensável para a saúde da Europa e do mundo. A história nos proporciona uma premissa fundamental sobre o êxito dessa revolução, no sentido de que nossa sociedade não pode desenvolver suas forças produtivas apoiando-se em uma base burguesa.

Mas a história não se encarrega de resolver este problema no lugar da classe trabalhadora, dos políticos da classe trabalhadora, dos comunistas. Não. Ela parece dizer à vanguarda operária (imaginemos por um instante a história sob a forma de uma pessoa erguida diante de nós) e à classe operária: “É necessário que saibas que perecerás sob as ruínas da civilização se não derrubares a burguesia. Experimente, resolva o problema!”. Eis aqui o atual estado das coisas.

Vemos na Europa, depois da guerra, como a classe trabalhadora

experimenta encontrar, quase inconscientemente, uma solução para o problema que a história lhe oferece. E a conclusão prática (à qual devem chegar todos os elementos pensantes da classe trabalhadora no curso desses três anos depois da guerra) é a seguinte: não é tão fácil abater a burguesia, embora pareça condenada pela história.

O período que a Europa e todo o mundo atravessam neste momento, por um lado, é o da decomposição das forças produtivas da sociedade burguesa, enquanto, por outro lado, é o do desenvolvimento mais alto da estratégia contrarrevolucionária burguesa. É necessário compreender isso com clareza. Nunca a estratégia contrarrevolucionária, ou seja, a arte da luta conjunta contra o proletariado, teve a ajuda de todos os métodos possíveis, desde os sermões adocicados dos padres e dos professores até o fuzilamento dos grevistas pelas metralhadoras, e alcançou a envergadura atual.

O ex-secretário de Estado dos EUA, Mr. Lansing, conta em seu livro sobre a paz de Versalhes que Mr. Lloyd George ignora a geografia, a economia política etc. Estamos dispostos a acreditar nele. Mas o que é verdadeiramente inquestionável para nós é que o próprio Mr. Lloyd George tem a cabeça tomada pelos velhos costumes de enganar e violentar os trabalhadores, começando pelos mais finos e astutos até aos mais sangrentos; que soube recolher toda a experiência que proporciona este informe sobre a antiga história da Inglaterra e que desenvolveu e aperfeiçoou seus meios graças à experiência destes últimos anos de dificuldades. Mr. Lloyd George é, em seu gênero, um excelente estrategista da burguesia ameaçada pela história. E estamos obrigados a reconhecer, sem diminuir o valor presente nem os méritos futuros do partido comunista inglês (tão jovem ainda!), que o proletariado inglês não possui ainda um estrategista semelhante. Na França, o presidente da república, Millerand, que pertenceu ao partido da classe trabalhadora

ra, bem como o chefe do governo, Briand, que no passado propagou entre os operários a ideia da greve geral, colocaram a serviço dos interesses da burguesia, como distintos chefes contrarrevolucionários, a rica experiência da burguesia francesa, a mesma que eles atacaram a partir do campo proletário. Na Itália, na Alemanha, vemos com que esmero a burguesia atrai para o seu seio (para colocá-los à frente) os homens e os grupos que acumularam experiência sobre a luta de classes sustentada pela burguesia para o seu desenvolvimento, para sua riqueza, poder e conservação.

UMA ESCOLA DE ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA

A tarefa da classe trabalhadora, tanto na Europa quanto em todo o mundo, consiste em opor à estratégia contrarrevolucionária burguesa, que é muito acentuada, sua própria estratégia revolucionária, levando-a ao extremo. Para este fim, é preciso se dar perfeita conta de que nunca se conseguirá abater a burguesia de forma automática, de forma mecânica, pela única razão de que ela foi sentenciada pela história. Sobre o duro campo da batalha política vemos, de um lado, a burguesia com todo o seu poder e facilidades e, do outro, a classe trabalhadora com suas frações, seus sentimentos, seus níveis diferentes de progresso e com seu partido comunista que luta com outros partidos e organizadores para lograr a influência sobre as massas trabalhadoras. O partido comunista, que a cada dia mais cresce e melhor se situa à cabeça da classe trabalhadora europeia, deve manobrar na luta avançando e retrocedendo, reafirmando sua influência e conquistando novas posições, até que se ofereça o momento favorável para derrotar a burguesia. Repito: este é um problema complexo de estratégia, como já disse amplamente no congresso anterior. Podemos dizer que o Terceiro Congresso da Internacional Comunista foi uma alta escola de estratégia revolucionária.



Trotsky no Segundo Congresso da IC

O Primeiro Congresso foi celebrado depois da guerra, assim que o comunismo nasceu como movimento europeu, quando se esperava (com fundamento) que um assalto quase elementar da classe trabalhadora poderia derrubar a burguesia, a qual não havia tido tempo ainda de encontrar uma nova orientação nem novos pontos de apoio. Tais pensamentos e esperanças estavam justificados, em grande parte, pelo estado das coisas naquele momento, objetivamente julgados. A burguesia estava assustada com os resultados de sua própria política de guerra. Já falei em meu informe sobre a situação mundial de tudo isso e não creio que seja necessário repetir agora. De todo modo é indubitável que, na época do Primeiro Congresso (1919), todos esperávamos – uns mais, outros menos – que um simples assalto das massas trabalhadoras e camponesas derrubasse a burguesia em futuro próximo. E, de fato, o ataque foi poderoso. O número de vítimas, grande. Mas a burguesia suportou este primeiro assalto e, graças a isso, pôde reafirmar sua estabilidade de classe.

O Segundo Congresso, em 1920, ocorreu em um momento crítico: quando já se notava que a burguesia não seria abatida por meio de um só ataque de várias semanas, nem em um mês, nem em dois ou três; quando se necessitava de uma preparação política e uma organização

das mais sérias. E, ao mesmo tempo, a situação era muito difícil. Como recordarão, o Exército Vermelho se aproximava de Varsóvia e se podia contar com que, dada a situação revolucionária na Alemanha, Itália e arredores, o impulso militar que, se não tinha significação por si mesmo, constituía uma força suplementar, introduzido na luta das forças europeias, liberaria a avalanche da revolução, momentaneamente contida. Isto não aconteceu.

Depois do Segundo Congresso da Internacional Comunista ficou mais clara a necessidade de se aplicar uma estratégia revolucionária mais complexa. Vemos as massas de trabalhadores, que depois da guerra adquiriram experiência mais sólida, ajustá-la elas próprias nessa direção e como resultado dessa orientação vemos os partidos comunistas crescerem por todas as partes. Durante o primeiro período milhões de trabalhadores se lançaram na Alemanha ao assalto da velha sociedade, quase sem prestar atenção aos grupos espartaquistas. Que significava isso? Depois da guerra, às massas trabalhadoras parecia que para ganhar as reivindicações bastava exercer pressão, atacar para que muito, se não tudo, mudasse. Eis aqui porque milhões de trabalhadores acreditavam que era inútil gastar energia para fundar e organizar um partido comunista. Não obstante, no curso de 1920, os partidos comunistas na

Alemanha e na França, os dois países mais importantes do continente europeu, se transformaram de pequenos núcleos que eram em organizações que agrupam centenas de milhares de trabalhadores: quase 400 mil na Alemanha e de 120 a 130 mil na França, o que nas condições francesas constitui uma cifra muito elevada. Tal circunstância nos prova até que ponto as massas trabalhadoras haviam sentido neste período que era impossível vencer sem ter uma organização particular, no seio da qual a classe trabalhadora analisasse a sua experiência e tirasse conclusões; em uma palavra, sem a direção de um partido centralizado. Nisso consiste a importância dos resultados adquiridos no último período: a fundação dos partidos comunistas de massas, aos quais é necessário acrescentar o da Tchecoslováquia, que conta com 350 mil membros (depois da fusão com a organização comunista da minoria alemã, o partido tchecoslovaco somará 400 mil membros para uma população de 12 milhões).

Seria errado supor que estes jovens partidos comunistas, recém-criados, já tivessem a arte da estratégia revolucionária. Não. A experiência tática do último ano deixa isso bem claro. E o Terceiro Congresso se encontra enfrentado por este problema. Este último congresso, falando em termos gerais, teve que se pronunciar sobre dois problemas. O

primeiro consistia, e ainda consiste, em desembaraçar a classe trabalhadora, incluindo nossas próprias fileiras comunistas, dos elementos que não querem a luta, que têm medo e que ocultam, sob o disfarce de certas teorias gerais, seu desejo de não combater e sua tendência interna ao acordo com a sociedade burguesa. A depuração do movimento dos trabalhadores em seu conjunto, e com mais razão nos elementos comunistas, e a expulsão das tendências reformistas, centristas e semicentristas têm caráter duplo: quando se trata de centristas conscientes, dos colaboracionistas e dos semicolaboracionistas incorrigíveis, é necessário simplesmente expulsá-los das fileiras do partido comunista e do movimento dos trabalhadores; quando, no entanto, temos notícias das tendências semicentristas mal definidas, devemos exercer uma influência dirigente e orientadora para empurrar os elementos indecisos à luta revolucionária. Dessa forma, a primeira tarefa da Internacional Comunista consiste em desembaraçar o partido da classe trabalhadora dos elementos que não querem lutar e que, por essa razão, paralisam a luta do proletariado.

Mas há uma tarefa ainda mais importante: aprender a arte de lutar, arte que não cai sobre a classe trabalhadora ou sobre o partido comunista com um dom dos céus. Não se pode aprender a arte da tática e

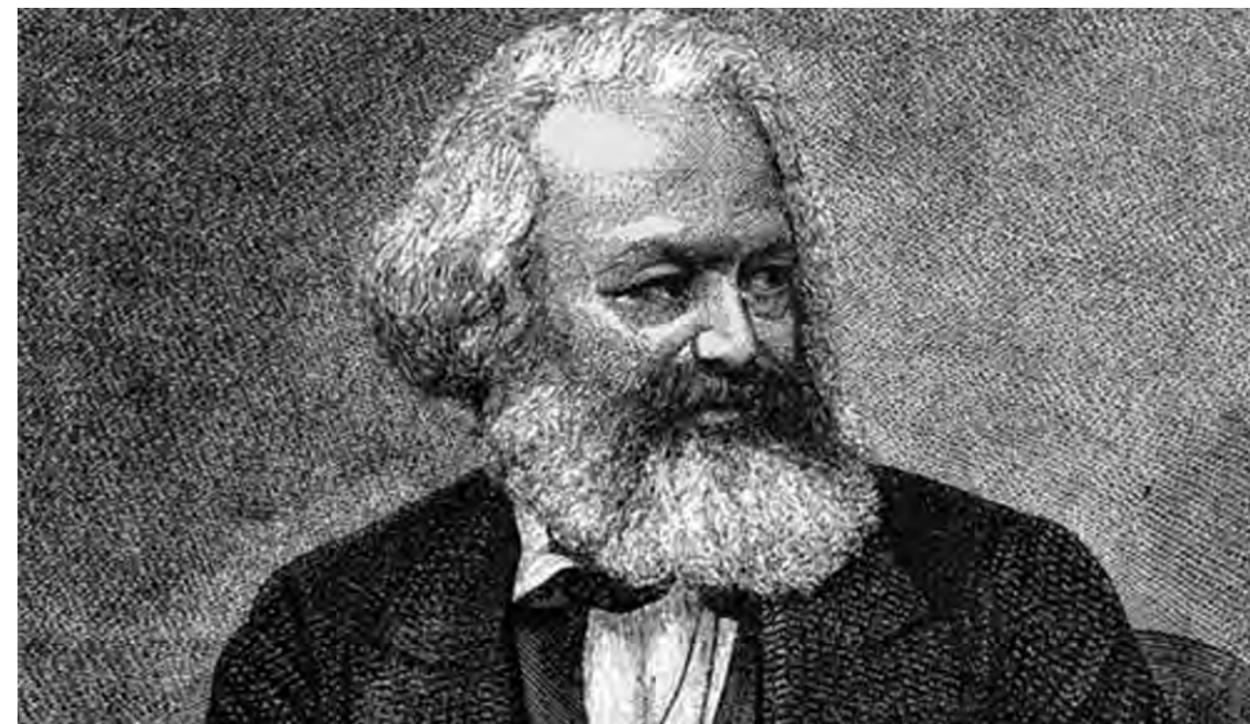
da estratégia, a arte da luta revolucionária, mais do que pela experiência, pela crítica ou pela autocritica. Dissemos no Terceiro Congresso aos jovens comunistas: “Camaradas, não queremos somente uma luta heroica, e sim, antes de tudo, a vitória”. Durante os últimos anos assistimos a numerosos combates heroicos na Europa e, sobretudo, na Alemanha. Na Itália vimos uma grande luta revolucionária, uma guerra civil com suas vítimas inevitáveis. A verdade é que nem todas as lutas conduzem à vitória. Os fracassos são inevitáveis. Mas não é preciso que tais fracassos sejam a consequência dos erros cometidos pelo partido. Não obstante, vimos mais de uma forma e mais de um meio de combate que não levam à vitória, nem levarão nunca, e que são ditados frequentemente mais pela impaciência revolucionária do que pela ideia política. Por tais fatos, que determinaram a luta ideológica que ocorreu no Terceiro Congresso da Internacional Comunista, devo me explicar, camaradas. Semelhante luta não teve caráter de rigor nem de “luta de fração”. Pelo contrário, respiramos uma atmosfera muito cordial e séria no congresso, e nossa luta ideológica foi inteiramente de princípios e, ao mesmo tempo, teve o aspecto de uma mudança objetiva de opiniões.

Nosso congresso foi um grande soviete político e revolucionário da classe trabalhadora e nesse soviete nós, representantes de diferentes países, baseando-nos na experiência adquirida por esses países, verificamos e confirmamos de maneira prática nossas teses sobre a necessidade de desembaraçar a classe trabalhadora dos elementos que não querem lutar e que são incapazes de fazer qualquer coisa; por outro lado, expusemos em toda a sua amplitude e agudeza o seguinte problema: a luta revolucionária pelo poder tem suas leis, seus meios, sua tática e sua estratégia; quem ignorar esta arte jamais conhecerá a vitória.

Fim da 1ª parte

Uma nota sobre o trabalho dos comunistas nos sindicatos

Luis Bicalho e Serge Goulart



Karl Marx

O QUE SÃO OS SINDICATOS

Marx termina uma brochura que ele apresentou no Conselho Geral da AIT (I Internacional) em 1865 com a seguinte observação sobre os sindicatos:

Estas breves indicações bastarão para demonstrar, precisamente, que o próprio desenvolvimento da indústria moderna contribui por força para inclinar cada vez mais a balança a favor do capitalista contra o operário e que, em consequência disto, a tendência geral da produção capitalista não é para elevar o nível médio normal do salário, mas, ao contrário, para fazê-lo baixar, empurrando o valor do trabalho mais ou menos até seu limite mínimo. Porém, se tal é a tendência das coisas neste sistema, quer isto dizer que a classe operária deva renunciar a de-

fender-se contra os abusos do capital e abandonar seus esforços para aproveitar todas as possibilidades que se lhe ofereçam de melhorar em parte a sua situação? Se o fizesse, ver-se-ia degradada a uma massa informe de homens famintos e arrasados, sem probabilidade de salvação. Creio haver demonstrado que as lutas da classe operária em torno do padrão de salários são episódios inseparáveis de todo o sistema do salariado, que, em 99 por cento dos casos, seus esforços para elevar os salários não são mais que esforços destinados a manter de pé o valor dado do trabalho e que a necessidade de disputar o seu preço com o capitalista é inerente à situação em que o operário se vê colocado e que o obriga a vender-se a si mesmo como uma mercadoria. Se em seus conflitos diários com o capital cedessem covardemente fica-

riam os operários, por certo, desclassificados para empreender outros movimentos de maior envergadura.

Ao mesmo tempo, e ainda abstraindo totalmente a escravização geral que o sistema do salariado implica, a classe operária não deve exagerar a seus próprios olhos o resultado final destas lutas diárias. Não deve esquecer-se de que luta contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos; que logra conter o movimento descendente, mas não o fazer mudar de direção; que aplica paliativos, mas não cura a enfermidade. Não deve, portanto, deixar-se absorver exclusivamente por essas inevitáveis lutas de guerrilhas, provocadas continuamente pelos abusos incessantes do capital ou pelas flutuações do mercado. A classe operária deve saber que o sistema atual, mesmo com todas as misérias



No Congresso de Tours a SFIO votou a filiação à Internacional Comunista, 1920

que lhe impõe, engendra simultaneamente as condições materiais e as formas sociais necessárias para uma reconstrução econômica da sociedade. Em vez do lema conservador de: “Um salário justo por uma jornada de trabalho justa!”, deverá inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: “Abolição do sistema de trabalho assalariado!”.

Depois desta exposição longuíssima e, receio eu, fatigante, que julguei indispensável para esclarecer um pouco o nosso tema principal, vou concluir, propondo a aprovação da resolução seguinte:

1. Uma alta geral da taxa de salários acarretaria uma baixa da taxa geral de lucro, mas não afetaria, em linhas gerais, os preços das mercadorias.

2. A tendência geral da produção capitalista não é para elevar o padrão médio de salários, mas para reduzi-lo.

3. Os sindicatos trabalham bem como centro de resistência contra as usurpações do capital. Falham em alguns casos, por usar pouco inteligentemente a sua força. Mas, são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em lugar de ao mesmo tempo se esforçarem para mudá-lo, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado. (Salário, Preço e Lucro)

Esta síntese genial mostra o que são e para que servem os sindicatos: é a forma mais primária de organização dos operários e dos trabalhadores em geral em defesa de seus interesses mais elementares. Mas, se servem para a sua defesa, para defender seus “interesses morais e materiais”, como diz a maioria dos estatutos dos sindicatos, eles não conseguem ser o instrumento de modificação da própria sociedade. No mundo atual, aonde a maioria dos dirigentes sindicais se dobra ao capital e aos governos, a frase cuidadosa de Marx “falham em alguns casos”

tornou-se em “falham na maioria dos casos”, exatamente por que os dirigentes desviam a força e a combatividade dos operários e dos trabalhadores, traem suas expectativas e sua organização e se vendem, de uma forma ou outra, aos capitalistas.

Nesta situação, a nossa tarefa é ter uma atuação que possa ao mesmo tempo ajudar os trabalhadores a usar inteligentemente a força dos sindicatos para vender melhor a força de trabalho e também “como alavanca para a emancipação final da classe trabalhadora”. Em outras palavras, temos que fazer de nossa intervenção sindical um local de permanente construção da consciência de classe e de construção da organização comunista.

O QUE É O SINDICATO CLT

O movimento sindical brasileiro foi marcado pela derrota sofrida durante a ditadura de Getúlio Vargas quando os sindicatos independentes foram destroçados. Desde então os sindicatos brasileiros são “sindicatos CLT”, constituídos e controlados pelo Título 5 da CLT, imposta por Vargas inspirada na Carta del Lavoro, a lei fascista de Mussolini sobre os sindicatos. Os pilares desta legislação são o reconhecimento pelo Estado do direito de existência de um sindicato, a “Unicidade Sindical”, que determina a existência de apenas um sindicato por extensão territorial e a representação obrigatória deste sindicato de todos os trabalhadores da categoria ou profissão, e a cobrança compulsória de toda a categoria de valores decididos pelo sindicato independente de sua filiação ou não à esta organização.

No início era apenas o “Imposto Sindical”. Hoje, a pelegada de direita e de esquerda inventou outros truques para arrecadar mais, a revelia da classe trabalhadora e sem precisar depender da aprovação de quem tem que desembolsar o efetivo (taxas de fortalecimento sindical, Contribuição de inserção sindical, Taxa de fortalecimento do

sindicato, etc., diferentes nomes para o mesmo crime contra a liberdade e independência sindical).

Foram constituídos com um Estatuto Padrão, definido pelo Ministério do Trabalho, com a obrigação de prestação de contas financeiras e políticas ao mesmo Ministério, que detém (Até hoje!) o poder de intervenção, destituição da diretoria e de nomeação de nova direção.

A CLT também proibiu a constituição de Centrais Sindicais, ou seja, a unificação nacional de toda a classe trabalhadora. E, como consequência, a organização e participação em centrais sindicais internacionais, que decorrem da existência da classe trabalhadora como classe internacional. Apesar dos lamentos dos reformistas a origem desta concepção internacional é o Manifesto Comunista e a palavra de ordem de “trabalhadores de todo o mundo, uni-vos!”. O Título 5 da CLT é a organização em lei do controle pelo Estado sobre a classe operária e do anticomunismo militante.

O SINDICATO CLT – SITUAÇÃO ATUAL

A queda de Vargas, a Constituição de 46 e o Ditadura Militar de 64, não mudaram a estrutura sindical. O combate contra esta estrutura, levada a frente por diferentes organizações durante a ditadura que se unificavam nas “oposições sindicais”, durante o final da década de 70 e o início da década de 80, levaram a constituição de um partido operário independente, o PT, e de uma Central Sindical semi-independente, a CUT, já que se constituía contra a legislação, mas de fato se baseava em uma maioria de sindicatos CLT que estavam “arrombando a porta”, mas nunca terminaram de fazê-lo. Assim como a própria CUT nunca completou seu próprio processo de constituição como Central Sindical, ou seja, o direito de assinar Acordos Sindicais nacionais.

A Constituição de 1988 estabeleceu uma certa “semiliberdade” sindical. Fruto do combate dos

anos anteriores e do fim da Ditadura Militar, houveram inúmeros momentos em que os sindicatos entraram em conflito com a estrutura estatal e se tornaram mais ou menos independentes, até o momento atual em que há uma regressão geral nesta “semiliberdade” e a volta aos elementos centrais que constituíram os sindicatos CLT. A exceção geral no atual quadro sindical brasileiro são os diferentes sindicatos de servidores públicos, que eram proibidos de se organizarem, e com a queda da Ditadura se organizaram de forma independente.

Mas, na maioria dos sindicatos que se organizaram na CUT, o combate pela liberdade plena dos sindicatos e o fim da contribuição sindical, passou-se ao combate pela “contribuição confederativa”, que seria instituída pela Assembleia Sindical, mas obrigatória para todos os membros da categoria. Sob a desculpa de que se o Acordo Coletivo de Trabalho vale para todos, todos devem sustentar o sindicato que assina o acordo, mesmo se os trabalhadores não são e não desejam ser representados por aquele sindicato. O resulta, na prática, é a instituição cada vez maior de taxas que sustentam uma burocracia sindical e seus luxos, vendendo os direitos dos trabalhadores.

A lei atual acabou com o “imposto sindical”, mas não acabou com estas taxas. A proposta de Bolsonaro, de impedir o desconto em folha das contribuições dos sindicatos, apenas ressalta a dependência que os sindicatos assumiram na sua relação “pactuada” com os patrões, inclusive nos sindicatos de servidores públicos. O desenrolar desta luta passa, para os militantes comunistas, em organizar tudo na base, inclusive o recolhimento das contribuições sindicais. Depender da burocracia e das “decisões legais”, particularmente em tempos de regressão geral dos direitos, só faz aumentar a confusão na base e a destruição do sindicato.

Como já se disse acima, depois da taxa confederativa os dirigentes

sindicais reformistas, burocráticos e mesmo os diversos “revolucionários” centristas inventaram outras taxas compulsórias a serem cobradas de toda a “base” do sindicato regido pela “Unicidade sindical” varguista, o que só aprofundou o distanciamento do aparato sindical da base trabalhadora.

AS CENTRAIS SINDICAIS

De outro lado, a luta pelo reconhecimento das centrais sindicais, que é a luta por um acordo coletivo de trabalho nacional, que sirva de guarda-chuva, de patamar mínimo em torno do qual são construídos os acordos locais, levou ao surgimento da lei que distribui o imposto sindical entre as diferentes centrais, mas sem o direito de negociação, de assinar acordos nacionais e de peticionar na justiça. De fato, as centrais sindicais existentes (CUT, Intersindical, Força Sindical, CSP-Conlutas UGT, CTB, etc.) não são centrais sindicais na verdadeira acepção do termo, ou seja, de serem um sindicato nacional com direitos sindicais. São reconhecidas, e registradas pelos dirigentes, como Associações Cívicas, o que é uma manobra para poderem se re-

lacionar legalmente com o Estado e receber dinheiro público, entre outras coisas. Estas centrais sindicais não tem o direito legal de assinar Acordos Coletivos de Trabalho, por exemplo. O que é um direito sindical óbvio em qualquer país em que exista liberdade sindical, como França, Itália, Alemanha, Espanha, etc. Portanto, a lei que outorgou uma parte do imposto sindical às centrais é, na verdade, um ato mais de integração e controle destas centrais, em especial da CUT, que surgiu nos anos 80 como central sindical semi-independente (formalmente independente, entretanto baseada majoritariamente em sindicatos CLT), e do movimento sindical em geral.

O quadro atual das centrais sindicais, segundo o Ministério do Trabalho, é o seguinte (ver tabela 1).

As minicentrais existentes (CSP-Conlutas, Intersindicais e outras) são apenas a reedição, no nível sindical, de um partido ou dois, ou de interesses de seitas que não dão importância aos interesses gerais da classe, mas apenas a seus interesses particulares e mesquinhos de grupo, ou ainda, a tentativa tosca de substituir o combate indispensável pela construção de

Centrais Sindicais	Sindicatos		Trabalhadores Filiados	
	nº	%	nº	%
CUT - Central Única dos Trabalhadores	2.319	21,22	3.878.261	30,4
UGT - União Geral dos Trabalhadores	1.277	11,69	1.440.121	11,29
CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil	744	6,81	1.286.313	10,08
FS - Força Sindical	1.615	14,78	1.285.348	10,08
CSB - Central dos Sindicatos Brasileiros	597	5,46	1.039.902	8,15
NCST - Nova Central Sindical de Trabalhadores	1.136	10,4	950.240	7,45
CSP-CONLUTAS	105	0,96	286.732	2,25
CGTB - Central Geral dos Trabalhadores do Brasil	217	1,99	239.844	1,88
CBDT - Central Brasileira Democrática dos Trabalhadores	94	0,86	85.299	0,67
PÚBLICA	21	0,19	16.580	0,13
INTERSINDICAL	1	0,01	1.739	0,01
Central Unificada dos Profissionais Servidores Públicos do Brasil	3	0,03	875	0,01
UST - União Sindical dos Trabalhadores	6	0,05	791	0,01
Sem declaração de filiação/Centrais não cadastradas	2.791	25,54	2.245.076	17,6
Total	10.926	100	12.757.121	100

Tabela 1. Fonte: MTPS

um partido comunista pela simples construção de um instrumento sindical “revolucionário”.

OS SINDICATOS NO BRASIL EM ÉPOCA DE RECESSÃO

A crise mundial do capitalismo chegou com toda força no Brasil. De acordo com o jornal O Estado de São Paulo, só em 2014, fecharam 3.584 fábricas. Em 2015, esse número subiu para 4.451. E, a crise e o fechamento de empresas continuam até agora. Hoje, são, oficialmente, 13 milhões de desempregados a que se somam 5 milhões que já deixaram de procurar trabalho, ou seja, são 18 milhões de desempregados. Sem falar do trabalho precário e da informalidade.

Essa pressão sobre os trabalhadores se refletiu na conduta dos principais sindicatos do país. Mas, não para o bem, mas para a pior das respostas. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, durante o governo Dilma, propôs ao Governo Federal a implementação do Programa de Proteção ao Emprego (PPE), que propõe reduzir em 30% a jornada de trabalho com redução de salário na mesma proporção. Sendo que 15% da redução salarial seria paga pelo Governo Federal através de subsídio à empresa. Aliás, a busca permanente de medidas governamentais para favorecer o lucro das empresas é um traço do sindicalismo lulista e seus satélites já desde antes de Lula assumir o governo.

É este tipo de comportamento que incentiva que o governo federal tome medidas como a redução do seguro desemprego ou o estabelecimento de normas que atacam os direitos de servidores e aposentados do serviço público (PL 257/16). Ou ainda, as isenções bilionárias concedidas aos capitalistas e suas empresas.

Em outras palavras, é a submissão dos dirigentes dos sindicatos ao patronato e aos governos que permite e amplia estes ataques. Mas, mais escandaloso é que isto não im-



Sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo. Foto: Lu Sudré

pediu o desemprego e ainda se vê agora as montadoras simplesmente anunciando o fechamento de fábricas, como a Ford, a GM e a Volks.

O que os dirigentes sindicais conseguiram foi impedir a luta, manter os lucros dos patrões e dar-lhes tempo para organizar mais e mais demissões. É a lógica do sindicato CLT, tutelado pelo Estado, cujo Título 5 determina as funções dos sindicatos são “colaborar com o governo”, ajudar na “manutenção da paz social” e como bom derivado da Carta del Lavoro criminaliza a atividade política dos trabalhadores e o mantém a mercê do governo pois dele depende a aprovação para existência e funcionamento:

“Art. 514. São deveres dos sindicatos:

a) colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social;

b) manter serviços de assistência judiciária para os associados;

c) promover a conciliação nos dissídios de trabalho.

d) sempre que possível, e de acordo com as suas possibilidades, manter no seu quadro de pessoal, em convênio com entidades assistenciais ou por conta própria, um assistente social com as atribuições específicas de promover a cooperação operacional na empresa e a integração profissional na Classe. (Incluída pela Lei nº 6.200, de 16.4.1975) Parágrafo único. Os sindicatos de empregados terão, outrossim, o dever de:

a) promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito;

b) fundar e manter escolas de alfabetização e pré-vocacionais”.

“Art. 517. Os sindicatos poderão ser distritais, municipais, intermunicipais, estaduais e interestaduais. Excepcionalmente, e atendendo às peculiaridades de determinadas categorias ou profissões, o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio poderá autorizar o reconhecimento de sindicatos nacionais.

§ 1º O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, outorgará e delimitará a base territorial do sindicato.

§ 2º Dentro da base territorial que lhe for determinada é facultado ao sin-

dicato instituir delegacias ou seções para melhor proteção dos associados e da categoria econômica ou profissional ou profissão liberal representada”.

“Art. 521 - São condições para o funcionamento do Sindicato:

a) proibição de qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses da Nação, bem como de candidaturas a cargos eletivos estranhos ao sindicato. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 9.502, de 23.7.1946)

...

d) proibição de quaisquer atividades não compreendidas nas finalidades mencionadas no art. 511, inclusive as de caráter político-partidário; (Incluída pelo Decreto-lei nº 9.502, de 23.7.1946)

e) proibição de cessão gratuita ou remunerada da respectiva sede a entidade de índole político-partidária. (Incluída pelo Decreto-lei nº 9.502, de 23.7.1946)”

“Art. 528 -Ocorrendo dissídio ou circunstâncias que perturbem o funcionamento de entidade sindical ou motivos relevantes de segurança nacional, o Ministro do Trabalho e Previdência Social poderá nela intervir, por intermédio de Delegado ou de Junta Interventora, com atribuições para administrá-la e executar ou propor as medidas necessárias para normalizar-lhe o funcionamento. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 3, de 27.1.1966)” (CLT, Título 5, capítulo I)

Estes aparelhos sindicais estruturados pela CLT tendem a “sugar”, mesmo dirigentes bem-intencionados, o que não é o caso da maioria atual, com suas tarefas infundáveis. Essas pressões fazem com que muitos sindicalistas assumam o discurso revolucionário, mas tendo como horizonte apenas a luta econômica imediata. Isso é um problema, pois o sindicato passa a ser entendido como o motor da revolução, ou melhor, como aquele que irá resolver os problemas econômicos da classe trabalhadora e com isso atrair os trabalhadores para enfrentamentos futuros. O discurso de um revolucionário no sindicato tem que ligar as lutas imediatas com a necessidade de combater o patrão

como parte da classe dos capitalistas, o que significa, em última instância, agir aberta e orgulhosamente explicando a necessidade de construção um verdadeiro partido de classe independente, democrático e socialista. Começando pela construção regular e permanente da organização comunista que combate pelo socialismo, por tanto com total independência de classe e com base no marxismo, e que é a base mais firme e o eixo da construção do partido de que necessita a classe trabalhadora.

ALGUMAS TAREFAS PARA ABRIR CAMINHO

Organizar cursos de formação: Salário, Preço e Lucro; Comunismo e Sindicalismo; Os sindicatos na época do imperialismo, etc.

Em torno da política comunista construir comissões sindicais de base, organizar e intervir nas assembleias na base. Principalmente, quando o sindicato tem muitos dirigentes liberados. O ativismo sindical, de ir ao local de trabalho, distribuir o jornal do sindicato e comunicar atividades, acaba substituindo o trabalho sistemático de construir e ganhar ativistas em cada local de trabalho a partir de um plano central. O resultado é que os sindicatos, na maioria das vezes, têm militantes na diretoria e principalmente militantes liberados, mas tem poucos militantes na base.

Todo este trabalho tem que ser feito em conjunto com a construção do sindicato na base. Os comunistas terão muito mais autoridade se forem aqueles que combatem eficientemente para construir o sindicato – organizando a filiação, organizando as comissões de base, participando das atividades na base, sendo sérios na relação com o aparelho do sindicato (funcionários, contratados, material, etc.), chegando na hora nas atividades.

Papel de um dirigente comunista liberado:

Os dirigentes sindicais normalmente são consumidos pelo dia a

dia do sindicato. Reunir a diretoria, dirigir funcionários, participar de reuniões burocráticas e intermináveis consomem o dia a dia. Além disso, se perde um tempo precioso com disputas intermináveis sobre questões de funcionamento do sindicato ou do uso do dinheiro do sindicato. Praticamente tudo derivado da estrutura de aparato acima da classe, de sindicato CLT.

O trabalho comunista nos sindicatos consiste em organizar e discutir com a base as necessidades imediatas e históricas, as reivindicações, a política, a situação e a tática, a orientação, e os objetivos necessários. O combate contra o programa reformista, ou o programa dos sectários, é feito pela imprensa comunista e outras publicações, mas sem que ele seja desdobrado, explicado e difundido entre os trabalhadores de base não haverá construção. É preciso acima de tudo explicar pacientemente.

É nesta batalha regular e prática que vão surgir as células e militantes comunistas. O militante comunista deve avaliar a sua militância ao responder uma pergunta básica – com quantos trabalhadores discuti política, quantos novos contatos fiz, quantos jornais vendi na base, o que organizei como atividade prática?

Em todo este trabalho, é preciso prestar uma atenção especial a juventude. Existem jovens em todos os locais de trabalho, principalmente terceirizados e estagiários. Fazer um trabalho dirigido a estes jovens, convidar os militantes da Liberdade e Luta a participar destas atividades, etc. Voltamos a insistir, apesar de não serem membros do sindicato, devemos convidar principalmente terceirizados e estagiários, porque estes constituem a juventude que está nos nossos locais de trabalho.

Por último, o mais importante: todas as atividades dos militantes, particularmente os dirigentes sindicais, deve ser discutida semanalmente nas células. Os dirigentes sindicais liberados devem levar a



A greve dos trabalhadores do tabaco de Plovdiv (cidade na Bulgária), por Georgi Bozhilov, 1959

sua agenda e distribuir semanalmente na célula, permitindo que a célula discuta a atividade de todos e de cada um dos militantes. Estas agendas devem ser anexadas ao relatório da célula e discutida também no CR ou setor.

CAMPANHAS SINDICAIS (ELEIÇÕES, CAMPANHAS SALARIAIS)

De forma geral, todos os comunistas sempre se comportam como os mais combativos no interior do sindicato, inclusive em períodos de mobilização mais intensos, como uma campanha salarial ou uma eleição sindical. A tarefa dos comunistas no sindicato, inclusive durante estes períodos, curtos, deve ser organizada e com objetivos precisos:

- Quais os locais de trabalho aonde estaremos na campanha (e

isto pode mudar numa campanha salarial, por exemplo)

- Quais militantes vão escrever matérias para a página web e qual militante vai escrever matéria para o jornal.

- Quantos contatos temos no início da campanha, qual o nosso objetivo no final; quantos assinantes de jornal temos e qual o objetivo no final da campanha; quantos militantes temos e qual o nosso objetivo no final (GER e militantes);

Este planejamento deve ser acompanhado semanalmente, com correções sempre que necessário.

O PAPEL DA COMISSÃO SINDICAL

A comissão sindical é um organismo criado pelo CC com a finalidade ajudar a sistematizar nossa experiência sindical e ajudar

o CC na centralização das atividades nos sindicatos. A comissão sindical orienta nossa intervenção sindical a partir das decisões emanadas do CC e da Executiva. A comissão sindical não se sobrepõe ou dirige nenhuma intervenção sindical direta, sendo esta responsabilidade dos CR e células que tem poder decisório.

Assim, a comissão pode sugerir uma intervenção, ajudar na elaboração para construção de uma chapa ou para uma greve, mas a decisão se vamos ou não participar de uma chapa, de uma oposição sindical, se defendemos ou não uma greve, nunca é da comissão sindical, mas do CR ou célula.

É responsabilidade da comissão sindical preparar textos e teses para os congressos nacionais ou interestaduais, mas a decisão final sobre estes textos é da Executiva ou do CC.

Em outras palavras, a comissão ajuda na elaboração e acompanhamento da intervenção sindical, mas não possui poder decisório sobre estas questões. No momento atual, a comissão deve se debruçar sobre as atividades de construção da nossa corrente sindical nacional (a CUT pela Base, Independente, democrática e Socialista).

Em termos gerais, o que a comissão precisa se dedicar mais no momento é a elaboração de textos e análises sobre a situação atual da classe operária e dos trabalhadores em geral, mas, em especial, **a discussão e elaboração sobre como travar o combate concreto pela liberdade e independência sindical ligado à luta pela defesa das conquistas e das reivindicações imediatas.** Esta reflexão e discussão é que deve ajudar a EM e as células a planejar e decidir sobre sua atividade prática no movimento e nos sindicatos. Esta são as duas tarefas centrais sobre a qual a comissão deve se dedicar no momento.

230 anos depois, por que a Grande Revolução Francesa ainda assombra os poderosos? (1ª Parte)

Caio Dezorzi

“Ao final do século XVIII houve, na França, uma Revolução que se chamou corretamente ‘A Grande Revolução’. Foi uma revolução burguesa. No transcurso de uma de suas fases, o poder caiu nas mãos dos Jacobinos que eram apoiados pelos sans-culottes – ou seja, os trabalhadores semiproletários das cidades – e que interpuseram entre eles e os Girondinos – o partido liberal da burguesia, os cadetes daquela época – a lâmina da guilhotina. É justamente a ditadura dos Jacobinos o que deu à Revolução Francesa a sua importância histórica, que fez dela a ‘Grande Revolução’. E, inclusive, essa ditadura foi instaurada não somente sem a burguesia, como também contra ela e apesar dela. Robespierre, a quem não foi dada oportunidade de iniciar-se nas ideias de Plekhanov, inverteu todas as leis da sociologia e, no lugar de dar as mãos aos Girondinos, lhes cortou as cabeças. Isso era cruel, sem dúvidas, mas essa crueldade não impediu que a Revolução Francesa se tornasse grande nos limites do seu caráter burguês. Marx disse que ‘o terrorismo francês, em seu conjunto, não foi mais que uma maneira plebeia de acabar com os inimigos da burguesia’. E, como essa burguesia tinha medo de seus métodos plebeus para acabar com os inimigos do povo, os Jacobinos não somente privaram a burguesia do poder, como também lhe aplicaram uma lei de ferro e sangue cada vez que ela tentava deter ou moderar seu trabalho. Em consequência, está claro que os Jacobinos levaram a cabo uma revolução burguesa sem a burguesia.” (Leon Trotsky, 22 de agosto de 1917)

Essa citação de Trotsky, extraída de um artigo publicado no jornal Proletari, onde Trotsky criticava os “conciliadores” (Mencheviques e Socialistas-Revolucionários que defendiam a conciliação com a burguesia durante a Revolução Russa), explica bem porque até hoje, 230 anos depois da autoproclamação da Assembleia Nacional Constituinte à revelia do Rei Luis XVI, a burguesia francesa e mundial odeia tanto Robespierre e os Jacobinos: eles fizeram uma revolução burguesa sem a burguesia – e sob determinados aspectos, contra ela. Por isso a cada data comemorativa da Revolução Francesa, busca-se comemorar a queda da Bastilha (voltaremos a isso mais adiante) como grande marco do processo, enquanto os grandes feitos sob o governo Jacobino são apagados e a Robespierre, Saint-Just e seus partidários é atribuído o rótulo de violentos e sanguinários. Não há na França nenhum monumento erigido a Robespierre, a Saint-Just ou aos Jacobinos. Sem o Terror Jacobino é provável que a revolução

tivesse sido derrotada e a monarquia restabelecida ainda em 1793-94. E o fato é que aqueles que levaram os Jacobinos à guilhotina em 1794, o fizeram para frear a revolução, para canalizá-la dentro das



Robespierre, 1790. Musée Carnavalet de Paris

margens do regime burguês que se queria criar. A reação termidoriana abriu caminho para que Napoleão desse o golpe alguns anos mais tarde e enterrasse o ímpeto dos revolucionários sob as baionetas da nova classe dominante.

Chamada com justeza de “A Grande Revolução”, o processo teve início em 19 de junho de 1789 com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte e foi encerrado pelo golpe de Napoleão Bonaparte pouco mais de 10 anos depois, em 9 de novembro de 1799 (18 de Brumário do ano IX, no calendário revolucionário francês). O conceito de “esquerda x direita” usado até hoje em política, se originou a partir de como se posicionavam os partidos no interior dessa Assembleia Nacional Constituinte.

Para os marxistas, a Revolução Francesa é riquíssima em lições. Estudar com afinco a história da Grande Revolução é tarefa indispensável de todo revolucionário. Outras duas revoluções burguesas importantíssimas, que antecederam a francesa, foram a inglesa

(Século XVII) e a americana (Século XVIII). Também devem ser muito estudadas, mas foi a francesa que, por sua dinâmica e desenvolvimentos, pela robustez de seu ideário, estabeleceu as bases para a democracia burguesa no mundo inteiro, levou mais longe os germes da revolução permanente e por isso se conecta com o movimento revolucionário comunista.

COMO TUDO COMEÇOU

Era uma vez um reino onde o rei tinha poder absoluto... Antes de contar essa história é importante lembrar de seus precedentes filosóficos. O movimento contra o absolutismo foi fortemente influenciado pelo Iluminismo, que teve pensadores em vários países, mas talvez na França tenha encontrado os seus expoentes mais conhecidos como, por exemplo, Montesquieu, Voltaire, Diderot e Rousseau. Entretanto, não era apenas no campo filosófico que a França se mostrava um terreno fértil para o movimento revolucionário. Naquela época, o reino de Luís XVI estava passando por uma crise econômica muito aguda, que tinha sido provocada

por uma série de fatores, dentre eles a Guerra dos Sete Anos que a França travou com a Inglaterra duas ou três décadas antes, e também o fato de que a França havia apoiado a Guerra da Independência dos Estados Unidos com muito dinheiro. Não que o rei francês se identificasse com os ideais republicanos dos insurgentes americanos, muito pelo contrário. Ele via na independência daquela colônia um fator de enfraquecimento do império britânico. Soma-se a isso o fato de que nos 2 anos anteriores ao início da Revolução Francesa (1787-88) houve problemas climáticos que acabaram com as safras e que levaram a uma situação de falta de trigo, falta de pão e fome entre o povo francês. Paris era a terceira maior cidade do mundo (talvez só Londres e Pequim fossem maiores naquela época), tinha cerca de 600 mil habitantes e o reino da França, mais de 25 milhões de habitantes, onde mais de 70% era composto por camponeses. Ainda subsistiam relações feudais, embora já existisse um início de indústria. Mesmo que existissem relações já mistas, digamos assim, pós-feudais, o feudalismo ainda prevalecia nas

relações de produção da França. Isso levava à eclosão de revoltas camponesas frequentes, que eram reprimidas pelo aparato do reino, pelos nobres e senhores feudais, com aval da santa Igreja Católica.

É a necessidade de superar todas essas condições e contradições que impele a burguesia, inspirada pelos pensadores iluministas, a se jogar em uma revolução. Em 1788, diante dessa crise toda, o rei se vê pressionado pela aristocracia a convocar os Estados Gerais. Mas o que eram os Estados Gerais?

Os Estados Gerais eram uma forma de parlamento, um conselho que o rei podia convocar a qualquer momento, mas que não era convocado desde 1614, ou seja, há quase 200 anos.

O rei se vê obrigado a convocar os Estados Gerais, que, por sua vez, eram formados por 3 Estados: o Primeiro Estado é o clero; o Segundo Estado é a aristocracia, a nobreza; e o Terceiro Estado é todo o povo, o que inclui a burguesia, a pequeno-burguesia camponesa, os operários, os mendigos, etc.

A Assembleia dos Estados Gerais ia ser convocada para discutir saídas para a crise econômica.

Mas, antes de convocar os Estados Gerais, o rei propõe chamar uma "Assembleia de Notáveis", formada por indivíduos escolhidos pelo rei para decidir as regras de como vão ser eleitos os deputados dos Estados Gerais.

O rei Luís XVI vai nomear seu Ministro do Estado e das Finanças, chamado Jacques Necker, para organizar a assembleia dos notáveis. Necker, um político oportunista que circulava entre a aristocracia, defendia reformas, que a França passasse a uma monarquia constitucional, parecida com a da Inglaterra, e essa era, na verdade, a aspiração de boa parte da burguesia e da aristocracia ao pressionar o rei para convocar os Estados Gerais.

Nessa "Assembleia dos Notáveis" é decidido que cada um dos Estados terá direito a 300 representantes, com 1 voto para cada Estado. Então cada Estado teria direito a 1 voto, fazendo com que as votações polêmicas sempre resultassem em 2x1. Como os dois primeiros Estados tinham interesses históricos coincidentes (Clero e Nobreza), o mais provável é que nas questões realmente importantes sempre votariam unidos contra o Terceiro Estado, que representa a maior parte da população do reino. Diante disso, começa uma pressão da burguesia para que o Terceiro Estado tenha o mesmo número de deputados somados aos outros dois Estados (ou seja, o Clero teria 300, a Nobreza teria 300 e o Terceiro Estado queria ter 600 deputados). A burguesia também pressiona para que o voto fosse por cabeça, dentre os Estados Gerais.

A maioria dos notáveis estava irreductível. Insistia que o Terceiro Estado deveria ter só 300 deputados e que o voto fosse por Estado. Então, Necker passa por cima da Assembleia dos Notáveis e impõe que o Terceiro Estado tenha 600 deputados, embora mantenha que o voto será por Estado e não por pessoa.

Na prática, nada mudou. Apesar do Terceiro Estado (representando

98% da população, enquanto o clero e a nobreza apenas 2%) ter 600 deputados contra 300 dos demais, quando os Estados Gerais se instalam, ele tem somente um voto, o que garantia que as votações ainda resultassem em 2 a 1. Mas a iniciativa de Necker sinalizava que era possível avançar mais.

DOS ESTADOS GERAIS À ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

A preparação desses Estados Gerais tem um mecanismo que pode ter sido idealizado como uma forma de controle, mas naquelas circunstâncias fez o feitiço virar contra o feiticeiro. Eram os chamados "cadernos de queixas". Cada Estado vai se dirigir às suas bases, ou seja, o clero vai falar com seus padres, a nobreza vai falar com os nobres, e o Terceiro Estado (os representantes que querem se candidatar) vai falar com o povo, para preencher os cadernos de queixas. As pessoas inscrevem nos cadernos o que querem que mude. E por meses ficam recolhendo as queixas nesses cadernos. E vão se redigindo resumos. Em cada local há organizações de base para recolher as queixas, montar os cadernos com o resumo de todas as queixas e entregá-los em até duas semanas antes de reunir os Estados Gerais. Foram coletados mais de 400 cadernos de queixas. O que tem no resumo final do caderno de queixas do Terceiro Estado é nada menos que uma nova constituição. As queixas, as demandas populares, são para abolir toda a ordem existente e construir outra coisa no lugar.

Diante disso, o rei faz a abertura dos Estados Gerais dizendo que não é para discutir política, não é para discutir se a monarquia vai ser constitucionalista ou não. Afirma que só se deve discutir o problema da crise econômica e que foi para isso que os Estados Gerais foram convocados. Os 600 deputados do Terceiro Estado começam a protestar e tentam for-

çar a discussão. O rei percebe que a situação está saindo do controle e, dois dias depois de instalados os Estados Gerais, manda fechar as portas do Palácio de Versalhes. Os deputados do Terceiro Estado não conseguem mais entrar e então invadem uma área lateral do Palácio de Versalhes, chamada "Sala da Pelota" (uma sala esportiva onde eles jogavam um esporte parecido com tênis). Ali se reúnem e decidem que eles, os 600 representantes do Terceiro Estado, são agora uma "Assembleia Nacional". No dia seguinte, eles voltam a se reunir e fazem um juramento de que aquela assembleia não vai se dissolver enquanto não aprovar uma nova constituição para a França.

O rei, pressionado, alguns dias depois vai acabar reconhecendo a Assembleia Nacional Constituinte, com a condição de que ela aceite incluir representantes da Nobreza e do Clero. A condição é aceita e é formada a Assembleia Nacional Constituinte, reconhecida pelo rei. Nesse momento, se inaugura a Monarquia Constitucional na França. Isso aconteceu em junho de 1789.

Leon Trotsky vai dizer que aí tem início uma dualidade de poder. Porque, ao mesmo tempo em que se estabelece uma Assembleia Nacional Constituinte, o poder da monarquia não foi destituído. Conforma-se uma situação de duplo poder. Essa contradição, inexoravelmente, terá que se resolver de uma entre duas maneiras: ou o rei esmaga essa Assembleia Constituinte e consegue se manter como poder absoluto ou a Assembleia acaba com a monarquia e estabelece a República com uma nova constituição.

Isso estava colocado desde o começo e o rei, instintivamente, sabia disso. Por isso, embora ele a reconheça e formalmente a aceite, vai conspirar o tempo todo contra a Constituinte. Nesse período, Necker impulsiona algumas medidas populares, o que lhe confere grande notoriedade entre o povo e a burguesia. Além de bancar sozinho



O juramento na Sala de Jogo de Paume, Auguste Couder (Museu da Revolução Francesa)

que o Terceiro Estado teria 600 deputados, diante da fome que vinha assolando o reino desde o final do ano anterior ele estabelece uma série de medidas de intervenção estatal para garantir a importação de trigo e abastecer as cidades e aldeias até o início dos Estados Gerais, pelo menos. Com essas medidas de emergência, ele passa a ganhar a fama de ter sido o solucionador do problema da fome.

O rei o via cada vez com mais desconfiança devido à sua proximidade cada vez maior com os deputados do Terceiro Estado na Constituinte. Por isso o demite no dia 11 de julho. Essa demissão vai ser a gota d'água que faz o copo transbordar. O movimento que vinha das centenas de revoltas de camponeses dos últimos anos, que era a base social para a pressão política que obrigou o rei a convocar os Estados Gerais e a reconhecer a Assembleia Nacional Constituinte, agora dá um salto de qualidade, expressando-se politicamente em protesto à demissão do ministro que havia ganhado popularidade.

A QUEDA DA BASTILHA

Do ponto de vista de um observador dos nossos dias, olhar para aqueles tempos e compreender como realmente era a luta entre as classes é algo desafiador. Já estamos habituados a ver a divisão entre burguesia, pequena-burguesia, camponeses, proletariado – as classes que ainda estavam se formando naquele período e eram secundárias na disputa central – que naquela época se confundiam num amálgama chamado “povo”, ou Terceiro Estado, contra a Realeza, a Aristocracia e o Clero. No reino da França, os impostos recaíam exclusivamente sobre as costas do Terceiro Estado, ou seja, a Nobreza e o Clero não pagavam nada de impostos.

Havia muitas revoltas, principalmente de camponeses, que eram a maioria do povo. Havia também revoltas na cidade, muita radicali-

dade entre a intelectualidade, na pequeno-burguesia e burguesia, uma efervescência gigantesca. Então, quando se reúnem os cadernos de queixas, os três Estados e logo a Constituinte – temos já uma situação pré-revolucionária, em que vários jornais são impressos por vários “clubes” diferentes – que eram partidos políticos lutando para se constituir enquanto tal. Imprime-se jornais semanais e diários, dialogando com a França inteira, mas principalmente em Paris.

Quando o rei Luis XVI demite Necker, que era visto como um ponto de apoio da luta do povo no

palácio do rei, os clubes e deputados constituintes mais radicalizados de Paris chamam o povo às armas. Milhares de pessoas invadem o Hotel Levi, que guardava 20 mil mosquetes, se apoderam dessas armas e saem em busca de munição. E onde todos sabiam que devia ter muita pólvora guardada? Na Bastilha.

A Bastilha era uma antiga masmorra, um antigo presídio secular, onde os reis da França prendiam todos os criminosos de Estado, criminosos políticos, aqueles que discordavam do rei. Mas estava praticamente em desuso. Tinha 7



A demolição da Bastilha, de Jean-Pierre Houël

presos apenas. O povo revoltoso não vai até a Bastilha para libertar esses presos, que ninguém sequer conhecia. Foram lá porque queriam munição. Só que quando chega às portas da Bastilha para tomar a munição, havia um “governador” (como se fosse um diretor da prisão) com 32 guardas armados. Ele ordenou que os guardas abrissem fogo contra o povo. Começa um tiroteio. Os guardas da Bastilha começam a atirar, matam mais de cem pessoas, até que o povo consegue invadir e entrar na Bastilha. Matam o governador, colocam sua cabeça em uma lança e saem em passeata cantando pelas ruas de Paris, com sua cabeça pendurada. Tomam a pólvora para munição e colocam fogo na Bastilha, destruindo um símbolo do absolutismo e da tirania do rei.

A DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO

A queda da Bastilha (14 de julho de 1789) é tida como o evento inaugurador da Revolução Francesa. Porém, essa é uma perspectiva incentivada pela burguesia, que busca apagar sua história revolucionária para que não sirva de exemplo às classes que hoje explora. Foi um evento com grande simbologia, mas relativamente corriqueiro dentre os 10 anos de desenvolvimentos revolucionários.

Mais significativo que a queda da Bastilha foi o estabelecimento da primeira dualidade de poder um mês antes, quando os 600 representantes do Terceiro Estado se autodeclararam Assembleia Nacional Constituinte à revelia do Rei Luis XVI. Mais significativo ainda, como marco inicial da revolução, é o que essa instituição de duplo poder vai promulgar no mês seguinte à queda da Bastilha. No dia 4 de agosto, é abolida toda a servidão feudal e os privilégios senhoriais; é suprimido o dízimo obrigatório para a igreja e os impostos que recaíam apenas sobre o povo (Terceiro Estado) passa a ser cobrado de

toda a sociedade, acabando com os privilégios milenares do Clero e da Nobreza.

No dia 26 de agosto, é aprovada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Primeiro artigo: “Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum”. Segundo artigo: “A finalidade de toda a associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescindíveis do homem. Esses direitos são: a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão”. Ou seja, defendendo a liberdade, a igualdade de direitos e a propriedade, é uma declaração burguesa contra o antigo regime.

A Assembleia Constituinte vota as coisas sempre empurrada por mobilizações, revoltas. É impressionante o grau de espontaneidade, radicalidade e violência das massas durante esse período. Mas também, não é para menos. Essa revolução estava simplesmente derrubando mil anos de monarquia na França.

Os exemplos são muitos e não cabem num artigo como este. Mas para citar mais um, no dia 5 de outubro de 1789, uma manifestação popular espontânea saiu de Paris e foi marchando até o Palácio de Versalhes (cerca de 16km), onde ficava o rei e a Assembleia se reunia. Milhares de pessoas chegaram a Versalhes e obrigaram o rei a voltar com eles e se instalar em um palácio em Paris que era para eles poderem mantê-lo sob vigilância. Claro que isso foi em acordo com a esquerda da Assembleia, mas isso aconteceu de uma maneira semi-espontânea. A partir de então a Assembleia passa a se reunir em Paris e não mais em Versalhes.

DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Os agrupamentos políticos tinham seus lugares afixados dentro da Assembleia Nacional Constituinte-

te. À esquerda do salão ficavam os que defendiam o fim da monarquia e a constituição de uma república, dentre os quais os Jacobinos eram o partido mais proeminente. Os Girondinos, que eram representantes da alta burguesia, que queriam uma monarquia constitucionalista, ficavam ao centro. E à direita, ficavam os representantes do Clero e Nobreza. É daí que nasce o conceito de esquerda e direita usado até hoje em política.

No dia 2 de novembro de 1789, a Assembleia decreta a nacionalização dos bens do Clero e a emissão dos Assignat, que são papéis que têm um lastro com essa expropriação do Clero, que valia, mais ou menos, 3 milhões de libras. São impressos esses papéis, a princípio 400 milhões de Assignat, que são títulos desse tesouro, já que não seria possível transformar a riqueza expropriada em dinheiro rapidamente, como em um único leilão, por exemplo. Então são emitidos títulos para começar a fazer valer como dinheiro, com objetivo de superar um pouco a crise em que a França estava metida.

A estatização das propriedades do Clero é um dos atos revolucionários de maior impacto nesses primeiros meses da Revolução. Irá causar pavor e perplexidade às monarquias de toda a Europa e colocar a Igreja Católica, enquanto instituição religiosa internacional, firmemente como inimiga da Assembleia.

No final do ano de 1789, os Jacobinos tinham cerca de mil militantes em Paris. Eles passaram dos 200 militantes quando fundaram o Clube dos Jacobinos em abril, pouco antes dos Estados Gerais, a mil militantes em dezembro, sendo que cada militante tinha que pagar uma cota de 24 libras e, para entrar no clube, o aspirante tinha que ser apadrinhado por 5 membros plenos. Já tinham 150 filiais espalhadas pela França que se reportavam ao Clube de Paris. Mais à frente, já em 1793, quando o partido estará sob a direção de Ro-



A Tomada das Tulherias em 10 de Agosto de 1792, de Jean Duplessis-Bertaux (Museu do Palácio de Versailles)

Robespierre e Saint-Just, à cabeça do governo revolucionário e com uma política muito mais radical, terá 5.500 filiais e cerca de 200 mil militantes na França, só para termos uma ideia de qual era o grau de radicalidade entre o povo francês para permitir tal crescimento e desenvolvimento dos Jacobinos sob Robespierre.

Voltando à nossa cronologia, em 1790 o rei jura lealdade à Constituição. Ele vai numa sessão da Assembleia Constituinte e faz um juramento solene perante todos, mas ao mesmo tempo continuava conspirando. A Constituinte toma muitas medidas que são frontalmente contraditórias com os interesses do antigo regime. É abolida o imposto sobre o sal, que era um imposto bastante importante para as receitas do Estado, mas que recaía principalmente sobre o povo; os juizes passam a ser eleitos; em 19 de junho de 1790 é decretada a abolição de todos os títulos da nobreza - então, todos os privilégios que a nobreza tinha deixam de existir.

Nesse meio tempo, em abril de 1790, é fundado o Clube dos Cordeliers, que é o partido do Danton,

naquele momento uma expressão mais à esquerda em relação aos Jacobinos. Os Cordeliers defendem abertamente a abolição da monarquia e a constituição da república.

Os Jacobinos, nesse momento, ainda não estavam sob a direção mais radical de Robespierre, que ainda era extremamente minoritário dentro do partido. Quem dirigia a agremiação era um triunvirato (Duport, Barnave e Lameth) que considerava viável uma saída que estabelecesse uma monarquia constitucional. Só na cisão de 1791, quando essa ala mais moderada dos Jacobinos vai romper e formar o Clube dos Feuillants e os Jacobinos vão começar a radicalizar mais. Isso será decisivo para a revolução nos meses e anos seguintes.

É em 1791 também que a Assembleia Constituinte estabelece um “Código Civil do Clero”. Um documento com 44 artigos, muito confuso, pois não separava a Igreja do Estado, mas a colocava sob controle estatal.

Após ter estatizado as propriedades do Clero e da Igreja, a Assembleia agora exigia que todos os clérigos (padres, bispos, etc.)

se posicionassem sobre esse novo código. Os que jurassem aceitar o Código se tornariam funcionários públicos. Mas o Papa condenou tal proposta e a maioria dos clérigos franceses se recusou a se submeter ao novo Código criado pela Constituinte revolucionária.

Os clérigos que não aceitam o código passam a ser chamados de “refratários” e a Constituinte começa a lhes impor sanções. Começa por impedi-los de circular fora das igrejas, restringir a cooperação entre eles, até que se torna crime ser refratário.

É importante lembrar que nesse período vai se formando, aos poucos, um aparato repressivo judicial do Estado, ou seja, o Estado burguês que está nascendo com essa dualidade de poder, essa Constituinte que está fazendo nascer esse novo Estado burguês, vai criando o aparelho de Estado aos poucos. E esse Estado burguês vai reprimir fortemente o Clero e a Nobreza em nome da revolução.

Em toda a França eclodem revoltas camponesas quase que diariamente. É uma crise revolucionária aguda extremamente convulsiva, que leva a Assembleia

Constituinte a se radicalizar cada vez mais, buscando se equilibrar no posto de representante da vontade das massas revolucionárias. Dialeticamente, o velho mundo que está sendo enterrado vivo busca resistir. Motins pró-monarquia, contra a Constituinte revolucionária, vão estourar em vários lugares da França. Muitas vezes esses motins eram apoiados e financiados por reinos estrangeiros.

Dentro da Assembleia Constituinte revolucionária, todas as contradições da sociedade de classes se expressam. De tal forma que inclusive os motins pró-monarquia podiam encontrar pontos de apoio dentre uma minoria de deputados constituintes. O centro da Assembleia, que neste ponto ainda é predominante em relação à esquerda e direita, consegue impor medidas de proteção da burguesia contra as classes mais exploradas. Uma delas é promulgada em 14 de junho de 1791: a proibição de greves e de sindicatos. Mas, logo em seguida, o chicote da contrarrevolução vai fazer avançar a revolução numa série sucessiva de desenvolvimentos.

O rei Luis XVI tenta fugir da França com o intuito de organizar uma intervenção estrangeira apoiada por outros reinos para retomar o poder. Nessa tentativa de fuga, embora disfarçado, ele acaba reconhecido enquanto comia com sua família em uma cidadezinha chamada Varennes. O dono da estalagem, olhando para uma moeda que tem o rosto do rei em perfil o reconhece. Diante de tal flagrante de que o rei estava conspirando contra a França, ele é levado preso de volta a Paris. As autoridades têm muita dificuldade para impedir que as massas revoltosas não matassem toda a família real. Um mar de gente recebe a comitiva com a família real e tenta linchá-la. Maria Antonieta quase morre estrangulada. A família real passará os próximos 15 meses praticamente presa dentro do próprio palácio.

É nesse momento que se dá a cisão no partido dos Jacobinos. Os

mais moderados, que defendiam uma monarquia constitucionalista abandonam os Jacobinos e vão formar os Feuillants. Isso abrirá espaço para que Robespierre, até então bastante minoritário no interior dos Jacobinos, comece a disputar a direção do partido.

Dentre os Feuillants está o Marquês de La Fayette, que foi um famoso general na Guerra da Independência dos Estados Unidos e que estava até então entre os Jacobinos. Nesse momento ele é o comandante da Guarda Nacional em Paris e vai ordenar a repressão a uma manifestação pacífica organizada por Danton para entregar uma petição à Assembleia. Cerca de 15 manifestantes são mortos. Isso vai precipitar uma série de manifestações de caráter insurrecional que levam à antecipação da promulgação da Constituição, no dia 3 de setembro de 1791. O rei, refém em seu próprio palácio, se vê obrigado a jurar lealdade à Constituição. Se estabelece uma nova Constituição, que mantém a monarquia.

Com a nova Constituição promulgada, se encerra a Assembleia Constituinte e são realizadas as primeiras eleições para uma Assembleia Legislativa.

Na nova Assembleia, a configuração muda e ao invés de “esquerda, centro e direita”, passa a ter “montanha e planície”. A Montanha era onde ficavam as cadeiras mais altas da Assembleia Legislativa, ocupadas pelos líderes da maioria, portanto, era quem governava. Quem tinha a maioria ficava na Montanha. Na Planície ficava a oposição.

Depois da cisão, que resultou na criação dos Feuillants, os Jacobinos ficaram com uma minoria dos deputados que eles tinham na Constituinte, apenas 10 (dentre estes, Robespierre, Pétion, Roederer, Buzot, Grégoire). A grande maioria aderiu aos Feuillants. Mas, na base do partido, os Jacobinos ficaram com a maioria. Ficaram com 442 sociedades enquanto os Feuillants ficaram

só com 60, e outras 110 sociedades ficaram indecisas. Entretanto, nas eleições para a Assembleia Legislativa, os Jacobinos conseguiram eleger apenas 136 deputados, enquanto os Feuillants elegeram 260. Isso deixou os Jacobinos ainda em minoria. Não é ainda nesse momento que Robespierre vai assumir o governo da Montanha.

Mesmo dentre os Jacobinos, Robespierre ainda não tem a direção. Grégoire e Roederer reformulam os princípios da organização e sua doutrina. O Clube dos Jacobinos torna-se uma máquina política a serviço de uma segunda revolução. A partir daí há uma modificação das relações entre o Clube e a Assembleia Nacional. O clube não se destina mais a preparar debates a serem realizados dentro da Assembleia. O clube abre suas portas para deputados de outros clubes e debates fervorosos passam a ocorrer em sua sede em Paris, com direito a público. É uma outra Assembleia. Agora, os grandes debates políticos tem lugar tanto no Clube dos Jacobinos tanto quanto na Assembleia. Esta passa a ser constantemente contestada pelos “guardiões do espírito revolucionário”, como se declaram os Jacobinos.

O FIM DA MONARQUIA

A nova constituição é comemorada pelas massas revolucionárias, mas seus setores mais avançados estão insatisfeitos. O fato de o rei não ter sido destituído e a monarquia não ter sido abolida causava grande desconfiança de que tudo o que se estava conquistando poderia ser revertido e num momento de refluxo do movimento o rei poderia restabelecer seu poder absoluto.

Neste primeiro momento, o governo da Montanha será encabeçado por uma coalizão dos Feuillants com os Girondinos. Apesar do caráter mais conservador da maioria que se estabelece na Assembleia Legislativa, a pressão das massas obriga a revolução a avançar através de decretos. Um deles é contra

os “emigrados”. Emigrados eram chamados aqueles que tinham fugido da França por causa da Revolução, com medo do povo. O decreto estabelecia que todos os emigrados eram suspeitos de serem contrarrevolucionários. Logo, passam a ser considerados inimigos da Revolução, num contexto em que a guerra com os reinos absolutistas começa a se aproximar.

Robespierre começa a ganhar uma certa notoriedade nesse período dentro da Assembleia Legislativa porque ele, como deputado, começa a fazer discursos contra a guerra. Os Girondinos defendem a guerra, com destaque para Brissot que chega a debater publicamente com Robespierre na sede do Clube dos Jacobinos.

Num de seus discursos, Brissot defende: “Chegou o momento de uma nova cruzada: uma cruzada de liberdade universal. (...) É um dever dar assistência aos revolucionários em toda a Europa. Destruindo o centro das emigrações de Coblença, obrigar-se-ia o rei a declarar-se, restabelecer-se-ia a tranquilidade.”

A essas investidas do deputado girondino, Robespierre retrucava: “A ideia mais extravagante que pode nascer na cabeça de um político é a de acreditar que é suficiente a um povo entrar de mãos armadas na casa de um povo estrangeiro para fazê-lo adotar suas leis e sua Constituição. Ninguém ama missionários armados.”

Para a burguesia que tentava manter o processo sob seu controle, diante de uma situação de inflação descontrolada e as massas nas ruas, um inimigo externo poderia unificar a nação e dar alguma estabilidade ao seu governo. A Assembleia Legislativa acaba aprovando convocar os franceses à mobilização para a guerra.

O argumento alegado era de que a guerra serviria ao objetivo de derubar os reinos absolutistas, defendendo e espalhando a revolução. Isso, somado ao decreto de nacionalização dos bens dos emigrados, de todos os nobres que tinham fu-



Luís XVI por Antoine-François Callet

gido, anima os franceses a se alistar nas tropas e a França acaba, em abril, declarando guerra aos reinos da Hungria e da Boêmia.

É nessa guerra que as tropas que saem de Marselha criam uma música de guerra, um canto de guerra, que é “La Marseillaise” (A Marselhesa). As tropas de Marselha vão marchando e cantando essa música até Paris e isso “pega”. Todos gostam da música, porque fala que “nós vamos marchar, marchar e derramar o sangue impuro dos inimigos e dos tiranos, da tirania, etc.” e isso acaba virando o hino da Revolução Francesa – e é o hino nacional da França até hoje.

A inflação descontrolada leva a uma situação muito difícil para os mais pobres. Isso se dá, principalmente, porque o governo passa a imprimir os Assignat sem lastro algum, o que leva à sua desvalorização e à inflação geral de preços. Os protestos se multiplicam. Em um desses protestos, no dia 20 de junho de 1792, uma multidão invade o palácio, cerca e humilha o rei, obrigando-o a usar os símbolos da República.

Com o início da guerra, é decretado o armamento obrigatório dos homens. Todo homem na França, maior de idade, era obrigado a estar armado. E quem não tinha arma de fogo, tinha que ter uma lança ou uma espada, mas não podia ficar desarmado.

No dia 11 de julho, uma aliança liderada por Robespierre e Danton começa a agitar que a pátria está em perigo. Espalham cartazes e faixas por todos os cantos de Paris. Em um importante discurso, em 29 de Julho, Robespierre sintetiza as palavras de ordem espontâneas dos federados (20.000 guardas nacionais das províncias, chamados à Paris para assistir à festa da Federação) e das seções parisienses: “Abaixo a Monarquia! Por uma Convenção Nacional eleita por sufrágio universal!” Até que no dia 3 de agosto, 48 seções da Comuna de Paris exigem a destituição do rei. Estabelece-se na Comuna de Paris uma Comuna popular, diferente do que era a gestão burguesa que estava tendo a Comuna desde a Queda da Bastilha, naquele hotel onde eles pegaram os mosquetes.

Forma-se, portanto, uma segunda dualidade de poder: a primeira é entre o rei e a Assembleia Legislativa e a segunda é entre a Assembleia Legislativa e a Comuna de Paris, que vai se tornar então a Comuna Insurrecional de Paris. Mas a disputa entre esses 3 poderes é bastante efêmera. Em menos de uma semana um levante insurrecional com milhares de sans-culottes armados toma o palácio e coloca o rei na prisão, em 10 de agosto de 1792.

Com o rei preso novamente, agora destituído, começam a circular rumores de que os presos que eram considerados inimigos da revolução (clérigos refratários, nobres, emigrados, etc.) estariam tramando algo para salvar o rei e acabar com a Assembleia. Então o povo armado começa a invadir os presídios e a matar todos os presos lá dentro. Em apenas uma semana foram cerca de 1.400 pessoas mortas em presídios, no que ficou conhecido como “os massacres de Setembro”.

É o ímpeto revolucionário das massas que impele a Assembleia Legislativa ainda comandada pelos Girondinos e Feuillants a decretar a abolição da monarquia em 21 de setembro de 1792 e proclamar a República.

Esses massacres também levam a uma reação dos que queriam a volta da monarquia. E começa a revolta em Vendeia, que vai ter uma importância bastante grande e vai culminar em uma guerra civil. Vendeia era uma região atrasada da França, bastante camponesa e católica, que vinha resistindo contra tudo o que o governo revolucionário fazia contra os padres e a igreja católica e por isso acaba defendendo a monarquia. Com os refratários sendo mortos dentro dos presídios, os camponeses armados da Vendeia se insurgem em defesa do rei e da monarquia. O governo revolucionário poderia reprimir essa revolta armada sem grande dificuldade, mas há ajuda externa, principalmente por parte do reino da Prússia, tornando-a uma grande insurreição monarquista.

Isso vai levar à Guerra da Vendeia, que vai durar mais de 1 ano e vai terminar com mais de 200 mil mortos.

A Guerra da Vendeia vai significar uma guerra interna, uma guerra civil dentro da França, ao mesmo

tempo em que a França está em guerra com outros reinos absolutistas. Portanto, vai estabelecer um inimigo externo e outro interno para o governo revolucionário, uma situação análoga com o que aconteceu na Rússia, depois da Revolução de Outubro de 1917, onde a Guerra Civil Russa, na verdade, era uma guerra entre o Exército Vermelho e uma série de Estados externos, de Estados capitalistas que estavam tentando sufocar a nova sociedade que estava nascendo na Rússia.

Uma situação muito parecida onde os reinos absolutistas da Europa, apoiados pela Inglaterra (que já não era mais um reino absolutista, mas que tinha interesse de impedir a França de se desenvolver como uma potência concorrente) buscavam sufocar e impedir a nova sociedade que estava nascendo na França de 1792.

Com a proclamação da República, a Assembleia Legislativa é extinta e é estabelecido um novo tipo de parlamento, mais enxuto, chamado de “Convenção Nacional”. Com apenas 205 deputados eleitos por

sufrágio universal, essa Convenção passa a ser governada pelos Jacobinos que, em coalizão com o partido de Danton, vão ter uma maioria de 129 deputados na Montanha. Dos 76 deputados da Planície, metade, 38, eram Girondinos. Tem início o período jacobino da Revolução Francesa.

Mas ainda não havia chegado a vez de Robespierre e Saint-Just governarem. Embora Robespierre tenha sido indicado a candidato a deputado dentre os jacobinos com o maior número de votos, será apenas no ano seguinte que assumirá o poder.

Tem início uma polêmica sobre se o rei destituído deve ou não ser executado. Ele é julgado e condenado pela Convenção. E é com a decapitação de Luís XVI em janeiro de 1793 que os reinos absolutistas decidem atacar a França e tem início uma crise que culminará alguns meses depois com o regime autodenominado “O Terror”, encabeçado por Robespierre.

Fim da 1ª Parte

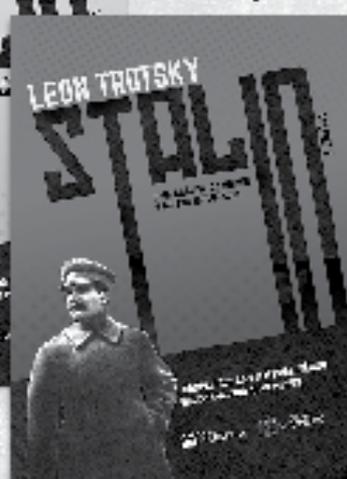


A Execução de Luís XVI de França, a partir de uma gravura alemã



Livraria
MARXISTA

A Livraria da Esquerda



*Confira as publicações
da Editora Marxista*

R\$ 120
VOL 1 E 2

STALIN
DE LEON TROTSKY

Disponíveis na nossa loja ou
através do site www.livrariamarkista.com.br*

*Rua Tekelögözü, 318, 58, São Paulo - SP. Tel: 5104 0111



**Reformismo
ou Reveolução**

R\$ 50
(Vol. 1 e 2)



**Devolvam nossa
Previdência**

R\$ 16



**Atas do segundo
Congresso do POSDR**

R\$ 60
(Vol. 1 e 2)